

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPEP
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, ARTES, LETRAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

NATALI GOMES JULIO

**MULHERES NO COMANDO: RELAÇÕES DE GÊNERO E
PODER NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Duque de Caxias, RJ

2019

NATALI GOMES JULIO

**MULHERES NO COMANDO: RELAÇÕES DE GÊNERO E
PODER NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como requisito parcial do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gênero, etnia e identidade

Orientação: Profa. Dra. Rosane Cristina Oliveira

Duque de Caxias, RJ

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE
BIBLIOTECAS

J94m Julio, Natali Gomes.

Mulheres no comando: relações de gênero e poder na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro / Natali Gomes Julio. – 2019.

137 f. il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2019.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Cristina Oliveira”.

NATALI GOMES JULIO

**MULHERES NO COMANDO: RELAÇÕES DE GÊNERO E
PODER NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como requisito parcial do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira
(Presidente)
Universidade do Grande Rio

Prof. Dr. Renato da Silva
Universidade do Grande Rio

Prof. Dr. Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Universidade do Grande Rio

Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Duque de Caxias, RJ
2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Professora Dra. Angela Maria Roberti Martins que me guiou por toda a minha vida acadêmica e ajudou a tornar-me o que sou. Cada pedaço desse trabalho tem a sua mão me orientando e ensinado. Você é e sempre será minha querida orientadora e mestra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que participaram dos movimentos feministas, nas lutas pelos direitos e conquistas que hoje são vivenciados pelas mulheres do século XXI. Mulheres que foram às ruas para protestar, mulheres que foram torturadas, exiladas ou que resolveram fugir de casa por não aceitarem condições impostas, simplesmente por serem mulheres. Pioneiras que exigiram o direito ao voto, o acesso às Universidades e a liberdade do corpo feminino. Mulheres anônimas, conhecidas e esquecidas pela história. Mulheres que sozinhas sustentam a sua família, negras, da favela, feministas, anarquistas e comunistas. Mulheres inteligentes, competentes, corajosas e capacitadas que ocupam uma posição de poder, mas que precisam se afirmar para os Outros por questões de gênero. Este trabalho é um tributo a todas vocês e gostaria de dizer que, apesar de tantas mudanças, a luta continua, pois ainda temos muito a mudar na sociedade.

Gostaria de agradecer a todas as entrevistadas que participaram deste trabalho, sem a colaboração de vocês seria impossível realizar uma pesquisa mais detalhada e compreender cotidiano das mulheres-Delegadas na Polícia Civil. Todas me receberam bem, foram educadas e tiveram o prazer em cooperar mesmo com o dia a dia repleto de ocupações.

Gostaria de agradecer a Professora Dra. Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima e a Professora Dra. Vanessa Ribeiro Teixeira, por fazerem parte de minha banca de qualificação. Infelizmente, antes que pudéssemos concluir o objetivo final - que era a banca de defesa - as normas da Instituição foram modificadas sem quaisquer explicações, deixando o trabalho sem as avaliadoras. Gostaria de dizer que foi uma grande perda para o aprendizado de todas nós e para a conclusão de um ciclo que foi interrompido de forma abrupta e, com isso, não pôde ser terminado/prestigiado com a ajuda e participação de vocês.

Gostaria de agradecer a Professora Dra. Rosane Cristina de Oliveira por me ajudar em momentos tão delicados, por ser tão compreensiva e por ter sempre uma palavra amiga e de sabedoria. Por ser uma de minhas orientadoras e contribuir

preciosamente em nossa pesquisa. Para mim é um privilégio poder ter uma pessoa tão competente e inteligente como professora.

Gostaria também de agradecer a Professora Dra. Angela Maria Roberti Martins, que me orientou, deu aula na graduação e, posteriormente, também me orientou e deu aula no mestrado. Tenho a honra ter sido guiada nos caminhos da vida acadêmica por você e ter-lhe como amiga. Não é privilégio para qualquer Instituição lhe ter como professora, pois poucos comportam todo esse brilhantismo.

GIRLS JUST WANT TO HAVE FUN¹

I come home in the morning light my mother says
When you gonna live your life right?
Oh mother dear we're not fortunate ones
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun
The phone rings in the middle of night my father yells
What you gonna do with your life?
Oh daddy did you know you still number one
But girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have
That's all we really want some fun
When the working day is done
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun
Girls they want wanna have fun and girls wanna have
Some boys take a beautiful girl
And hide her away from the rest of the world
I wanna be the one to walk in the sun
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have
That's all we really want some fun
When the working day is done
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun
Girls they want wanna have fun and girls wanna have
They just wanna (2X)
Girls, girls just wanna have fun
They just wanna (2x)
Oh girls!
Girls just wanna have fun
When the working
When the working day is done
Oh when the working day is done
Oh girls!
Girls just wanna have fun
They just wanna (2X)
Girls, girls just wanna have fun

¹Girls Just Want to Have Fun. Composição de Robert Hazard. Gravada no ano de 1983, na voz de Cyndi Lauper em seu álbum de estréia: *She's So Unusual*.

RESUMO

A presente dissertação “*Mulheres no comando: relações de gênero e poder na polícia civil do estado do Rio de Janeiro*”, têm por objetivo analisar e problematizar o cotidiano de mulheres em posições de poder, tendo como objeto de pesquisa as Delegadas da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Como estratégia metodológica, optou-se pela realização de entrevistas com algumas Delegadas e Delegados de Polícia Civil, cujo objetivo principal foi compreender e refletir sobre as percepções destas profissionais em posição de comando sobre como se veem em um cargo de poder, como são vistas e como fazem para conciliar a vida privada com a vida pública; trazer algumas discussões sobre as relações de gênero na sociedade e nas delegacias de polícia - como parte integrante da sociedade – abordar as relações de poder entre masculino/feminino; e apontar os movimentos feministas como responsáveis pelos espaços de poder que as mulheres conseguiram alcançar. A pesquisa constatou que a polícia civil é uma instituição tradicionalmente masculina e que a presença de mulheres em sua estrutura organizacional impactou as atividades de polícia em seu conjunto, estabeleceu tensões de gênero ao subverter relações de poder. Essas questões foram expostas sem deixar de apontar as brechas que foram abertas nas estruturas e que se desenrolaram como formas de mudanças e resistências.

Palavras-chave: Mulheres; Delegadas de Polícia; Empoderamento; Poder; Gênero.

ABSTRACT

The present dissertation "*Women in leadership: gender relations and power in the civil police of the state of Rio de Janeiro*" aim to analyze and problematize the daily lives of women in positions of power, having as object of research the female delegates of the civil police of Rio de Janeiro. As a methodological strategy, it was decided to conduct interviews with some female delegates and male delegates of civil police, whose main objective was to understand and reflect about the perceptions of these professionals in command position, how they perceive themselves in a position of power, how they are seen and how they concile private life with public life; to bring some discussions about gender relationships in society and in police stations - as an integral part of society - to approach male / female power relations and to point out the feminist movements as responsible for the power spaces women have been able to achieve. The research found that the civil police is a traditionally male institution and that the presence of women in their organizational structure impacted police activities as a whole, established gender tensions by subvert power relations. These issues were exposed while pointing out the loopholes that have been opened in the structures and that unfold as forms of change and resistance.

Keywords: Women; Police Delegates; Empowerment; Power; Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Ficha cadastral de Marly Preston	43
Gráfico 1	Vítimas de violência física, moral e sexual conforme o gênero	52
Gráfico 2	Mulheres que ocupam cargos de titularidade dentro dos Departamentos de Polícia e Polícia Especializada, segundo dados de 2016	74
Gráfico 3	Grau de escolaridade entre homens e mulheres no Brasil de acordo com a idade.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL:	Academia de polícia
ALERJ:	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAM:	Centro Policial de Atendimento à Mulher
CORE:	Coordenadoria de Recursos Especiais
COTE:	Curso de Operações Táticas Especiais
DEAM:	Delegacias de Atendimento à Mulher
DECOD:	Delegacia de Combate às Drogas
DGPB:	Departamento Geral de Polícia da Baixada
DGPC:	Departamento Geral de Polícia da Capital
DGPE:	Departamento Geral de Polícia Especializada
DGPI:	Departamento Geral de Polícia do Interior
DGRH:	Departamento de Geral de Recursos Humanos
DGPTC:	Departamento Geral de Polícia Técnico Científica
DOPS:	Departamento de Ordem Política e Social
DP:	Delegacia de Polícia
GT:	Grupos de Estudos de Trabalhos de Gênero.
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISP:	Instituto de Segurança Pública
ONU:	Organização das Nações Unidas
PED:	Pesquisa de Emprego e Desemprego.
PSB-RN:	Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Norte
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 MULHERES E LUTA FEMINISTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XX: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	19
1.1 A CONQUISTA DO VOTO E A LUTA DAS PIONEIRAS.....	21
1.2 ENTRE O FEMINISMO E A DITADURA.....	29
1.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL.....	31
1.4 CRIAÇÃO DAS DEAM'S NOS ANOS 1980: LUTAS, CONQUISTAS E AS PRIMEIRAS DELEGADAS DE POLÍCIA.....	40
2 RELAÇÕES DE GÊNERO E A MULHER DELEGADA - NOVAS LEGITIMIDADES QUE CAUSAM ESTRANHAMENTO.....	56
2.1 MULHER, MULHERES, GÊNERO.....	59
2.2 AS DELEGADAS: O INGRESSO NA ACADEMIA DE POLÍCIA E O FUNCIONAMENTO DA CORPORAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL.....	66
2.3 POR QUE POLÍCIA? A MULHER DELEGADA.....	76
2.3.1 DELEGADAS: O PRECONCEITO E A IMPOSIÇÃO DE PODER.....	80
3 DELEGADA, ESPOSA, MÃE E CHEFE DE FAMÍLIA - A MULHER QUE EXERCE O COMANDO NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.....	92
3.1 DELEGADA, MÃE E ESPOSA – A DUPLA JORNADA DE TRABALHO.....	94
3.2 AS PERSPECTIVAS DAS DELEGADAS E DELEGADOS SOBRE A MULHER POLICIAL.....	106
3.3 MULHERES E ARMAS DE FOGO – A DESESTIGMATIZAÇÃO DO SENSO COMUM.....	117
3.4 DELEGADA E EMPODERADA.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
FONTES E REFERÊNCIAS	132
ANEXO A PERGUNTAS FEITAS AS DELEGADAS.....	137
ANEXO B PERGUNTAS FEITAS AOS DELEGADOS.....	138
ANEXO C PERGUNTAS FEITAS AOS PROFESSORES DA ACADEPOL.....	139

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como principal objetivo refletir sobre gênero e poder, tendo como elemento principal de análise a relação entre as Delegadas de polícia e sua atuação dentro da estrutura da polícia civil do estado do Rio de Janeiro. Em geral, atribui-se a este espaço institucional elementos constitutivos do poder masculino. Entretanto, nas últimas décadas do século XX em diante, o protagonismo e a questão do empoderamento feminino tornaram-se dimensões fundamentais no que tange o papel das mulheres no referido espaço.

As pesquisadoras de gênero afirmam que para estudar a história das mulheres é preciso ser analisada a correlação entre os gêneros, mas com um diferencial: lançar um olhar sobre o feminino, não como esposa e mãe, mas como sujeito constituído de historicidade, de engendramento histórico. Os percursos históricos nos apontam para a marginalidade feminina ante a sociedade, pois o sujeito é/era masculino, mas questionamentos proporcionaram novos caminhos. Através de “uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico [...] um modo alternativo de operação e articulação.” (RAGO, 2012, p.25). São as problematizações que desconstruem “a verdade pura e universal” (RAGO, 2012, p.36). Quem disse? Quem construiu a verdade inquestionável? Seguramente os homens para a ocupação do espaço público e da política que são construtos culturais do poder do masculino. Segundo Conell (1995), gênero não envolve apenas relações entre homens e mulheres, mas estruturas bem mais enraizadas: Estado, economia, política e até mesmo religião, ou seja, a base de sua formação se deu em alicerces bem mais profundos que só a análise científica pode descortinar.

As diferenças correlacionais entre o “ser homem” e “ser mulher” existem nas formas mais simples de interação, através da cultura popular, pois ser mulher é não ser homem, é ser sensível, poder chorar, ser casta, tímida e necessitar de proteção. Diferente do que é atribuído ao sexo masculino que é ser viril, forte, caçador, protetor e provedor. São analogias de “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres [...] uma categoria imposta sobre um corpo sexuado [...] distinguir à prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.” (SCOTT, 1995, p.75).

O padrão de comportamento do ser humano é traçado de acordo com o corpo biológico, marca da cultura Ocidental. O sexo feminino assume as características de uma mulher e o masculino de homem, porém isso não envolve somente comportamento ou escolhas sexuais, mas padrões relativos a todos os aspectos da vida humana que se encaixam entre o público e privado.

O questionamento do que é masculino e do que é feminino ocorre através das reivindicações dos movimentos feministas. É a não aceitação do que foi socialmente imposto que inicia o abalo nas estruturas tradicionalmente masculinas. Os movimentos feministas se desenrolam em várias etapas, mas a pesquisa se atém a alguns pontos específicos dos movimentos que acreditamos terem contribuído para a ascensão das mulheres aos cargos de comando. O primeiro ponto abordado é o movimento feminista de Primeira Onda, no início do século XX, que tem seu maior foco no campo político e reivindica o direito ao voto, carreiras de trabalho iguais para homens e mulheres e acesso ao ensino superior, que teve por objetivo foi à conquista do espaço público. O segundo ponto abordado é o feminismo de Segunda Onda, na segunda metade do século XX, que foi mais subjetivo e lutou contra a opressão masculina, diferenças de gênero e questões que envolviam o corpo e a sexualidade feminina. E, finalmente, abordamos a parte política, se concentrará nos anos 1980, quando as mulheres perceberam que era necessário modificar a Constituição, na garantia de direitos e a necessidade de representatividade feminina na política parlamentar, a fim de criar leis que pudessem incluir e proteger as mulheres.

Com a observação em algumas mudanças nas políticas públicas surgem as DEAM's (Delegacias de Atendimento à Mulher), que vão ser as responsáveis por atender as mulheres vítimas de violências masculinas. As DEAM's são o marco histórico para a entrada das mulheres em postos de comando dentro da Polícia Civil, pois o objetivo era que as vítimas de violências fossem atendidas por mulheres para que não se sentissem constrangidas ao relatar os crimes cometidos pelos seus agressores. As Delegacias de Atendimento à Mulher se tornam a porta de entrada para as primeiras mulheres-Delegadas dentro da Instituição da Polícia Civil, que tão logo passam a ocupar cargos de chefia nas diversas delegacias especializadas e departamentos de polícia.

Quem são as mulheres-Delegadas que fazem parte de uma instituição marcadamente masculina? Existe um empoderamento feminino através de um cargo de comando que lida com a força para manter a ordem? Como é o convívio das mulheres com os homens e como esses homens lidam com uma mulher comandando-os? O

objetivo da pesquisa é entender o cotidiano das mulheres-Delegadas, suas perspectivas, como se veem em um cargo de poder, como são vistas e como fazem para conciliar a vida privada com a vida pública.

O método utilizado para alcançar os objetivos propostos, estão alicerçados nas seguintes etapas:

- a) Exploratória em relação ao levantamento de dados/informações sobre a atuação das delegadas de polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, suas atribuições e a historicidade em torno da institucionalização do cargo. A pesquisa exploratória, além de conter o levantamento bibliográfico, também pode conter a obtenção de informações através de entrevistas e / ou análise de exemplos que, de certa forma, estejam atrelados à problemática em torno do objeto estudado (MINAYO, 1998). Foram realizadas entrevistas abertas, com roteiro previamente elaborado, aplicado às delegadas que se dispuseram a ceder entrevistas e, também, delegados, para que fosse possível uma análise a partir de narrativas diferenciadas, enfatizando a questão do gênero e exercício do poder. Pela natureza da pesquisa, que visa aproximação por observação participante e gravação de entrevistas, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIGRANRIO e está em anexo.
- b) Análise documental (atas de reuniões das discussões em torno de propostas / projetos de lei; relatórios oficiais; dados estatísticos) e análise de fontes primárias e secundárias (jornais e revistas locais, blogs e fóruns de discussão). Esta modalidade metodológica de pesquisa se baseia na busca de fontes diversas “sem tratamento analítico”, ou seja, que detém informações que podem ser utilizadas para a elaboração de estudos aprofundados posteriormente (são cartas, filmes, fotografias, relatórios, jornais, entre outros) (MINAYO, 1998). Ainda, nesta modalidade metodológica, foram realizadas pesquisas e análises de dados elaborados por diversos institutos de pesquisa, destacando O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), especialmente relatórios do Dossiê Mulher.
- c) Análise temática de conteúdo em relação às entrevistas / narrativas: para melhor compreensão do que é ser uma mulher em um cargo de comando e o convívio nas relações de gênero dentro da polícia civil, foram entrevistadas 7 Delegadas de polícia, 4 Delegados polícia e 2 professores da Academia de Polícia (ACADEPOL). A pesquisa se ateve a entrevistar Delegadas e Delegados dentro do estado do Rio de Janeiro. Todas as Delegadas são titulares em suas respectivas delegacias de polícia, pois o objetivo foi

entrevistar mulheres que ocupam cargos de chefia. Quanto aos Delegados, 2 são titulares e 2 são Delegados auxiliares. As Delegadas titulares não pertencem a DEAM's, pois o objetivo da pesquisa foi entrevistar mulheres em cargos de comandos entendidos como masculinos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, os nomes foram omitidos para preservar a segurança das entrevistadas e dos entrevistados.

As entrevistas foram analisadas através de algumas categorias distintas como: Carreira policial, relacionamentos/família e, principalmente, empoderamento feminino e relações de poder. Todos esses temas perpassam as relações de gênero entre homens e mulheres. Com essas ferramentas foram definidas um arcabouço para a pesquisa, pois são questões capazes de definir como é a vida de uma Delegada de polícia. A pesquisa se ateve mais em compreender quem são as mulheres-Delegadas, porém gênero é um tema relacional, então os Delegados também foram entrevistados. O critério pelas escolhas das narrativas masculinas foi, na maior parte das vezes, suas perspectivas em relação às mulheres dentro da Instituição policial e a ocupação delas em cargos de comando.

No capítulo 1, *Mulheres e luta feminista na sociedade brasileira do século XX: Uma perspectiva histórica*, fizemos algumas análises que começaram no início do século XX, momento no qual o movimento de mulheres e insatisfações femininas se mostraram mais evidentes. Um dos principais objetivos, ou o que se tornou mais notório, foi a reivindicação pelo direito ao voto feminino, porém as mulheres também desejavam acesso às universidades e à profissões entendidas como exclusivamente masculinas. Através de pressões dos movimentos feministas, a situação da mulher passa a ser discutida. Com o direito ao voto conquistado surgem outras questões como corpo, maternidade e sexualidade. A mulher ganha um espaço modesto na política e o eleitorado feminino percebe que é necessário pressionar para alterações na constituição. Temas como violências contra as mulheres são discutidos, projetos são aprovados, crimes são configurados e surgem medidas protetivas para evitar ações violentas. Nesse contexto surgem as DEAM's.

No capítulo 2, *Relações de gênero e a mulher Delegada – novas legitimidades que causam estranhamentos*, abordamos a respeito da Instituição policial, como funciona a organização e o processo para se tornar Delegada/o de polícia. As DEAM's proporcionaram a entrada de mulheres-Delegadas dentro da estrutura policial. As mulheres, que se restringiam a Delegacia de Atendimento a Mulher, logo passaram a ocupar outros Departamentos de Polícia e Polícia Especializada. Essa relação causou

atrito e estranhamentos, pois a polícia ainda é vista como uma Instituição majoritariamente masculina. Porém, através das entrevistas percebemos as resistências femininas e como as Delegadas avaliam o impacto da profissão e os subterfúgios encontrados por elas para burlar relações machistas.

No capítulo 3, *Delegada, esposa, mãe e chefe de família – a mulher que exerce o comando no espaço público e privado*, abordamos a respeito da dupla jornada de trabalho, ser Delegada, mãe e esposa, e como as entrevistadas fazem para organizar a vida pública e a privada. Percebemos que em boa parte dos casos falta compreensão dos maridos/companheiros das mulheres-Delegadas, porém fazem prevalecer a sua vontade se impondo diante de situações machistas dentro do lar. As entrevistadas se percebem como mulheres empoderadas e que ocupam um cargo de poder dentro da polícia. Citam a respeito das novas adequações ante as relações de gênero e afirmam que a mulher mudou diante dos novos espaços que passam a ser ocupados pelo feminino.

Nossa contribuição para essa pesquisa encaminha-se em direção as mudanças estruturais nas relações de gênero e problematiza através de reinterpretações do que, atualmente, pode ser entendido como masculino e feminino, pois observamos que as mulheres-Delegadas não se adéquam ao ritmo imposto pela sociedade tradicional.

1. MULHERES E LUTA FEMININA NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XX: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde as suas primeiras manifestações, pois desafiou ao mesmo tempo, a ordem conservadora [...] e, também, as propostas revolucionárias. (PINTO, 2003, p.9)

Este capítulo volta-se para analisar a trajetória de luta das mulheres ao longo do século XX. Não temos pretensões de desdobrar a vida de cada personagem histórico-feminino e nem de destrinchar minuciosamente os movimentos feministas, mas fazer um prelúdio que ajude a contextualizar e compreender as relações de gênero abordadas no trabalho. Acreditamos ser importante pautar alguns acontecimentos que antecedem a pesquisa para melhor entendimento histórico das mudanças, conquistas e constantes lutas femininas até os dias atuais.² Também é uma forma de reconhecimento e homenagem às militantes pioneiras no Brasil, ainda que não citemos tantas outras.

No processo dos movimentos feministas, a mulher lutou para trazer mudanças sociais, soluções para diversos problemas, rejeitando a posição de subordinação feminina. Mesmo que tenha sofrido repressões e, em muitos casos, tinha sido relegada pela sociedade, a mulher nunca fora destituída de poder, porém o seu exercício ocorria com limitações sociais, na vida privada, de forma mais discreta, longe dos espaços públicos; logo poderia parecer que não existia o uso do poder pelo sexo feminino. Porém, é preciso deixar claro que não podem ser negligenciados ícones femininos que quebraram padrões e resistiram a imposições e casos até mesmo de grupamentos de guerra composto por mulheres.

A partir dos anos 1980, a força dos movimentos feministas impulsionou várias mulheres ao pleito de cargos políticos, parte significativa delas eram militantes de

² Resolvemos nos pautar pelo movimento sufragista, por ser o mais expressivo e por se tratar de uma breve reflexão.

movimentos feministas e levaram a luta para a arena legislativa, pois a inserção de mulheres na política era a forma mais eficaz de conseguir mudanças dentro dos parâmetros legais. Apesar de a política ser hostil, às mulheres, e pautada no conservadorismo, as militantes não se sentiram intimidadas, pois acreditavam que o caminho para mudanças teria que ser trilhado através do espaço de representação política e, para isso, precisavam estar inseridas dentro das instâncias federal e legislativa.

Uma conquista importante, para as mulheres, foram as Delegacias de Atendimento a Mulher, as DEAM's, criadas nos anos 1980. Condição *sine qua non* que deu coragem a muitas mulheres para delatar seus agressores. A presença das Delegadas nas DEAM's amenizou a visão sexista e deu mais liberdade, acolhida e segurança às vítimas de agressão. Assim, as Delegadas passam a existir no cenário da Polícia Civil e logo começam, também, a ocupar chefias que não estão relacionadas com as Delegacias de Atendimento a Mulheres, como: Departamentos de Polícia e outros tipos de Delegacias Especializadas. Essa convivência, em alguns casos, gera tensões nas relações entre os gêneros e conflitos devido a entrada feminina em espaços marcadamente masculinos.

A perspectiva histórica permite a análise de mudanças tanto no espaço público quanto no privado. No que se refere à pesquisa, mais especificamente, a presença e atuação das mulheres nos espaços públicos. Através do percurso de lutas e reivindicações ao longo dos séculos, ou seja, do tempo, é possível analisar a dimensão da história percorrida que é responsável por compreender mudanças e permanências. A contextualização dos movimentos de Primeira e Segunda Onda permite perceber o trajeto percorrido até as mulheres terem o direito ocupar a posição de Delegada de polícia. Os movimentos feministas são os porquês de as mulheres terem conseguido a emancipação política, física e ocupação de postos de trabalho que antes eram apenas masculinos.

1.1. A conquista do voto e a luta das pioneiras

Os movimentos feministas foram responsáveis por deixarem mais flagrantes a atuação feminina e expressar a conscientização das mulheres como seres sociais. Mesmo os movimentos eminentemente femininos, com exigências voltadas para o lar, trazem a compreensão de que as mulheres poderiam atuar como seres políticos. O movimento feminista no Brasil se desenrola de forma diferenciada, de acordo com a realidade do país, não é construído conforme os moldes internacionais - apesar de inspirar-se nos movimentos que já aconteciam na França e Estados Unidos - havia a necessidade de tentar burlar a ditadura militar. Essas peculiaridades, que cabiam especialmente a mulher brasileira, hão de ser desdobradas ao longo deste capítulo.

Durante o movimento feminista de Primeira Onda, no século XX, as reivindicações entendidas como de maior urgência, pelas mulheres, eram: Mudanças constitucionais inclusivas que daria o direito de exercer o voto e ser votada; e igualdade em cargos de trabalho, cargos que eram considerados exclusivamente masculinos (vale lembrar que a maioria das funções exercidas pelas mulheres estavam ligadas ao cuidar, às funções do lar). Questões do corpo e sexualidade, que eram causas mais libertárias, foram reivindicadas, porém ficaram em segundo plano por serem considerados assuntos inapropriados que chocaria o tradicional patriarcado, da primeira metade do século XX. O que não exime de ter existido um grupo menor de mulheres, conhecidas como anarquistas, que já abordava temas pertinentes a liberdade das mulheres, questões do corpo e amor livre. Porém, o que ficou em maior evidência, inclusive para a historiografia, foram às necessidades entendidas como mais interessantes para a maioria das mulheres militantes.

Algumas feministas, que sucederam as pioneiras, criticam as precursoras pela maioria se focar no direito ao voto e preterir questões que pudessem gerar maior impacto com a estrutura social vigente, porém o exercício de direitos políticos foram fundamentais para o desenrolar das últimas décadas. Politização feminina, cargos de

trabalho³ independente do sexo, acesso às Universidades e o direito ao voto foram temas discutidos e reivindicados através de mulheres como Bertha Lutz, Alice Tibiriçá, Leolinda Daltro, Josephina Álvares de Azevedo⁴. Com exceção de Maria Lacerda de Moura, que seguia e acreditava em ideologias anarquistas, pois defendia algumas bandeiras que estavam aquém da maioria das feministas. Devido à divergência de ideais, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz seguem separadas na luta.

De acordo com Roberti (2013, p. 26), as questões femininas foram um dos pontos das discussões anarquistas, as mulheres eram temas de pautas e preocupação do movimento, mesmo com diferenças entre anarquistas mais conservadores e anarquistas que optavam por um viés mais inclusivo na forma pensar as relações de gênero. Os mais libertários discutiam a situação servil da mulher e apontavam novos contornos sociais/sexuais para as mulheres. Os anarquistas criticavam a estrutura tradicional e sexista da família burguesa, que se amparava segundo interesses econômicos e alianças políticas pautadas na autoridade do homem, no ideal da maternidade, no controle social/sexual. Os anarquistas condenavam a submissão feminina e a dominação exercida pelo homem. Logo, subverter padrões políticos e econômicos era interferir diretamente nas relações entre homens e mulheres. O casamento monogâmico e indissolúvel, legitimado pelo Estado e sacramentado pela Igreja, era político/econômico, perpetrava relações de poder e estruturas sociais exploratórias.

Fourrier, século XIX, discutia temas pertinentes a libertação da mulher e pensava que “a condição fundamental de qualquer processo de emancipação é que esta se realize em igualdade entre todos os indivíduos, daí a sua insistência na necessidade da libertação da mulher para a libertação do homem.”(RAGO, 2012, p. 9 e 10). O princípio de Fourrier era baseado na liberdade e igualdade, contra o sistema autoritário, que era responsável pela diferença e hierarquização de gêneros. Bakunin⁵, uma das figuras mais importantes do anarquismo, enxergava as mulheres como personagens

³Ao falarmos de trabalho é preciso lembrar de que as mulheres escravizadas, mulheres pobres, mulheres negras - pós escravidão - sempre trabalharam. Atuavam em corte e costura, na lavoura, em fábricas e em serviços domésticos no geral. Essa reivindicação era da classe média e alta feminina, desejosa por autonomia financeira, maior independência e por postos de trabalho que não eram atribuídos ao sexo feminino.

⁴Bertha Lutz, Alice Tibiriçá, Leolinda Daltro, Josephina Álvares de Azevedo são nomes que ficaram bem conhecidos nos movimentos feministas, pois essas mulheres são algumas das que encabeçaram a luta pelo voto feminino e acesso às Universidades. Também fazem parte do pioneirismo dos movimentos feministas no Brasil.

⁵Foi um dos primeiros anarquistas a defender a emancipação e igualdade das mulheres. Filósofo e sociólogo russo se tornou conhecido por suas ações e é considerado o fundador do movimento anarquista. (ROBERTI, p.27, 2013)

importantes dentro da luta e falava sobre a emancipação feminina, para ele as relações de gênero deveriam ocorrer baseadas na igualdade, a mulher deveria tornar-se um ser livre.

Ter a maior parte do movimento focado no voto feminino, não exime a existência de mulheres com ideais libertários/anarquistas e da abordagem de assuntos como aborto, sexualidade feminina, divórcio, amor livre e contestação da normatividade patriarcal. Porém, alguns temas eram considerados polêmicos para boa parte das feministas do início do século XX. Talvez por isso, abordagens como estas tenham sido deixadas de lado pela maioria das mulheres militantes. Pautas envolvendo sexualidade e emancipação feminina só ganharam corpo a partir da segunda metade do século XX, nos anos 1960, entendidos como os anos insurgentes, das moças subversivas e “malcomportadas”. A bandeira levantada por Lurtz e suas companheiras é de cunho cívico, pela inclusão da mulher como cidadã. As militantes eram mulheres cultas representantes dos grupos mais abastados da sociedade, incluindo a própria Bertha Lurtz, o que traz uma bandeira recatada, entretanto, importante para o começo de diversas mudanças. Porém, as mulheres anarquistas e as várias periodicistas⁶ não podem cair no esquecimento da história.

Explicar o porquê, de algumas partes dos movimentos feministas ainda serem nebulosas ou pouco pesquisadas não apontaria uma justificativa satisfatória. Talvez a falta de interesse pelo tema a ser abordado, necessidade de maiores pesquisas, investimentos ou mesmo questões políticas pelo fato dessas mulheres não fazerem uma linha de protesto mais diplomática - por não se encaixarem no padrão positivista - podem ser possibilidades.

Roberti (2013), aponta que não foram apenas os militantes anarquistas do sexo masculino, dentro e fora do Brasil, que discutiram sobre a opressão burguesa, a dominação masculina e a necessidade de emancipação feminina. Apesar de invisíveis na produção historiográfica durante muito tempo, as mulheres anarquistas militantes no Brasil contribuíram nas lutas ao lado dos homens na defesa dos postulados libertários. Seus gritos de revolta, suas reivindicações de liberdade e igualdade foram ouvidos dentro e fora do movimento anarquista. E esses gritos e discursos por igualdade de gênero, que se faziam presentes no cenário brasileiro, estimulavam a publicação de artigos que ensejavam a reflexão sobre a posição da mulher na sociedade dominada pelo

⁶ As que costumam ser lembradas são as periodicistas sufragistas e não as que contestavam os padrões de moralidade e o papel da mulher nos séculos XIX e XX.

homem, a emancipação feminina e a igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos. Assim, a imprensa libertária firmava sua importância política ao abrir espaço para as questões de gênero, em uma conjuntura marcada, de um lado, pelo discurso científico da inferioridade feminina e, de outro, pela ascensão do movimento de emancipação da mulher. Dentre as maneiras mais eficazes de alcançar pessoas e fazer com que as notícias pudessem atravessar cidades e até mesmo países e continentes estavam os jornais, eles trazem uma boa parcela da responsabilidade de disseminar ideias, rebeliões e informações de uma forma geral.

Vários periódicos anarquistas surgiram no Brasil ao longo do século XX, em sua maioria pequenos jornais independentes que trabalhavam na impressão de periódicos, panfletos e folhetos. Estes contestavam os papéis/sociais sexuais atribuídos aos homens e mulheres pelo modelo burguês de masculinidade e de feminilidade, de modo a questionar a posição do “macho” na sociedade. Havia forte crítica quanto à estrutura opressora sofrida pela mulher, pois a sociedade Moderna e Contemporânea tinha por hábito classificar o feminino conforme os padrões da burguesia, que tem por esteio a religiosidade, ou melhor, a relação entre moral e religião. As militantes anarquistas combatem essa estrutura, pois são contra qualquer sistema opressor que subalterniza e escraviza a mulher e o homem. Estruturas como o casamento impõem o papel de mãe, esposa, dona de casa daquela que vive para servir e ocupa o espaço privado. Os anarquistas subvertem a ordem normativa, que é burguesa e classista para a qual tanto a mulher, quanto o homem não são detentores dos meios de produção, são oprimidos/explorados. Pregar a libertação moral/sexual da mulher é ir de encontro aos padrões de gênero impostos por quem está no poder. Os anarquistas acreditavam que “...a situação da mulher na ordem burguesa, herdeira de uma tradição misógina, era humilhante.” (ROBERTI, 2013, p.27).

Além dos anarquistas, outras mulheres começam a se destacar por propagar ideais feministas através de periódicos, panfletos, pasquins por vezes polêmicos ao criticar a moralização imposta à mulher e discutir o divórcio. Havia a percepção quanto à necessidade urgente de uma educação igualitária para que mulheres fossem vistas com a mesma importância que os homens. Reivindicavam o mesmo tipo de educação ao invés da educação conservadora e marcadamente de gênero, que impunha as mulheres, quase que exclusivamente, o aprendizado de afazeres voltados ao âmbito privado e destinado ao casamento. A educação secular corroboraria para a libertação feminina, pois as escritoras acreditavam na emancipação através do conhecimento, que livraria as

mulheres da condição de ignorância imposta e assim poderiam pleitear, de maneira igual, acesso a cargos e ao mercado de trabalho.

Segundo Muzart (2003), o primeiro jornal fundado por uma mulher no Brasil foi chamado de "*O jornal das Senhoras*", com o número de lançamento saindo no dia 1º de Janeiro de 1852. Sua criadora chamava-se Juana Paula Manso de Noronha, era de nacionalidade Argentina, morou por muito tempo no Brasil, pois foi exilada, era indesejada e conhecida como *La loca* em seu país de origem. Sua contribuição na educação e cultura foi ímpar, de inteligência acentuada e forte militância política em favor das mulheres. Um de seus desejos era a emancipação moral do sexo feminino, Juana, porém, ficou esquecida assim como muitas escritoras do século XIX. A essas mulheres se deve uma retratação histórica.

Outra mulher que se destacou foi Josefina Álvares de Azevedo, dona de um jornal expressivo e de peso que reivindicava os direitos das mulheres:

Com seu periódico *A Família* e com a peça que escreveu, *O voto feminino*, muito lutou pela causa no final do século. *A Família*, fundado em São Paulo, em 1888, foi mais tarde transferido para o Rio, onde contou com a colaboração de muitas feministas, tendo circulado quase por dez anos, de 1888 a 1897 [...] todos os escritos das mulheres da metade do século ao seu final, encontra-se a luta pelo direito à educação e à profissão. Algumas, poucas, escritoras lutaram igualmente pelo direito ao divórcio. (MUZART, 2003, p. 226)

Josefina Álvares de Azevedo e Juana Paula Manso de Noronha foram mulheres progressistas que puxaram o carro da revolução feminista - antes das demarcações acadêmicas pautadas em ondas e na expressividade elitista -, traziam questionamentos e o inconformismo com a subalternização feminina. No tocante à Lurtz houve uma característica diferente, pois exercia um padrão de feminismo mais palatável as classes dominantes, além de ser letrada e, o mais importante de tudo, era possuidora de grande prestígio na sociedade brasileira, então seu periodismo era aceitável. “Evidentemente isso ocorria no Brasil nos limites escritos de uma classe média urbana e culta [...] questões públicas adquiriam para as elites status de questões privadas, resolvidas nos salões de festas das oligarquias”. (PINTO, 2003, p.29). Bertha Lurtz escreveu por várias vezes em jornais expressivos. Apesar de épocas diferentes, Juana, *La loca*, chocava com sua militância mais libertária. Já Bertha conseguia transitar os dois espaços: agradava a elite no exercício uma militância diplomática e lutava pelos direitos das mulheres. Porém, era importante convencer os patamares mais altos da

sociedade, pois decisões relativas às políticas públicas não estavam abertas aos cidadãos comuns: “A propaganda visando conquistar adeptos apareceu como novidade no mundo brasileiro, e as mulheres se destacaram nesse cenário na busca da divulgação de seu ideário.” (PINTO, 2003, p.30). Os jornais eram um importante meio de conseguir inflar ideias em uma sociedade classista e misógina.

As atividades de mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país [...] além dos jornais que circulavam nas capitais, havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral como de associações, sindicatos, grêmios literários ou que tratavam de assuntos específicos. Esses jornais algumas vezes tinham à sua frente uma ou duas pessoas, que dedicavam suas vidas para mantê-los em circulação. (PINTO, 2003, p. 33)

As publicações não eram um privilégio dos grandes centros, as mulheres nos interiores do Brasil também fundaram jornais. Porém, fora das capitais o número de mulheres analfabetas era maior. Apesar de um quadro de analfabetismo grande, a nível nacional, as periodicistas tinham um objetivo sólido, talhado em ideais libertários, e desejavam alcançar o maior número de mulheres que conseguissem. Almejavam desestruturar o tradicional patriarcado, atenuar a condição de inferioridade feminina e atentar para a condição em que a mulher vivia dentro do espaço privado e que era ignorado pela sociedade, arrancá-las da condição de esquecimento. Militar era difícil para a maioria das mulheres, pois a maior parcela saía às ruas somente acompanhadas e em poucas ocasiões. Cabia a esses periódicos alcançar mulheres que mesmo em casa poderiam ser atingidas por ideais libertários.

Em 1891 surgem os primeiros movimentos em busca do voto feminino, o pleito era sem sucesso, pois esbarrava no embargo da Assembleia Constituinte “[...] alguns concluíam pela sua inconstitucionalidade. Outros alegaram que o elemento feminino estava incluído na categoria “cidadãos brasileiros” (SOIHET, 2013, p.219). As militantes não aceitavam e diziam que se estavam incluídas como sujeitos universais precisavam exercer e fazer parte desta inclusão. Porém, a realidade eram os espaços estabelecidos socialmente para os gêneros: às mulheres pertenciam os espaços privados, os afazeres domésticos e aos homens os espaços públicos. As mulheres sabiam que para ocorrer alguma mudança precisavam participar do processo eleitoral, votar e até mesmo serem votadas. Vale lembrar que no final do século XIX e início do século XX, as

mulheres eram muito restritas a espaços privados e não cabia a uma dama frequentar determinados locais ou andar desacompanhada nas ruas. Ainda assim, em 1909, Leolinda Daltro⁷ e Gilka Machado fundam o primeiro partido de mulheres, o Partido Republicano Feminino. Nenhuma mulher conseguira votar, tão pouco candidatar-se a uma vaga política, mas esta era a forma de pressionar o sistema e se mostrarem cidadãs, parte integrante da sociedade, não só em deveres, mas em direitos, em poder de voto e em decisões. Em contraposição ao anseio por direitos, estava a Constituição de 1891 que dizia: “Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.⁸”. Apesar das tentativas femininas de se candidatar e reivindicar direitos, a lei não era clara e dava margem para várias interpretações que, na maioria das vezes, colocava-se a prática, concomitantemente, de acordo com costumes e normas do tempo histórico em questão. Logo, acreditava-se, no século XIX – contemporâneo da Constituição de 1891 – que as mulheres não eram consideradas cidadãs e/ou parte da sociedade atuante no exercício de direitos. O reconhecimento, por lei, só ocorre quase 100 anos depois, devido a pressões de movimentos feministas, apesar de as mulheres já exercerem o direito ao voto desde a década de 1930:

Art.5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição⁹;

Em 1891, na Constituição da República da Espada, a mulher era simplesmente ignorada e/ou incluída como sujeito universal, que é masculino. Isso não dava a ela o direito ao voto, não era vista como cidadã, pois era uma extensão do marido, sujeita às vontades e aos caprichos masculinos; logo esta mulher não tinha direitos. A mulher como pessoa, como indivíduo é mostrada somente na Constituição de 1988, com a pressão dos movimentos feministas: “*Todos são iguais perante a lei...*” Mas quem?

⁷ Conforme cita a pesquisadora Céli Pinto, antes da fundação do Partido Republicano Feminino, em 1909, Leolinda Daltro tenta o alistamento eleitoral sem sucesso. Em 1919 tenta se candidatar a Intendência do Rio de Janeiro, porém as investidas não surtiram o efeito desejado.

⁸ A publicação, na íntegra, da Constituição de 1891 está no site da câmara neste endereço: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>

⁹ A publicação, na íntegra, da Constituição de 1988 está no site da câmara neste endereço: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

Quem são “todos”? Inciso I: “*Homens e mulheres são iguais em direitos....*” Com a descrição do inciso I, fica claro que “todos” não é mais um pronome indefinido e sim homens e mulheres.

Segundo Pinto (2003), Leolinda e Gilka conseguiram chamar atenção da imprensa e estampar nos jornais a questão do voto feminino. E mesmo sujeitas ao espaço privado, 90 militantes saíram em passeata às ruas para exigir o direito de votar e serem votadas. O ano era 1909, ano da primeira votação para Presidente da República na República Velha. Houve uma mudança de curso com a chegada e influência de Bertha Lurtz, brasileira que voltara da Europa. O que passou a ser, para olhos mais conservadores, não apenas só mais um movimento de um grupo de mulheres, pois o prestígio de Lurtz trouxe legitimidade. O movimento feminista começa a abarcar uma mistura de mulheres letradas, de classe média-alta a operárias. A heterogeneidade do movimento pode ser percebida através do crescimento das cidades, aumento das fábricas e urbanização. A aglomeração de pessoas serviu para gerar novos conceitos e movimentos reivindicatórios.

Como lembra Pinto (2003), Berta Lurtz possuía reconhecimento na elite carioca por seus pais serem figuras expressivas na sociedade, tanto por terem nível elevado de estudo quanto por terem posses, o que facilitou para que a luta atingisse espaços, encontrasse facilidades e alcançasse pessoas influentes politicamente. Bertha Lurtz, que se formou em Biologia pela Universidade de Sorbonne, viajava para Europa e Estados Unidos e trazia ideias que podiam ser aplicadas no Brasil, se manifestava através da imprensa escrita e mostrava que, no exterior, as mulheres já tinham obtido algumas conquistas. Criou a Federação Brasileira para o Progresso que se tornara uma organização de prestígio e importância.

A mobilização feminina atingiu uma crescente que não podia mais ser ignorada. A pressão aumentava cada vez mais com passeatas e requerimentos na justiça pelo direito ao voto. Paralelamente à conscientização feminina, brotavam outros elementos que corroboravam para a realização do pleito: a opinião pública, as pessoas não se escandalizavam com a reivindicação das mulheres, o crescimento e organização do operariado, a fundação do primeiro Partido Comunista, maior circulação de notícias impressas, a entrada de europeus no país para o trabalho braçal nas indústrias e a urbanização crescente. Esses são alguns fatores responsáveis pelas mudanças de alguns valores e ajudaram no êxito feminista em fazer uma rachadura no indelével patriarcado.

O direito ao voto será conquistado na Era Vargas, em 1932. Vargas havia se comprometido com a moralização política. Que tipo de moralização ocorreria com metade do povo brasileiro excluído do direito ao voto? Pressionavam as feministas, logo as eleições não poderiam mais sofrer categorizações de gênero. Segundo Soihet (2013), havia se tornado impossível fechar os olhos para as reivindicações feministas. Novas leis eleitorais foram estabelecidas e, através de muita pressão, todas as mulheres puderam participar do processo eleitoral.

No âmbito privado não ocorreram mudanças significativas, ao ponto de serem questionadas as “obrigações femininas” para com o lar, esposo e filhos. A sociedade era patriarcal, no entanto os paradigmas começam a ser rompidos pelas sufragistas diante de poucas, mas significativas, conquistas nos espaços públicos. Mesmo diante de algumas resistências, é o início da conquista por direitos.

1.2 Entre o feminismo e a ditadura

A Primeira Guerra Mundial proporcionou ruptura de hábitos, pois as mulheres tiveram de ocupar os postos de trabalho masculinos, que ficaram vagos, porque os homens foram convocados para a guerra. Não era somente uma questão de desejo de emancipação, mas de necessidade de sustento. Entretanto, através da restauração da ordem, de regimes autoritários, por exemplo, conseguiram colocar as mulheres de volta em seu “devido lugar”, havia a supervalorização da pátria e da família, do papel feminino no lar, o incentivo à natalidade. Porém, com a Segunda Guerra Mundial, a saída foi definitiva. O que difere o ocorrido na Segunda Guerra, com a Revolução Industrial¹⁰ e a Primeira Guerra, se em todos os casos as mulheres ocuparam lugares nas fábricas, deixaram seus lares para trabalhar ganhar o sustento com sua força de

¹⁰ As mulheres sofriam preconceitos do movimento operário masculino e não eram aceitas nos sindicatos. Apesar das lutas, de mulheres, em movimentos operários alternativos, que eram pouco expressivos. Mesmo assim, durante a Revolução Industrial, já se mostravam presentes reivindicações. Todavia os movimentos masculinos não eram partidários a participação feminina e boa parte de suas iguais também não. “Agir no espaço público não é fácil para mulheres dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto.” (PERROT, 2007, p.146).

trabalho? ¹¹ A conscientização dos movimentos feministas que ocorria desde o final do século XIX e ecoava cada vez mais forte, a pressão das mulheres aumentava gradativamente e se tornava cada vez mais difícil resistir, até que o “boom” da Segunda Onda mostrou toda sua força a partir dos anos 1960. O pós-Segunda Guerra veio acompanhado de ideais que trouxeram novas perspectivas, novos entendimentos e fomentaram o desejo por direitos iguais.

Segundo Rago (2012), as mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente. Sem dúvida alguma, há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Se outrora alguns espaços eram majoritariamente masculinos, com a entrada das mulheres em locais públicos, como universidades, espaços de tecnologia e pesquisa, campos de trabalho, esses locais irremediavelmente alteraram seus espaços e interações sociais por conta das relações entre os gêneros. Os movimentos feministas não buscam supremacia na luta por conquistas, mas prezam pela igualdade, diferente do machismo que oprime e se institucionaliza através da manifestação de superioridade e prática de subalternização do Outro. Para Costa (2000), o conceito de empoderamento começou a ser utilizado pelo movimento de mulheres ainda nos anos 1970, o que aponta a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero através de um movimento de resistência.

As mulheres lutaram por sua inclusão na história e pelo processo de cidadania, para serem vistas como seres dotados de historicidade, portanto, é um engano afirmar que elas estavam socialmente incluídas ao falar dos homens ou crer que estavam universalizadas ao falar da humanidade. A mulher desejou obter uma identidade própria, a conscientização ocorreu a partir do momento em que se enxergaram como indivíduo, dotado de desejos singulares e não como extensão do lar. Uma parceira que ajudou a construir formas diferentes da mulher entender o corpo foi a pílula anticoncepcional, marco científico dos anos 1960. A descoberta foi importante para desmembrar a mulher do lar, - que corroborou para a identificação do sujeito e trouxe a autonomia do corpo feminino ao facilitar o seu controle – emancipar a sexualidade e conferir “pé de igualdade” perante aos homens. Poderiam fazer sexo quando quisessem

¹¹ A análise não visa fazer um decurso a respeito da exploração capitalista, que era maior para a mão de obra feminina e infantil, mas sim observar a saída do espaço privado para o público.

sem o ônus da gestação, além de maior inserção no mercado de trabalho. “A livre contracepção [...] abalou as relações entre os sexos, e começou a dissolver a hierarquia entre eles.” (PERROT, 2007, p. 141). Proporcionou autonomia sexual às mulheres, separou o prazer dos deveres sociais e corroborou na caminhada para a igualdade sexual entre os gêneros. Ter a opção de não gerar filhos era mais uma maneira de chocar os padrões sociais e rejeitar o local institucionalizado ao feminino.

Segundo Ergas (1991), a explicação para a existência do feminismo Ocidental contemporâneo foi uma resposta à repressão por gênero e o domínio masculino. Nos anos 1960 e 1970, as mulheres se inflam com ideias igualitárias e libertárias como forma de embate ante a realidade de desigualdade social na qual estão inseridas. Ter as mesmas oportunidades de vida e emprego que eram oferecidas aos homens não era possível. Ou seja, as mulheres não desfrutavam das mesmas oportunidades, a fim de alcançar independência financeira para se emancipar e viver a utópica liberdade desejada. Tinham, indelevelmente, papéis pré-estabelecidos e proporcionar autonomia ao sexo feminino era o mesmo que subverter a ordem. Daí a necessidade de modificar as estruturas de poder, de empossar, em cargos políticos, pessoas que pudessem trazer representatividade ao sexo feminino.

1.3 O Movimento Feminista no Brasil

Entre os anos 1964-1985, o Brasil viveu o que conhecemos por Ditadura Militar. Devido a isso, pesquisadoras dos movimentos feministas acreditam que a militância brasileira é singular, o que traz características de uma historicidade peculiar. Como, por exemplo, a mistura com os movimentos femininos¹², inserção da Igreja Católica e de movimentos de mulheres comunistas, pois “[...] o país vivia sob uma ditadura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava [...] a lutas políticas

¹² É importante lembrar que os movimentos femininos são antecessores, a partir dos anos 1940, ao movimento feminista de Segunda Onda e herdeiros de uma estrutura social precarizada. A necessidade de melhores condições de vida gera protesto contra o aumento dos preços nos alimentos e a falta de escolas e creches. Nada tem a ver com feminismo e sim com a busca direta de qualidade de vida familiar. As feministas se agregam à essas mulheres na oportunidade de conscientizá-las.

e sociais com viés de esquerda” (PEDRO, 2013, p.240). Diferente da França e Estados Unidos que puderam viver as reivindicações de “Segunda Onda” com maior liberdade.

Na França, por exemplo, o “inimigo” [...] era o patriarcado. No Brasil, com tantas mazelas políticas e sociais, havia muito mais a fazer para além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual da mulher [...] Aqui as feministas se posicionam contra o patriarcado, mas também foram impelidas a assumir outras lutas. (PEDRO, 2013, p.252)

Diferente do movimento feminista internacional, o movimento feminista nacional se misturou com a política e com causas femininas. As causas políticas partidárias traziam a luta contra a liberdade de expressão e contra a opressão de direitos de um regime autoritário que carregava significativa índole patriarcal. Lutar contra a ditadura militar era lutar por liberdade de expressão política, sexual e pelo direito ao voto que fora conquistado – pelas mulheres - nos anos 1930 e perdido, durante os anos de austeridade, por toda a sociedade. Se opor a falta de liberdade era um ato de rebeldia, na percepção militar, “discordar” era ser insurgente; logo, de esquerda. A luta das mulheres não se restringia mais ao machismo, o Estado havia se tornado a maior barreira, inflexibilizando algumas conquistas feministas. Era preciso lutar contra a ditadura, que interferia e indeferia diretamente na liberdade feminina. Sanar as necessidades básicas, de mulheres de baixa renda, também era de suma importância para alcançá-las. A causa girava em torno de uma ampla conscientização da liberdade sexual, liberdade política, acesso à educação, saúde e alimentação. De cunho filantrópico havia a Igreja católica, de cunho libertário, as feministas. Igreja e feministas concordaram em discordarem da austeridade violenta do Estado, mas divergiram entre si, por causa de algumas pautas feministas como aborto e liberdade sexual. A inusitada aliança entre a Igreja e as feministas durou até o momento em que a ditadura começou a ruir.

Conforme explica Sarti (2001), à princípio os movimentos de mulheres tinham ligação com a Igreja católica, as organizações femininas de bairro cresceram devido às obras assistenciais da Igreja, mas existiam divergências de pensamentos, devido a ligação com um grupo religioso. A Igreja conservava padrões morais conservadores, o que gerava divergências ideológicas e, por algumas vezes, disputas de poder. Os desentendimentos e confrontos, entre as duas forças, eram tratados no privado e a

melhor maneira de resolver o impasse foi através de uma política de apaziguamento. Nos pequenos grupos de reflexão os temas como aborto e sexualidade eram abordados, mas junto às comunidades deveria haver maior moderação para poder continuar o trabalho em equipe. As restrições, colocadas pela Igreja também justificavam que a causa deveria ser de cunho filantrópico. O respeito pelos espaços havia criado uma parceria na qual a Igreja ajudou a camuflar as mulheres-militantes como filantropas e em troca as mulheres assessoravam Igreja com as obras assistenciais.

A união da Igreja com grupos feministas aconteceu devido ao esvaziamento político que o regime militar deixou e, pela necessidade de tentar passar despercebidas aos olhos do Estado, a igreja era o meio de atingirem uma causa maior: a conscientização feminina. A aproximação de Eclésia e militância era um meio viável para tentar atingir o objetivo em tempos de repressão. A perspectiva feminista também passava pelo propósito mais amplo de transformar a sociedade como um todo ao suprir necessidades fundamentais do ser humano, essa postura chamou a atenção das democratas de classe média e alta, que se uniram às marxistas, a fim de realizarem trabalhos sociais. As militâncias que abordavam questões de gênero e corpo ficaram mescladas a trabalhos assistenciais feitos para mulheres em situação de vulnerabilidade social e só ganharam robustez e expressividade concomitantemente ao processo de abertura política. Simultâneo a esse processo tornou-se cada vez mais insustentável a frágil relação entre a igreja e a esquerda, que se diluiu na mesma proporção em que os conflitos de ideias cresceram.

Nos anos austeros, coexistiram três tipos de movimento de mulheres: as feministas conhecidas como liberais, que eram de direita e não militavam por causas políticas, mas por causas entendidas como sociais¹³; as feministas ligadas ao corpo e a sexualidade faziam reuniões de conscientização, grupos de reflexão e militavam por causas voltadas a mulher como indivíduo¹⁴; e, por fim, as feministas entendidas como radicais, que, além de feministas, eram de esquerda, vistas como inimigas políticas pela ditadura. Dividiam sua militância, ora partidária e ideológica, ora em causas exclusivamente feministas. Com a heterogeneidade nacionalmente peculiar, entre 1970 e 1980 “o embate ideológico das ativistas ficou centralizado entre as “lutas gerais” [...] e as “lutas específicas” das mulheres” (PEDRO, 2013, p.252). As lutas específicas eram

¹³ Dentro deste grupo tinha misto de mulheres voltadas a emancipação da sexualidade feminina e mulheres de esquerda.

¹⁴ Dentro deste grupo havia mulheres liberais e mulheres simpatizantes com a esquerda, mas que não militavam diretamente por essa ideologia.

do movimento feminista, as lutas gerais eram do movimento comunista. Os três tipos de movimentos de mulheres pareciam distintos, mas não eram. Na mesma proporção que existia a distinção de causas, ocorria mistura entre elas, pois participar de grupos que interferiam diretamente no Estado de exceção era muito arriscado. As mulheres militantes se misturavam em causas filantrópicas com o intuito de dispersar a desconfiança do Estado.

A dureza dos militares não proporcionava espaços para reivindicações, o que prejudicava a militância de rua porque a ditadura associava as lutas feministas aos movimentos de esquerda, à rebeldia, insubordinação e subversão da normatividade, pois os que tomaram de assalto o Estado e usurparam da liberdade de expressão e cidadania eram extremamente conservadores e desejavam assegurar “a ordem natural das coisas”. Com tantas restrições, era difícil realizar qualquer tipo de manifestação externa sem estarem à mercê de violências, prisões e todo tipo de tortura. A fim de não levantarem suspeitas, as feministas se organizavam em pequenos grupos, nas casas, onde discutiam suas pautas.

O movimento de mulheres (ou movimentos femininos) precedem a militância feminista da segunda metade de século XX. A representatividade acontecia através do “clube de mães”, nos movimentos por creches, nas marchas da “panela vazia” (PEDRO, 2013, p.240). Eram “brechas” que os espaços públicos permitiam às mulheres entrarem, pois a maioria dessas reivindicações eram sociais, para o espaço privado. São movimentos que ficaram conhecidos nos anos 1940/1950. Normalmente eram mulheres casadas, com filhos que se mobilizavam, articulavam passeatas e exigiam mudanças devido à insatisfação com o descaso governamental em relação às relegadas políticas públicas. Os movimentos realizados por mulheres, no Brasil, não eram apenas de cunho feminista, as mulheres brasileiras se organizavam em torno de movimentos conhecidos como movimentos femininos que precederam as mobilizações dos anos 1960 e 1970: “O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar a sua particularidade.” (SARTI, 2001, p. 39).

As feministas perceberam que a situação de vulnerabilidade social na vida de muitas mulheres deveria ser resolvida. Era importante suprir as necessidades práticas de classes mais desprovidas e, assim, conseguir formar grupos de estudos e discussões de gêneros dentro de comunidades, pois “...lo estratégico implica tener en cuenta lo

práctico, pero imprimiéndolo un carácter político. Sólo en la medida en que lo práctico sea estratégico, puede considerarse como feminista.¹⁵ (LEON, 2001, p.99).

Como algumas mulheres reivindicariam por liberdade sexual ou qualquer tipo de emancipação sem condições de alimentar os filhos? As mulheres de classe popular não possuíam os mesmos recursos financeiros das mulheres da elite e da classe média, muitas nem sequer tiveram a oportunidade de se alfabetizar. Devido à carência e à condição de vida precária, seguramente, optariam por necessidades mais imediatistas e práticas como, a comida no prato, emprego para o marido ou mesmo escola para os filhos. Então, as feministas perceberam que, além da militância, existiam necessidades mais imediatas que também poderiam ser entendidas como ações para transformar a sociedade, então democratas e marxistas trabalharam articuladas com a igreja nos movimentos sociais. Para Pedro (2005), os movimentos femininos são qualquer tipo de movimentos realizados por mulheres, independente de sua causa. O movimento feminista é um tipo de movimento, específico, dentro dos vários movimentos femininos, que aborda causas relacionadas à igualdade de gênero.

Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens [...] Homens e mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças [...] A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.” (COLLING, 2004, [s.p])

O movimento feminista era deslegitimado e visto com menor importância, pois foi associado, no entendimento de alguns membros da esquerda, a desentendimentos da esfera privada. Porém, ser mulher em plena ditadura significava viver debaixo de algumas opressões: a opressão do Estado, normativa social e a dos próprios companheiros da esquerda. Essas reprovações eram especialmente da ala masculina que alegavam serem as causas relativas a gênero, de menor valor. Acreditavam que a luta não deveria se fragmentar e que a liberdade, ao ser conquistada, seria para ambos os sexos. Porém, não era viável esperar pela revolução, pois além de se tratar de uma

¹⁵ O estratégico implica ter em conta o prático, mas imprimindo um caráter político. Apenas na medida em que o prático se torne estratégico, pode-se considerar uma feminista.

questão de gênero, e não de classe, era fundamental compreender e respeitar as diferenças hierarquizadas pela própria esquerda.

Connell (1995), explica que as estruturas de poder não envolvem apenas as relações entre masculino e feminino, mas envolve o Estado, a economia e a igreja. Não são apenas interações sexuais e familiares, mas estruturas mais profundas que foram estabelecidas para a construção da sociedade capitalista.

Dentro do marxismo havia uma divisão de ideias, um racha, no que se refere ao pensamento sobre os movimentos feministas: parte das mulheres não concordava com os movimentos feministas, pois alegava que não percebiam diferenças entre os sexos e se comportavam da mesma maneira que os homens, remetendo-nos ao pensamento positivista de sujeito universal, porém o problema era específico. Ao viverem suas liberdades não acreditavam que havia a necessidade para a reivindicação de algo que simplesmente deveria ser vivido independente de juízo de gênero. Ou podemos entender que não se importavam com normas sociais e as quebravam independente de qualquer julgamento. Para Sarti (2001), as marxistas que não concordavam com os movimentos feministas, negavam o papel de gênero que era tradicionalmente atribuído à mulher quando assumiam um comportamento sexual que colocava em xeque a virgindade e a instituição do casamento ao quebrar normas e se comportarem da maneira que a sociedade permitia aos homens se comportarem. Agiam de forma entendida como mais agressiva, eram insubordinadas à ordem política vigente, saíam do recato do lar, ocupavam os espaços das ruas e até mesmo postos de guerrilha hegemonicamente masculinos, manejavam armas e tinham êxito em seu comportamento sem preocupar-se com alguma possível consequência. Já a outra parte das marxistas estava engajada nos movimentos de mulheres que lutavam por igualdade e liberdade de gêneros. Essa divergência entre as militantes era apenas no que diz respeito aos movimentos feministas, pois as lutas contra a ditadura continuavam.

O marco do movimento feminista, no Brasil, é o ano de 1975, pois foi “o Ano Internacional da Mulher [...] oficialmente declarado pela ONU” (SARTI, 2001, p. 36). O objetivo da ONU era discutir a situação da mulher brasileira. Com a chegada da ONU no Brasil, as mulheres usufruíram de maior liberdade para se organizarem, através de um “afrouxamento político”. A ONU é um órgão que apresenta a participação e influência direta dos Estados Unidos, da mesma forma que o golpe militar imposto ao Brasil, logo é compreensível a distensão política a partir da entrada da Organização das Nações Unidas na participação de eventos feministas dentro do Brasil. Esses encontros,

envolvendo mulheres e sua condição social, não ocorreram somente no Brasil, mas em uma escala mundial.

A Organização das Nações Unidas reconheceu o feminismo brasileiro como um movimento de mulheres, declarou o ano de 1975 o Ano Internacional Mulher, oficializou e realizou vários eventos no Brasil para discutir a situação social da mulher brasileira. O apoio da ONU trouxe credibilidade e maior visibilidade aos movimentos feministas. Com o reconhecimento de um órgão das Nações Unidas, o movimento feminista cresceu, pois o governo autoritário brasileiro não tinha interesse em criar uma situação delicada para o país ao continuar perseguindo um movimento apoiado internacionalmente pelas Nações Unidas. O Brasil, nos anos 1970, já era um país signatário da ONU e tinha compromissos de promover a paz. Com o suporte de um órgão internacional de tamanha importância, o movimento feminista, que era reprimido, passa a ser tolerado, se torna mais explícito e, conseqüentemente, cresce. O que não exime algumas mulheres de continuarem sob a vigilância do DOPS e serem chamadas para prestar esclarecimentos quando este achasse necessário. Vale lembrar que a ditadura militar se encaminhava para o enfraquecimento do regime e este fator também pode ser considerado relevante para a convivência entre os movimentos feministas e os militares.

Após o evento de 1975, foi criado o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, que foi mais uma conquista das mulheres. O espaço proporcionou mais oportunidades de serem discutidas questões pertinentes ao sexo feminino e alcançou um maior número de mulheres, inclusive nas classes populares. Com o Centro da Mulher Brasileira, as causas feministas puderam sair das sombras gradualmente.

em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina [...] ligado ao Movimento Feminino pela Anistia e publicado por ex-presas políticas. Já no começo de 1976, um grupo de mulheres universitárias [...] começa a publicar o jornal *Nós Mulheres*, desde seu primeiro número auto-identificado como feminista. Ainda neste ano, o *Brasil Mulher* também se colocava abertamente como um jornal feminista. A partir de 1978, estes dois jornais se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando programas femininos... (COSTA, 2005, p.5)

Na medida em que a década de 1970 chegava ao fim, a repressão política diminuía gradativamente; a anistia política de 1979 representou um grande passo para o enfraquecimento do regime militar. O Presidente Figueiredo se viu obrigado a declarar indulto, devido à opinião pública. Os exilados partidários e as feministas, que foram deportadas, voltaram. A volta dos expatriados foi uma conquista conseguida devido à pressão popular e às feministas que participaram ativamente de manifestações exigindo o retorno dos exilados. O caótico Estado militar perdia suas forças, e tinha a moral contestada por muitos, pois o Milagre Econômico não passara de uma falácia e o país afundava em dívidas geradas por empréstimos.

As militâncias de rua fomentaram ideias e surgiram jornais declaradamente feministas: *Brasil Mulher e Nós Mulheres*, esse fator proporcionou maior alcance social e era impossível ignorar o crescimento do movimento realizado pelas militantes e a necessidade de uma nova adequação social. Os padrões de comportamentos estavam em transição e mulheres questionavam as antigas normas de conduta, os programas de TV precisaram se adequar e abordar temas de cunho feministas. O retorno das exiladas trouxe novas perspectivas ao movimento e ajudou a consolidar a causa. “Nos anos 80 [...] As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação das suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava” (SARTI, 2001, p. 36).

Nos Estados Unidos as mulheres realizavam um movimento de rejeição a partidos que não se preocupassem com políticas públicas voltadas à mulher e que não pleiteassem por seus direitos. Eram os anos 1980 e começava a busca por representatividade. Ergas (1991), lembra que foi criado o termo “*gender gap*”, por alguns analistas. O termo é um indicativo para a negação das mulheres a partidos de políticas e tradições conservadoras e também a marcação de uma migração em direção as forças políticas mais liberais ou de esquerda.

As mulheres quem eram conscientes da necessidade de políticas públicas preferiram optar por partidos não conservadores. O interesse feminino era a luta pela legalização do aborto, igualdade política/econômica e fim do assédio sexual. As propostas que vinham ao encontro dos anseios femininos não partiram de alas conservadoras, pois as mulheres queriam discutir corpo e liberdade sexual. Partidos mais libertários são os responsáveis por darem opção às feministas de colocarem esses temas em suas pautas, rejeitando ideologias tradicionais e optando por mudanças significativas na vida das mulheres. León explica que:

La segunda ola del feminismo en América Latina negó, durante un período largo, la discusión sobre el poder. En el lo estaba implícita la idea que sólo existía el poder sobre, lo que llevó a no reconocerlas relaciones de poder dentro del movimiento y a entender la posición de las mujeres en la sociedad sobre todo como de víctimas y carentes de poder¹⁶. (LEÓN, 1997, s/p.)

O entendimento em relação ao empoderamento demonstrou a não aceitação de imposições sociais e a busca por espaço. A autora afirma que apenas em 1987, no IV Encontro Feminista Latino-americano, se discutiu que o poder poderia estar relacionado aos movimentos feministas, e a mulher não deveria ser observada como alguém que estava sempre do lado oposto, como oprimida e vitimizada, pois era preciso enxergar as formas de resistências e manipulações a seu favor como um processo de empoderamento. Para León (1997), não existe uma receita e nem um modelo predeterminado. O empoderamento é um processo, não tem início e fim definido, pois se desenrola de diferentes maneiras para cada mulher e grupos de mulheres, depende da vida, contexto e história particular. De acordo com a localidade, a subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global.

O retorno da República ajudou o fluxo do movimento feminista que já havia começado em uma crescente, mas com o fim da repressão trouxe o estreitamento das relações com o Estado, pleiteando leis e benefícios, pressionando-o e contando com parlamentares do sexo feminino. As mulheres tiveram como meta entrar para a política, lutar por mudanças na legislação, voltadas à nivelção constitucional dos gêneros, e pressionar para a criação de uma delegacia que pudesse atender às demandas femininas.

¹⁶ A segunda onda do feminismo na América Latina negou, por um longo período, a discussão sobre o poder. Implícito nisso estava a idéia de que havia apenas o poder sobre, o que levou a não reconhecer as relações de poder dentro do Movimento e a entender a posição das mulheres na sociedade acima de tudo como vítimas e sem poder.

1.4. Criação das DEAM's nos anos 1980: Lutas, conquistas e as primeiras Delegadas de polícia

Além da luta por espaço político, conforme dito anteriormente, outra questão fundamental na pauta feminista, a partir de fins dos anos 1970, foi a violência contra mulheres, enfatizando o espaço doméstico. Um fator importante para tentar coibir a violência que a mulher sofria, principalmente no espaço privado, foi à criação das DEAM's¹⁷, nos anos 1980, cuja premissa era tratar casos de gênero e casos familiares. Graças as reivindicações, a Delegacia de Atendimento à Mulher foi condição *sine qua non* para que as mulheres tivessem coragem em delatar seus agressores.

Entende-se aqui a categoria de *resistência* como compreendendo estratégias e dinâmicas de rejeição e de luta desencadeadas pelas mulheres contra padrões, papéis e normas de comportamentos culturais e sociais desiguais que lhes foram impostos e que hierarquizam os sexos. Assumiram uma resistência que não é feita pela contra violência, mas pelo desejo de ações de mudanças e por lutas que as reconheçam como sujeitos. (BANDEIRA, 2009, p.405)

Os movimentos feministas geram resistência à violência e à banalização da violência contra a mulher. A resistência não é feita através do retorno da violência imposta e sim da conscientização, da pressão que geram mudanças nas leis. O Estado atendeu a pressões para a criação de uma Delegacia que pudesse atender exclusivamente mulheres vítimas de crimes de gênero.

A atuação da militância feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas [...] Caracterizaram-se por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado. Este, por sua vez, atendeu à reivindicação das feministas, legal e formalmente, com a criação das *Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres* (Deam's), em 1985. (BANDEIRA, 2014, p. 451)

¹⁷ Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

A militância feminista chamou atenção para a violência que as mulheres sofriam nos lares e a necessidade de políticas públicas e órgãos de proteção capacitados para conscientizar, tipificar e criminalizar as violências praticadas por homens, em sua maioria cônjuges das vítimas, que muitas vezes ficavam impunes. Também havia a preocupação com o temor em relatar a um Delegado homem as agressões sofridas por parte do companheiro ou mesmo a vergonha de narrar às condições de um estupro, pois as mulheres denunciantes muitas vezes se tornavam duplamente vítimas, pois sofriam outra violência, a simbólica dentro do Departamento de Polícia, visto que vários casos eram tratados com banalização e, até mesmo, escárnio. A presença das Delegadas nas DEAM's amenizou a visão sexista, deu mais liberdade, acolhida e segurança às vítimas de agressão. Na visão de alguns Delegados, agressões à mulher não são vistas como “crimes de verdade”.

Segundo levantamentos e observações, as Delegacias de Defesa da Mulher situar-se-iam como organizações menos prestigiosas dentro da divisão policial, ou seja, tais delegacias seriam vistas como menos atuantes, um órgão que agiria sob uma lógica de assistencialismo em vez de punição. Os Distritos Policiais (DP's) estariam configurados como organizações mais prestigiosas dentro do universo policial, já que nesses órgãos ocorrem investigações e aberturas de inquéritos que englobam todas as áreas da parte criminal. (SILVEIRA, 2009, p.47)

O senso comum tem o hábito de apontar as mulheres-policiais como mais solidárias e atenciosas. Costumam exercer um melhor trabalho com as vítimas, pois servir e ajudar são atividades que a sociedade entende serem relacionadas ao sexo feminino, que é emotivo “por natureza”. O conservadorismo social dificulta o trabalho da policial, pois sua capacidade como membro da corporação é questionada ante a necessidade de portar e saber usar, de forma eficiente, uma arma ou realizar uma atividade mais ostensiva, como costumam ser as operações nas ruas de uma cidade. “[...] somos obrigados a reconhecer que o tamanho dos bíceps não pode ser critério eficaz para medir a aptidão das pessoas para realizarem os trabalhos rotineiros nas agências oficiais de segurança [...]” (DIAS; ROSA, 2014, p. 164).

Nos anos 1980, o machismo era mais marcado e a mídia corroborava para o seu aumento tanto quanto para a banalização da violência contra a mulher. Por vezes, a imprensa, que consegue alcançar os mais variados tipos de classes econômicas, utilizou seu alcance em desfavor da população ao invés de auxiliar na conscientização para

mudanças no modo de pensar. É o que mostra o jornal “*O Globo* (1985), quando aborda temas que envolvem violência contra a mulher:

Em seu último dia de funcionamento na Secretaria de Justiça, o Plantão de Assistência Judiciária Mulher foi coordenado por dois homens, que pacientemente escutaram as queixas e desabafos das mulheres que procuraram o serviço. [...] O plantão que funcionava as sextas-feiras na secretaria de Justiça, será substituído a partir de segunda feira pelo Centro Policial de Atendimento à Mulher, que será instalado na Secretaria de Polícia Civil. (*O Globo*, 02 de nov. 1985, p. 12)

O periódico informa a respeito das modificações ocorridas no atendimento as mulheres vítimas de violência, porém é interessante atentar para a maneira banal que as agressões são abordadas quando envolve o sexo feminino. Ao tratar com banalidade a violência doméstica o jornal parece sugerir ao leitor que atos abusivos envolvendo a vida privada não passam de “picunhinhas” do lar ou de lamúrias alheias, gerando, assim, a descrença popular quanto a ser ou não ser crime atos abusivos que envolvam a vida privada e corroborando para a manutenção da cultura machista. Na falta de um local especializado para receber mulheres para que pudessem relatar casos de abusos e violências, havia uma assistência à mulher na Secretaria de Justiça que funcionava às sextas-feiras, o que inviabilizava a necessidade de atendimentos mais urgentes, levando a vítima a esperar dias até relatar algum crime. Com a abertura do Centro Policial de Atendimento à Mulher (CEPAM), no mesmo prédio da Secretaria de Polícia Civil, houve maior facilidade para relatos mais imediatos, pois os atendimentos ocorrem diariamente, de segunda a sexta feira. As mulheres passam a ter o auxílio mais especializado através de uma Delegada de polícia, uma Assistente Social e uma Defensora Pública. O objetivo era deixar as mulheres menos constrangidas em suas narrativas.

Segundo o *Jornal do Brasil*¹⁸ (1982), Marly Preston foi a primeira mulher a conseguir o cargo de Delegado¹⁹ de polícia civil no Estado do Rio de Janeiro. Outras sete mulheres fizeram a prova, mas ela foi a única a ser aprovada. Marly passa a ocupar o Centro Policial de Atendimento à Mulher, o que deixa as feministas satisfeitas, a princípio, porém desejosas que as reivindicações sejam cumpridas por completo através

¹⁸ *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1982. 1º caderno, p.7.

¹⁹ A Corporação refere-se no masculino, pois diz ser o nome do cargo. O que deixa claro a cultura positivista de sujeito universal.

atendimento à mulher brilhante. No Cepam, a mulher vai ter uma assistência mais adequada e se sentirá mais à vontade para expor seus problemas mais francamente [...] sob essas condições especiais, as mulheres nos fornecerão dados mais detalhados, um fator importante para a apuração dos delitos – disse Marly. Lesões corporais, sedução, aborto provocado por terceiros, corrupção de menores, atentado violento ao pudor, rapto e seqüestro são alguns dos crimes de que tratará o Cepam.” (*O Globo*, 02 nov. 1985, p. 12)

As Delegacias Especializadas proporcionaram segurança e credibilidade às situações de maus tratos contra as mulheres-vítimas, feminizaram o atendimento “o que leva também a ampliação do espaço de atuação profissional para as mulheres no interior dessa força policial” (Boletim de Segurança e Cidadania, 2004. Apud: MUSUMECI; SOARES, 2004, p. 183). Trouxeram, por lei, o comando de Delegadas e a maioria do contingente policial feminino, circunscreveram que agressão é crime e que, “problema de marido e mulher se mete a colher”, de forma legalizada. O privado transforma-se em público na tentativa de corrigir injustiças sociais, para que as mulheres, vítimas de violência, não fossem tratadas de maneira desigual dentro das delegacias de polícia e pudessem rechaçar a condição de objeto e reconhecer-se na categoria de cidadã.

Na matéria do *Jornal do Brasil* que tem por título “*Mulher vítima de homem já dispõe de um centro de atendimento policial*”, mostra as primeiras impressões de um centro de atendimento à mulher:

Em briga de marido e mulher, agora se mete a colher. Isso é o que pensam as feministas da Comissão de Defesa do Direito da Mulher, que ontem conseguiram transformar em realidade uma de suas principais reivindicações: uma delegacia de mulheres só para atendimento às mulheres vítimas dos homens. (*Jornal do Brasil*, 2 nov. 1985, p.7)

Em 1985, o *Jornal do Brasil* se baseou em conceitos misóginos para a construção de sua matéria, pois a narrativa demonstrava afirmações de que a violência contra as mulheres era algo banal e ordinário. Baseado no senso comum, o jornal pareceu reforçar que atos de violência, ocorridos dentro do lar, deveriam continuar em seu sepulcral silêncio. Porém, em lado oposto, as feministas apontaram que a violência contra mulheres não poderia mais ser banalizada. E, para isso, era preciso retirá-la do espaço privado e trazer para o público, a fim de sofrer sanções judiciais, ou seja: solapar a trivialidade, criminalizar, tornar extraordinário o que era entendido por ordinário. É

histórico afirmarmos que no “Brasil, durante muito tempo, a violência sofrida pelas mulheres não era considerada um problema social que exigisse a intervenção do Estado, pelo fato de ocorrer, sobretudo, no espaço doméstico.” (LAGE; NADER, 2013, p. 287). Nos anos 1980, assassinos de mulheres ficavam impunes²⁰ através de manobras jurídica de seus advogados ao afirmarem que o crime ocorrera em “legítima defesa da honra”. O marido alegava que fora traído pela companheira, então, acreditava-se tratar de um crime motivado por “amor” quando, na realidade, existiam fatos perceptíveis que caracterizavam em um crime de posse, ciúmes e objetificação da companheira. A legitimação do crime dava ao cônjuge o direito de decidir sobre a vida ou a morte da mulher. “Infelizmente, a maioria das legislações [...] principalmente no que diz respeito à família, tradicionalmente primou por colocar mulheres e homens em patamares desiguais, atribuindo a elas menos e menores direitos.” (CORTÊS, 2013, p.261). A Constituição de 1988 procurou nivelar a desigualdade, historicamente secular, contra as mulheres ao deslegitimar essa violência quando igualou constitucionalmente os gêneros, citando-os e retirando-os da generalização de sujeito universal ao garantir o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança de homens e mulheres. Ao lembrar que mulheres também são pessoas:

No processo de luta pela restauração da democracia, o movimento de mulheres teve uma participação marcante, ao visibilizar um conjunto de reivindicações relativas ao seu processo de exclusão, assim como ao lutar pela inclusão dos direitos humanos para as mulheres.

Seu marco foi a apresentação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (1988), que indicava as demandas do movimento feminista e de mulheres. A Carta Magna de 1988 incorporou no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”²¹.

As mulheres conseguiram ser citadas na Constituição de 1988 através de lutas e da pressão da Carta das Mulheres Brasileiras, onde exigiam mudanças na lei pela igualdade e cidadania a fim de dispor de direitos, de maneira igualitária, da mesma

²⁰ No século XXI, várias leis serviram para amparar mulheres vítimas de violência como a Lei Maria da Penha (2006), Lei do Feminicídio (2015), nova lei que coíbe de forma mais dura estupros e assédios, alterada em 2018. Apesar de leis para coibirem muitas mulheres continuam sendo vítimas de violência, porém o olhar da sociedade mudou – na maioria dos casos – os agressores que cometem feminicídio, estupros e assédios passam a serem visto com desprezo.

²¹A Constituição pode ser vista, na íntegra, no site da câmara legislativa: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/constituicao-de-1988-e-marco-na-protecao-as-mulheres>

guisa que os homens, pois o Inciso I do Artigo 5º só foi inserido devido a reivindicações dos movimentos feministas. Afirmar que homens e mulheres possuem direitos iguais é uma reparação histórica, é sair do anonimato legislativo. Os direitos femininos saíram das pautas reivindicatórias e se tornaram realidade, os partidos políticos tomaram consciência de que as mulheres, nos anos 1980, eram quase a metade do eleitorado no Brasil e impedir a candidatura ou ignorar a necessidade de políticas públicas que pareassem as mulheres podia significar uma derrota nas urnas, então a “assimilação” das demandas femininas [...] No que se refere aos partidos políticos, foi somente a “consciência” da força do eleitorado feminino e da necessidade de conquistar esses votos.” (COSTA, 1998, p. 113). O que não torna menor a pujança dos movimentos feministas, que chamou atenção para a existência das mulheres, no que diz respeito ao exercício da cidadania.

De fato, essa ampliação é fruto do trabalho realizado pelo movimento feminista brasileiro, não só junto às mulheres, mas também nos meios de comunicação, com os setores organizados da sociedade civil, em especial os partidos políticos, ao forçar a incorporação das demandas femininas nos seus programas e plataformas eleitorais, impor a presença feminina nos seus grupos, assim como alterar as hierarquias de gênero aí existentes. Também foi o resultado da pressão exercida conjuntamente com os diversos organismos estatais, garantindo conquistas e ampliando direitos. (COSTA, 1998, p. 113)

A partir dos anos 1980, a força dos movimentos feministas impulsionou diversas mulheres ao pleito de cargos políticos. Boa parte delas eram militantes ou simpatizantes dos movimentos feministas; logo, a luta das mulheres conseguiu alcançar a arena legislativa, pois a inserção feminina na política tornava mais eficaz o êxito de objetivos, ou seja, conseguir mudanças dentro dos parâmetros legais, através de emendas constitucionais. Apesar de a política ser hostil às mulheres e pautada no conservadorismo retrógrado, não era mais possível retardar as mudanças de pensamentos que os novos tempos traziam.

Segundo Costa (1998), em 1986, foram eleitas 26 deputadas federais. O número era pequeno se comparado aos homens, mas fora o mais expressivo que ocorrera, as mulheres representavam 5,33% da Câmara Federal. Devemos lembrar que a utilização de recursos financeiros de campanha e acesso a propaganda eleitoral, na TV e meios de comunicação, eram interditados às mulheres durante a campanha. A assimilação das demandas femininas, por parte do Estado, foi devido à percepção da força do eleitorado

de mulheres que se aproximava, em números, do masculino. Os movimentos feministas pressionavam e davam visibilidade à causa das mulheres. Na Câmara, a bancada feminina atuou em favor de todas as brasileiras independente de classe e independente de partidarismo político. Esquerda e direita trabalharam juntas com o objetivo de garantir as reivindicações, cerca de 80% das pautas feministas foram atendidas. Durante a elaboração da nova Constituição, pós ditadura militar, a prática da bancada feminina ficou conhecida como o *lobby do baton*, pois pressionavam para que as emendas e propostas voltadas as mulheres fossem aprovadas.

A Lei Maria da Penha²², 2006, serviu para criminalizar, nos âmbitos da lei, os agressores de mulheres. Foi “fixada uma fronteira para a abertura de inquéritos dos crimes de violência doméstica. É definida uma jurisdição para que esses crimes sejam responsabilidade das Delegacias de Defesa da Mulher” (SILVEIRA, 2009, p.101). Qualquer crime contra a mulher teria que ser encaminhado, automaticamente, para as DEAM’s. Ratificando, assim, sua competência com a promulgação da lei em 2006: “A Lei Maria da Penha [...] opera na ordem simbólica, desestrutura os lugares sócio jurídicos do agrupamento classificatório tradicional e garante especificidade de cada expressão de violência.” (BANDEIRA, 2009, p.48). Fica assegurado, por lei, o direito de toda mulher - independente de classe ou raça - viver sem violência, pois se esta ocorrer, o agressor se torna passível a sanções penais. Encarregada de coibir violências contra a mulher, classificar e detectar o requinte de crueldade para cada crime específico. A mudança constitucional surge a fim de nivelar crimes contra mulheres, nos parâmetros da lei, - não só a violência conjugal, mas a violência realizada por parentes e familiares que convivam com a vítima mulher - a outros tipos de crime.

“No dia 7 de agosto de 2006, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei, que impõe uma série de mudanças no tratamento de crimes contra mulheres no Brasil. Apelidada de Lei Maria da Penha, a nova legislação, além de regulamentar o §8º, artigo 226, da Constituição Federal o assegurará a assistência à família na pessoa de

²²A Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. Maria da Penha é uma biofarmacêutica cearense que sofreu tentativas de assassinato por seu companheiro. A primeira tentativa (1983) foi um tiro nas costas que a deixou paraplégica e meses depois uma nova tentativa através de choque elétrico no chuveiro. O descaso da justiça brasileira fez com que a vítima recorresse a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que pressionou o Brasil para que o crime não ficasse impune (a prisão só ocorreu em 2002). A OEA condenou o Brasil por negligência e omissão quanto a violências domésticas e cobrou legislações adequadas para a punição desse tipo de criminoso. O desdobramento da empreitada de Maria da Penha foi a conquista de uma lei de proteção a mulher que tem o seu nome. (Observe: Observatório Lei Maria da Penha).

cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”), também altera artigos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal [...] a Lei veio possibilitar prisão em flagrante aos agressores, ou mesmo a decretação de prisão preventiva quando ameaçarem a integridade física da mulher. Proibiu também, em seu artigo 17, a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento de multas isoladas. Também é inovação da referida Lei, artigo 7, a classificação das formas de violência contra a mulher em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, dispondo, por outro lado, sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, determinado para estes, no artigo 14, a competência para julgar crimes de tal natureza.” (OLIVEIRA; BARBOSA, 2011, [s.p]).

A alteração na legislatura mostra vicissitude de postura do Estado, que em décadas anteriores ignorava a situação da mulher. Mudanças gradativas são resultado dos movimentos feministas que apontam para urgências quanto a situações de desigualdades. Quanto à criminalização de atos violentos contra as mulheres, uma importante vitória foi a criação de departamentos especializados, como a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM's), e depois desta perceberam que não havia leis que pudessem dar especificidade a crimes contra a mulher de forma que viesse solapar a informalidade dos crimes de gênero e trazer maior seriedade no âmbito jurídico.

A Lei Maria da Penha conceitua a violência doméstica e familiar contra a mulher e apresenta suas diversas formas: física, sexual, psicológica, patrimonial e moral; aponta os locais de abrangência da lei: casa, trabalho, relações de afeto ou de convivência presente ou passada; estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (CORTÊS, 2013, p. 277)

O objetivo da Lei de n.º 11.340/2006, que recebeu o nome de Maria da Penha, é amparar a mulher que sofre dos mais variados tipos de crimes que a afetam não só fisicamente, mas psicologicamente. Contudo, surgem problematizações quanto à legislatura, que parece deixar parâmetros para manobras judiciais. Porque, apesar de a Lei Maria da Penha ser sancionada, a prisão preventiva em casos de ameaças de morte não acontece? Por que penas são revertidas em cestas básicas e companheiros, que cometem violência contra mulheres, em diversos casos, continuam soltos e perpetram repetidamente agressões domésticas até consumarem o assassinato? Qual o motivo da lei, que é clara, não ser observada com vigor? Infelizmente, apesar das vitórias e de deliberações protetivas, essas medidas ainda não são suficientes para acabar com os

crimes de gênero, pois a violência contra a mulher é a manutenção da normatização social, que é sexista. Agressões por conta do gênero ainda são vistas como normais. Segundo o IPEA (2014), 58,5% das pessoas acreditam que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”; 65,1% concordam que mulheres que usam roupas curtas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Porque acreditam que elas induzem o homem a cometer tal ato. 78,7% concordam que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher.”²³.

Nessa situação, é perceptível a falta de consciência social, que em seu ledor senso comum, tem por hábito transferir à mulher parcela da culpa por atos passionais/violentos do companheiro ou de homens estranhos, pois a vítima, de alguma forma, provocou a ação violenta. Através da violência, a mulher é mantida como posse, dissociada de sua humanização e classificada na categoria de objeto. Ao desclassificá-la da categoria de sujeito, é ignorado o ser pensante - dotado de liberdade e capacidade de escolhas – e seus direitos são usurpados através da hierarquização de gêneros que coloca a mulher como ser inferior.

Diante de tantos casos de violências contra a mulher, medidas mais enérgicas foram tomadas e a Presidenta Dilma Rousseff sancionou, em 2015, a Lei de nº 13.104, qualificando como feminicídio o assassinato de mulheres por namorado, marido, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau. Antes, tais crimes eram tratados apenas como homicídio e poderiam ser encaixados como assassinato por motivo torpe, porém, não recebiam acréscimo de pena por serem cometidos contra a mulher por machismo/ódio ao gênero. Com a tipificação e reconhecimento da palavra feminicídio, pela legislatura brasileira, o feminicídio torna-se um homicídio qualificado por razões de gênero, pois é a ação violenta contra outrem exclusivamente por ser do sexo feminino. Essa mudança traz aumento na pena comum (mínimo de 12 anos e o máximo de 30 anos) e maior visibilidade e reconhecimento do Estado para uma realidade crescente dentro da sociedade brasileira. A Lei Maria da Penha de n.º 11.340/2006 tem a finalidade de prevenir e proteger a mulher, mas a lei nº 13.104, tem o objetivo de punir os agressores e ao mesmo tempo coibir.

²³Dados retirados de: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/28-03-14-ipea-lanca-pesquisa-sobre-tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres/>

A palavra feminicídio, utilizada por pesquisadores de estudos de gênero, ganha contornos legislativos em 2015 através de mudanças na Lei de número 13.104²⁴ com novos incisos. Segundo o inciso VI, é caracterizado por feminicídio o crime que é cometido contra a mulher por razão de seu gênero. Na Lei de número 13.142²⁵, o inciso VII não caracteriza como feminicídio o crime cometido apenas contra companheira/cônjuge, mas também se o ato for praticado por parente consanguíneo em até terceiro grau. E por se caracterizar como crime qualificado, a pena aumenta para 12 a 30 anos de prisão. É considerado crime contra a mulher quando existe violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação voltada para a condição de ser mulher.

O Instituto de Segurança Pública (ISP), através do Dossiê Mulher realiza pesquisas em que aborda mulheres vítimas de violências. O levantamento foi realizado no estado do Rio de Janeiro, a base da porcentagem é a cada 100 mil mulheres. Em 2017, mostrou-se o seguinte panorama em relação a mortes de mulheres: 381 mulheres morreram vítimas de homicídio doloso e foi constatado, pela polícia, que 68 delas foram vítimas de feminicídio, ou seja; 17,8% do total. Entre as 683 tentativas de homicídio 187 foram classificadas como tentativas de feminicídio o que representa 27,4%.²⁶

Apesar do número de mulheres ser muito alto, no que se refere a violências físicas e abusos, existem homens que sofrem o mesmo tipo de violência, embora seja de costume acontecer com incidência consideravelmente menor. 92,1% de mulheres sofreram importunação ofensiva ao pudor, com 595 vítimas. Normalmente, a importunação ofensiva ao pudor, se caracteriza por importunar de maneira sexual um indivíduo, realizar atos sem consentimento, atentando o pudor, causando medo, vergonha, constrangimento, ferindo a dignidade sexual de maneira abusiva, com o intuito de obter prazer ou mesmo demonstrar poder sobre o corpo de outrem que na maioria das vezes é uma mulher. 78,2% de mulheres são constrangidas com atos obscenos com 194 vítimas mulheres. A violência moral, que é caracterizada por calúnia, difamação e injúria, possui 72,8% de mulheres vítimas e em números se traduzem em 26.263. Violência psicológica por ameaças registram 67,6 % de mulheres ou 34.348

²⁴A lei pode ser encontrada no site oficial do planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

²⁵A lei pode ser encontrada: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13142.htm

²⁶O estudo pode ser encontrado na íntegra no seguinte endereço: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2018.pdf

vítimas. A violência patrimonial²⁷ normalmente ocorre em processos de divórcios e terminos de relacionamentos, pelo fato do parceiro não aceitar que seja a mulher a terminar o relacionamento e se desdobra em: Dano 52,9% são mulheres com 2.383 vítimas, violação de domicílio 70,0% com 1.973 mulheres, supressão de documento 59,7% com 369 vítimas do sexo feminino²⁸.

Lesão corporal, violência patrimonial, estupros e assédios podem ser considerados crimes de gênero, pois a grande maioria de vítimas são mulheres. No ano de 2017, o estado do Rio de Janeiro registrou várias ocorrências e a porcentagem de vítimas mulheres é alta, configurando-se com o seguinte panorama: 65,5% de mulheres que sofreram lesão corporal dolosa, o que corresponde ao número de 39.641 vítimas, já os dados referentes aos estupros são maiores, 84,7% com 4.173 vítimas e as tentativas de estupro chegaram a 90,1% com 356 vítimas mulheres²⁹.

Para melhor visualização, dos dados apontados, segue o gráfico que aponta o número de vítimas homens e mulheres:

²⁷Violência patrimonial é qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. Citação retirada de: <https://www.geledes.org.br/violencia-patrimonial-contra-mulher-enfrentamento-nas-varas-das-familias/>

²⁸Os dados podem ser encontrados, na íntegra em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/28-03-14-ipea-lanca-pesquisa-sobre-tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres/>

²⁹ Ibid.

Vítimas de violência física, moral e sexual conforme o gênero:

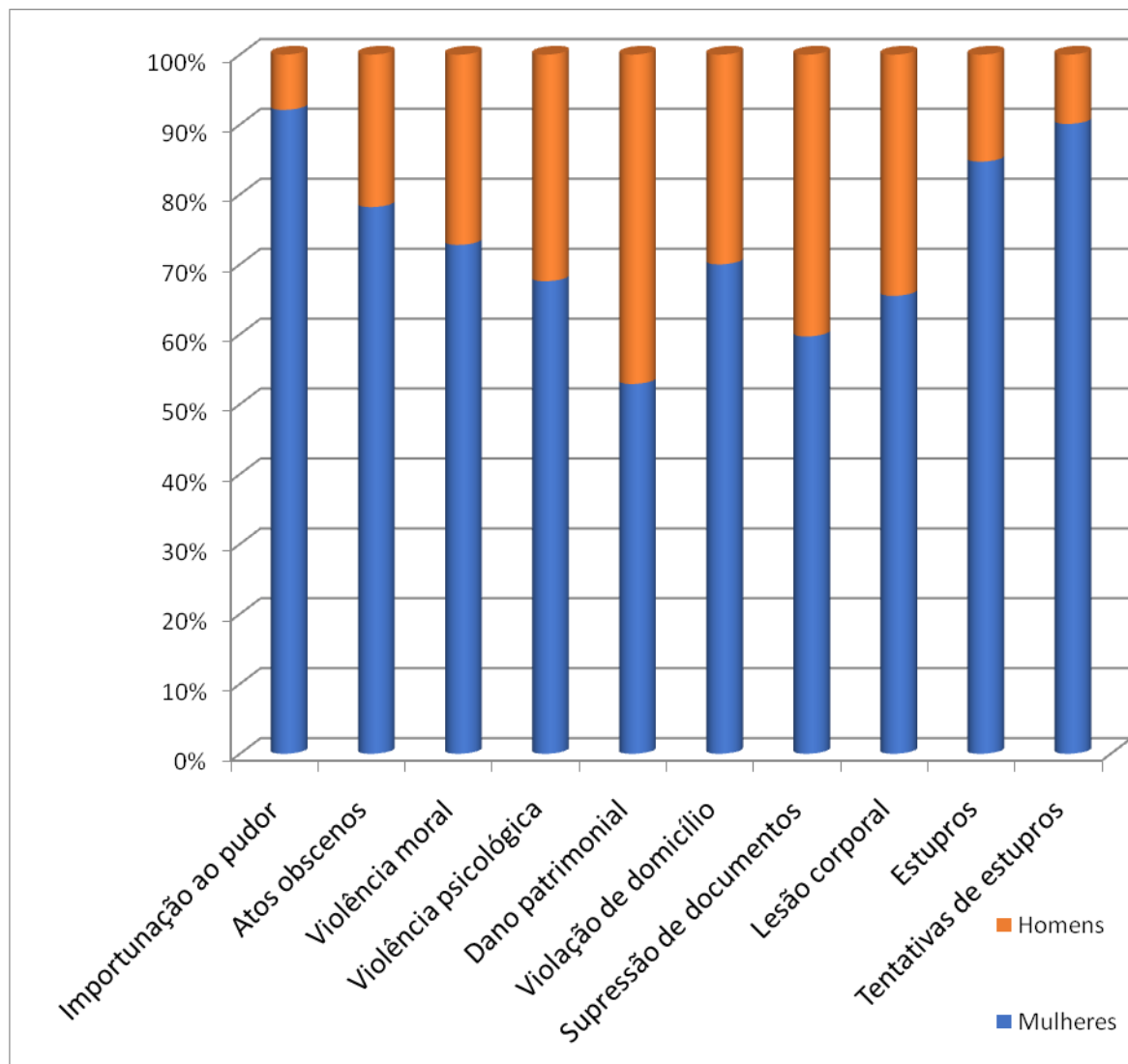


Gráfico de elaboração própria e dados recolhidos do Dossiê Mulher de 2017.

Através da visualização do gráfico se torna perceptível que o número de mulheres vítimas de violências física, moral e sexual é bem maior do que o número de homens, pois, normalmente, a pessoa que comete o crime costuma se valer não só da vulnerabilidade que se encontra a vítima, mas principalmente da força física.

O portal G1 trouxe uma matéria a respeito da criação de um programa, em 2018, para dar mais atenção as vítimas de estupro e credibilidade as mulheres que sofrem violências sexuais através da:

lei que cria um Programa de Atenção às Vítimas de Estupro no Rio de Janeiro foi sancionada na última sexta-feira (29). A nova lei (8008/ 2018) combate a cultura do estupro e faz com que a palavra da mulher seja suficiente para a abertura de procedimento investigatório, mesmo com ausência de prova de sêmen do agressor. Procedimento investigatório será aberto a partir de depoimento da vítima, com outras provas sendo coletadas durante processo³⁰.

Diante de tantas medidas protetivas e punitivas que resguardam a mulher, o Brasil pode ser igualado, legislativamente, a vários países da Europa e até mesmo se cogitar a possibilidade de ser um dos países mais seguros do mundo para uma mulher viver. Na prática isso não ocorre e traz vários questionamentos: Por que os agressores não se sentem coibidos? Por que as mais variadas violências contra a mulher tendem a aumentar se a coibição e punição de crimes de gênero andaram a passos largos, em mudanças legislativas, se comparados a outros atos criminosos?

É preciso haver a conscientização para a diminuição de violências contra a mulher, pois no Brasil tais atos são culturalmente normatizados e quem os comete, por vezes, não é tratado, socialmente, como criminoso e nem se percebe como transgressor. Sob essas circunstâncias, os valores morais e o significado de humanidade tornam-se relativos mesmo que estejam à margem da lei.

O Estado não consegue suprir a necessidade de mudanças ao transferir a responsabilidade, exclusivamente, para o legislativo e judiciário, pois enxergar somente pelo viés da punição corrobora para que mulheres continuem a sofrer violências. Homens que matam e violentam mulheres não se enxergam como criminosos, pois crescem dentro de uma cultura misógina e observam as mulheres como extensão de suas posses. A mulher é vista como objeto, com isso transfere-se ao feminino a impessoalidade, a dissociação da humanidade e a materialização, de um ex-ser, que se torna mercadoria; logo deixa de existir o limiar do moral e do imoral. A estrutura machista está enraizada tão profundamente na cultura latina que não existe um passado pregresso, o sujeito nasce imerso dentro de um arranjo de gênero pré-determinado. Ora, se a misoginia é cultural; logo, não é um caso de polícia, mas de políticas públicas que desmontem as estruturas vigentes de poder através de uma contra-cultura machista. É fundamental inserir estudos de gênero dentro das escolas e universidades, não como matérias eletivas, mas como matérias fundamentais na construção de caráter do sujeito.

³⁰Matéria do G1 na íntegra: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/nova-lei-combate-cultura-do-estupro.ghtml>

Através da conscientização, se consegue evitar a construção social de homens que usam violência física e psicológica para dominar mulheres. A prevenção e conscientização “precoce” aumenta a possibilidade, em médio prazo, da diminuição de sanções punitivas.

Assim, tornam-se casos de polícia, crimes cometidos por infratores conscientes de sua marginalidade perante a lei na obstrução dos direitos de outrem. As diferenças de gênero que caracterizam a vida quotidiana certamente geram atritos nas relações de poder que envolvem o aspecto relacional entre homens e mulheres, com prejuízos marcantes para o universo feminino. A respeito dos conflitos e das permanências, as mulheres reagem na busca por direitos e políticas públicas que podem ser entendidas como formas de luta e resistência a uma sociedade falocrática. São atuações para tentar superar a persistente assimetria de gênero, que, entre outros, delimita os espaços para homens e mulheres.

As DEAM's serviram de porta de entrada para as Delegadas de polícia através da necessidade de existirem mulheres chefiando delegacias para atenderem exclusivamente mulheres (também se cobrou a necessidade de mais policiais femininas). Através das exigências de delegacias femininas, as Delegadas passam a existir no cenário da Polícia Civil e logo começam, também, a ocupar chefias que não estão relacionadas com as Delegacias de Atendimento a Mulheres, como: Departamentos de Polícia e outros tipos de Delegacias Especializadas.

Hoje, sabe-se que a desigualdade entre o homem e a mulher tem uma natureza sócio-cultural, confrontando os argumentos biologizantes e fisiológicos que ainda persistem. Padrões de masculinidade e de feminilidade não são naturais, mas construídos e reconstruídos social e culturalmente. Não se trata, portanto, de diferenças biológicas entre machos e fêmeas, mas do significado das diferenças sócio-culturais entre o masculino e o feminino. Nesses termos, a relação entre os sexos não é natural, mas construída e reconstruída incessantemente em diferentes tempos e espaços históricos.

Para melhor esclarecer a relação no ambiente de trabalho dentro de um departamento de polícia segue o relato do Delegado 3 (2016), que descreve a respeito das dificuldades masculinas em obedecer a ordem de uma mulher em posição de comando:

Em primeiro lugar o homem tem sim a dificuldade em obedecer, já tem a dificuldade em obedecer homem [...] tem pessoas que são muito tranquilas, mas na sua grande maioria, realmente, tem dificuldade em ver a mulher em uma posição de comando e principalmente na polícia em razão de uma série de situações. (Delegado 3, 2016)

É possível perceber, pelo fragmento dessa entrevista, que dificuldade masculina em obedecer a uma voz de comando feminina é maior. Para alguns é mais aceitável receber ordens de outros homens do que ordens de mulheres. Talvez essas “situações” citadas pelo Delegado 3 sejam pelo próprio espaço ainda ser bem masculino e ser entendido como um lugar de demonstração de virilidade. Ou mesmo pela perspectiva de sexualização dada ao sexo feminino.

Constatações não empíricas são pautadas na possibilidade de a Polícia Civil ser uma instituição trespassada por tensões de gênero e relações de poder, já que se trata de autoridade responsável pela manutenção da ordem pública e segurança dos cidadãos exercida por homens e mulheres. Defende-se a ideia de que esse espaço tradicionalmente falocrático, com a entrada de mulheres na corporação, tenha sofrido um abalo, e mesmo uma transformação na sua estrutura organizacional, vendo-se obrigado a se adequar à nova realidade. O próprio exercício do poder, tradicionalmente associado à figura masculina, foi alvo da inversão de gêneros, o que possivelmente gerou estranhamentos e conflitos.

O Delegado 3 explica que o homem tem uma vaidade que, diferente da mulher, não negocia o poder. Essas afirmações deixam evidentes as características atribuídas ao sexo feminino: “Um pouco diferente do homem, porque [...] Tem uma vaidade que não lhe permite negociar este poder. Mas se você me falar que a mulher humaniza, humaniza qualquer ambiente, sem a menor sombra de dúvida.” (Delegado 3, 2016). Por mais que o entrevistado tivesse tentado esconder, é perceptível que as diferenças de gênero existem e que há desconforto, por parte de alguns homens, em aceitar ordens femininas; para o entrevistado em questão, os papéis de gênero ainda continuam marcados na sociedade. Socialmente, entende-se que as policiais sejam mais solidárias e atenciosas, costumam exercer um melhor trabalho com as vítimas, pois servir e ajudar são atividades que a sociedade espera de uma mulher que é emotiva “por natureza”.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO E A MULHER DELEGADA: NOVAS LEGITIMIDADES QUE CAUSAM ESTRANHAMENTO

“Bom, eu tenho certeza que realizo o sonho de muitas mulheres que querem mandar em homens” (Delegada 7, 2016)

Foi nos anos 1970, como forma de rejeição a um determinismo sexual biológico, para explicar os papéis da mulher e do homem na sociedade, que as feministas passam a utilizar o termo gênero. Esta será uma forma de expor que os padrões são de caráter sociocultural impostos por uma normatividade vigente e, ao que tudo indica, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao “determinismo biológico” (SCOTT, 1995, p.72).

Segundo afirmações do senso comum, a diferença biológica e anatômica entre o corpo feminino e o masculino teria sido o princípio ativo da dominação masculina, onde a força passou a caracterizar o macho e a definir seu papel social/sexual no seio das comunidades primitivas, enquanto a maternidade serviu para distinguir a mulher e seu papel social/sexual. Consagradas essas diferenças, homens e mulheres passaram a desenvolver ações compatíveis com a própria caracterização biológica e anatômica em que estavam enquadrados. Assim, o homem passou a desenvolver mais o seu lado agressivo, prático, viril, audacioso, destemido, e a mulher, por sua vez, deu vazão à parte mais subjetiva do ser, como a emoção, a sensibilidade, a passividade. Tais diferenças definiram uma situação marcada pela oposição e pela complementaridade entre os sexos.

Scott (1995), afirma que é pela falta de nomenclatura para designar o que era ser homem e ser mulher, que as feministas passam a utilizar o termo gênero. A intenção era demonstrar, que os padrões eram puramente sociais. E que não existia ligação com o sexo biológico, que condiciona o sujeito a realizar atividades pré-determinadas. As feministas também atentavam para a preocupação do estudo das mulheres ficar

demasiadamente focado no sexo feminino ao invés de preocupar-se com um estudo relacional entre ambos os sexos. Scott, cita Natalie Davis como uma das primeiras pesquisadoras a utilizar o termo gênero em 1975.

Através de esforços, pesquisadoras conseguiram reconhecimento e respeito, no meio acadêmico, e “o uso do termo “gênero” passa a sugerir erudição e a seriedade de um trabalho [...] parece se ajustar a terminologia científica das ciências sociais” (SCOTT, 1995, p.74). A apropriação do termo serviu para mostrar, à comunidade acadêmica, a seriedade da nova empreitada e que as pesquisas eram dotadas de empirismo. Diferente dos movimentos militantes, que por vezes podem demonstrar passionalidade, então parte das pesquisadoras acreditava que seria melhor abolir a denominação: Estudos da mulher. A utilização da nomenclatura gênero, “além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro” (SCOTT, 1995, p.75).

O estudo de gênero é relacional, definido através de pesquisas sobre interações humanas e observação do *aparatus* corpóreo que o ser carrega em si. De como homens e mulheres são representados segundo entendimentos e culturas humanas, para si e para os outros, porém não só segundo os padrões sociais normativos, mas também aquilo que foge ao entendimento do que é apontado como normal - entendido como ações masculinas e femininas - do corpo sexuado que carrega uma identidade pré-determinada a partir do nascimento. É “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p.75). Gênero é utilizado como nomenclatura de distinção e diferenças, aponta padrões impostos e relacionalmente incorporados ao sexo e segue inversamente ao pressuposto tradicional biológico performativo, responsáveis por denominar conjuntos e atos distintos entre masculino e feminino. O termo é utilizado como nomenclatura de diferenciação com intenção de prescrever a padronização binária de comportamentos na sociedade Ocidental.

Scott (1995), esclarece que a palavra gênero tem um sentido relacional e que não se podem entender as diferenças entre os sexos sem analisar a ambos, mas existe uma outra parte das estudiosas que prefere utilizar a expressão “Estudos da mulher” para enfatizar o foco de suas análises, porém é necessário entender como funcionam as diferenças culturais entre os sexos.

Os estudos da mulher proporcionaram novas pesquisas ante aos já desgastados temas dominantes e observaram assuntos que até então ignoravam a presença feminina em seus espaços como, por exemplo: a guerra e a política. Estudos culturais alternativos quebram o tradicionalismo positivista, que se apropriou do saber. É a “quebra das concepções [...] totalizadoras, que até recentemente poucos perceberam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes [...] o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de diferenciamento da ciência.” (RAGO, 2012, p.35).

Durante a Primeira Guerra Mundial, mulheres ocuparam os empregos dos homens que foram para as batalhas. Com o fim da guerra, os homens tornaram a ocupar os postos de trabalho que haviam deixado para trás. No período da Segunda Guerra Mundial, as mulheres já não aceitaram mais retornar ao lar. O que não significa que não tenham existido tensões e rivalidades desde a Primeira Guerra, porém, as pressões femininas serviram para facilitar mudanças sociais e a aceitação de transformações posteriores. A disputa pelo mercado de trabalho, nos pós-guerras, é um exemplo de disputa de poder na História das Mulheres e dentro das relações de gênero. Nos campos de batalha também não podem ser ignoradas as tensões de gênero, pois “gênero” é um tema que sempre regeu as relações humanas. Afirmar que a presença de mulheres-soldados só existiu apenas nas guerras do final do século XX e início do século XXI, é equivocado, pois Joana D’arc, Lyudmila Pavlichenko³¹, Anita Garibaldi, as Amazonas são exemplos, a serem citados, de mulheres que viveram e participaram de guerras nos vários momentos da história. Sempre existiram mulheres lutando em campos de batalhas, mesmo em meio às repressões impostas, havia uma forma de burlar ou abrir exceções.

Segundo Cohen (2015), a URSS possuiu um esquadrão de bombardeio noturno composto apenas por mulheres, as aviadoras do regimento 588°. Os alemães, aterrorizados, as apelidaram de bruxas da noite, devido aos voos baixos e silenciosos das aeronaves durante o ataque. As mulheres-pilotos desligavam os motores dos aviões, a fim de evitarem barulhos. Quando os soldados inimigos percebiam, a explosão vinha logo em seguida. No grupo, havia Marina Raskova, lendária piloto e heroína na URSS.

No Brasil, “Maria Quitéria foi a primeira mulher a servir oficialmente ao exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870)”³². Na Idade Antiga a Rainha Boudica, que foi Rainha dos celtas, comandou seu povo contra a invasão dos romanos

³¹ Franco atiradora da URSS na Segunda Guerra Mundial

³² Pode ser visto em: <http://pre.univesp.br/as-mulheres-na-guerra#.W2MHNtVKjIU>

nos anos 60 d.C. durante a invasão da Bretanha³³. Todas as citadas retratam alguns, dos vários casos, da representação de mulheres envolvidas diretamente em batalhas, porém são temas pouco explorados. A mulher na guerra é vista de forma pueril, pois o sexo feminino é atrelado, na maioria das vezes, à prostituta ou à enfermeira, e ainda assim, de maneira preconceituosa e não de forma adequada que contribua para o estudo das relações de gênero. A mulher sempre lutou e esteve presente, nas mais diversas formas, em momentos históricos da humanidade.

2.1 - Mulher, Mulheres, Gênero

Através dos estudos sobre a História das Mulheres, as pesquisadoras descobriram muitas singularidades e que a mulher, ao longo dos séculos, sempre esteve presente na história. Porém, só passam a ser mais bem observadas através de pesquisas relacionadas aos Estudos das Mulheres ou Estudos de Gênero. Logo, percebeu-se que a mulher sempre esteve presente em campos entendidos como exclusivamente masculinos e, por vezes, participavam de forma semelhante. Observar a mulher como sujeito histórico, escrever sua história, que por tempos foi ignorada, traz empoderamento ao sexo feminino.

León (1997), classifica o empoderamento feminino em dois tipos: o prático e o estratégico. O prático traz a possibilidade de mudança na qualidade de vida, supre as necessidades materiais básicas: como alimentação, moradia, formação escolar, emprego. Ela acredita que é preciso ter as necessidades primordiais supridas para que o processo estratégico possa ser alcançado, que é o processo de conscientização e lutas políticas. Ter capacidade e ou consciência intelectual para lutar por mudanças de classe e igualdade de gênero. Ao analisar o termo empoderamento, a pesquisadora chega à conclusão que o tema pode ser muito abrangente, pois é interdisciplinar, utilizado pela: Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, Direito, sem haver consonância de ideias

³³<http://pre.univesp.br/as-mulheres-na-guerra#.W2MHNtVKjIU>

entre as disciplinas. A terminologia pode significar: Desenvolvimento comunitário, autonomia, identidade, integração. Nem sempre veremos alguma relação com a emancipação feminina, por isso é um termo genérico, de pouco significado e difícil de ser explicado, ou seja, utilizá-lo não significa estar especificamente lutando pelos direitos das mulheres e dar ao feminino um lugar de igualdade.

Las necesidades e intereses de las mujeres clasificados em prácticos y estratégicos. Los primeros son aquéllos que dan respuesta a las necesidades materiales de las mujeres, a demandas específicas que ellas tienen para sobrevivir, para salir de la pobreza. Son demandas prácticas: la lucha por el salario, por el empleo, por la vivienda, por el cupo em el colégio para los hijos, por las becas para el estudio, etc. Todo esto y mucho más es práctico para vivir³⁴. (LEON, 2001, p.98)

A reflexão sobre empoderar uma mulher se torna presente a partir dos anos 1980, as pesquisadoras perceberam que o caminho da igualdade perpassa pelo empoderamento feminino. Ainda que o termo empoderamento seja genérico, é reapropriado e ganha sentido de emancipação feminina para as pesquisadoras e feministas, que atribuem ao termo um significado de luta e resistência. As estudiosas perceberam que enxergar através do binarismo homem/mulher, opressor/oprimido, carrasco/vítima não era a forma de conseguir êxitos promissores, por isso constroem um caminho para adquirir poder. Reivindicar por melhores condições de vida, a fim de suprir as necessidades básicas de uma mulher, dar a ela a condição de ter acesso a um maior grau de escolaridade e inseri-la no mercado de trabalho é um caminho de empoderamento e emancipação feminina. A mudança de pensamentos traz novas perspectivas e aponta o equívoco em nutrir a ideia de que às mulheres é dado, constantemente, o lado oposto do poder e que não podem usá-lo a seu favor para forçar transformações da ordem vigente, - porque são vítimas da sociedade - era equivocada. Logo, chegaram à conclusão de que é primordial o empoderamento feminino para o caminho da igualdade. Se observar como vítima parece ser uma condição apática, mas utilizar o poder - conseguido através da força e mobilização de um grupo - para gerar mudanças, para forçar a entrada feminina na ocupação de postos de emprego e espaços

³⁴As necessidades e interesses das mulheres podem ser classificadas como práticas e estratégicas. Os primeiros são aqueles que respondem às necessidades materiais das mulheres, às demandas específicas que elas têm para sobreviver, para sair da pobreza. São demandas práticas: a luta pelo salário, pelo trabalho, pela moradia, pela cota no colégio para os filhos, pelas bolsas para o estudo, etc. Tudo isso e muito mais é prático para viver.

públicos é consequentemente adquirir igualdade e emancipação. Por isso o movimento feminista se atentou para mudanças mais estratégicas, através de políticas públicas.

O Brasil é um exemplo típico de onde a subordinação feminina não se limita somente no campo das ideias, mas na falta de estrutura social e qualidade de vida. O não acesso à educação gera a falta de conscientização sobre o controle do corpo e a busca pela igualdade de direitos, logo necessidades básicas podem desviar os objetivos estratégicos. Ao perceberem isso, as feministas entenderam a importância de suprir as necessidades básicas, a fim de gerar adesão e/ou conscientização emancipacionista na luta pela igualdade de gênero.

Observações resultaram na conclusão de que a categoria “Mulher” não era homogênea e sim heterogênea. A complexidade de pensamentos, classes e raças conduziu a um novo pensar na forma de se referir ao gênero e através da problematização surge à pluralização da palavra para: “Mulheres” a fim de proporcionar representatividades e tornar clarividentes as diferenças sociais “Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria mulheres” (PEDRO, 2013, p. 82).

Reconhecer que as formas de opressão podem ser alteradas conforme a cor de pele, status social e maneiras de pensar também é um caminho para o empoderamento feminino, pois ignorar as diversidades é contradizer o próprio movimento e tomar caminho inverso na luta. Nem todas as mulheres sentem-se oprimidas pelos mesmos atos e motivos sociais, porém todas tinham o mesmo denominador comum: a opressão masculina que pairava nas diversas classes e raças.

os historiadores, bem como os pesquisadores em geral, têm que estar alertas às mudanças sociais e também a noção de pluralidade. Logo, é preciso estar atento às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura, compreendendo, por exemplo, que “identidade” é um conceito dinâmico é construído diferentemente nas diversas classes sociais. (SAMARA, 1997, p.14)

Pensar que a mulher possui um único perfil, para representar todas as outras, é criar uma perspectiva de sujeito universal feminino, uma forma positivista e opressora de refletir a respeito da mulher, pois é equivocado estabelecer um padrão branco e euro-centrista ao serem abordadas outras culturas. Ignorar diferenças, oprimir classes dentro

de uma classe, contribui para que boa parte das mulheres seja excluída das relações de gênero por conta de sua identidade. É fundamental, ao se falar de feminismo, observar a pluralidade que se estende a classe, raça, e toda diversidade cultural específica que abarcam as mulheres. Portanto, se faz necessário enfatizar que ao estudar mulher devem-se estudar mulheres.

A história se constrói e reconstrói através de novas descobertas, novas análises. É arriscado pensar que existem verdades incontestáveis, pois a história do ser humano, mesmo que no passado, não pode ser entendida como finita ou acabada, pois a análise do passado está sujeita a diferentes interpretações. É necessário atentar para possibilidades que surgem, não raras, sobre outras conjunturas e reconhecer a mulher como sujeito da história é fundamental para novas percepções que acercam os fatos.

Pinto (2003), constata que inicialmente as dificuldades de reconhecimento que os estudos das mulheres sofriam nas Universidades proporcionaram Núcleos de Estudos espalhados pelo país. O primeiro foi dentro da Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro, em 1982, através da iniciativa de uma das primeiras mulheres a estudar o tema “Mulher” no Brasil: Fanny Tabak, que também foi a responsável por colaborar com a criação de outros Núcleos de Estudos em outras Universidades. Os Núcleos de Estudos realizavam pesquisas de alto nível que se transformaram em publicações de livros e revistas especializadas que são referências para o estudo da mulher.

No Brasil, os estudos de gênero são temas relativamente novos que começaram a ser mais abordados a partir dos anos 1990, – apesar dos anos 1980 terem trazido alguns raros trabalhos - os Grupos de Estudos foram criados nos anos 2000. O que possibilitou novos campos de pesquisa para a construção do saber. Segundo Rago, o “campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência de novos temas de estudo [...] ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas”(2012, p.40).

A necessidade de organização de Grupos de Estudos e discussão sobre gênero, não foi apenas Acadêmica, mas política, porque, inicialmente, os estudos de gênero eram olhados com desconfiança pela ala mais tradicionalista das Universidades. Uma das formas de se estabelecerem e fortalecerem foram as fundações dos núcleos de estudos:

A constituição de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, visando articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre

pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História, foi criado em 25 de julho de 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ).[...] Outros GTs de Estudos de Gênero, de âmbito regional, foram criados em São Paulo, em Santa Catarina e, mais tarde, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Essa articulação de GT's tem garantido que, nas diversas reuniões nacionais da Associação Nacional de História, os Simpósios Temáticos que discutem 'gênero' apresentem um número significativo de trabalhos, mostrando a vitalidade do campo em construção. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.283)

A criação dos Grupos de Trabalhos de Estudos de Gênero promoveu maior legitimidade aos estudos das mulheres no Brasil, os GT's se espalharam pelo país e realizaram diversos encontros, o que possibilitou maior acesso e conhecimento de um trabalho que ainda era novo, e pouco conhecido, no país. Segundo Soihet (1997), foi o descrédito das então antiquadas correntes historiográficas³⁵, que acreditavam na existência de um sujeito universal, que contribuiu para a seriedade dos estudos das historiadoras feministas.

Assim, as mulheres foram de fato colocadas na história e derrubaram, de uma vez por todas, a hipótese do sujeito universal. Passaram, então, a protagonizar acontecimentos tanto na vida privada como na vida pública. Os estudos das mulheres questionavam as tradicionais linhas de pesquisa das correntes marxistas e econômicas. As feministas os contestavam ao dizer que não incluir as mulheres como sujeitos históricos era uma forma de fazer história de maneira parcial e sexista, por isso o levantamento de dados e métodos aplicados trazia dúvidas. Novos caminhos foram descortinados e auxiliaram rumos diferentes na história da humanidade, o que estremeceu a credibilidade dos estudos anteriores. Mesmo diante de tantas conquistas, devido aos movimentos feministas, podemos apontar permanências histórico-culturais que ainda persistem na sociedade.

Segundo Scott (1992), parece não haver mais dúvida quanto a seriedade dos estudos das mulheres e da sua prática por diversas historiadoras/es em vários locais do mundo. O estudo das mulheres conseguiu adquirir influência dentro das Universidades e colhe diversos frutos como, livros, artigos e conferências a nível nacional e internacional. Falar a respeito das mulheres e sua historicidade não é uma tarefa simples, pois a narrativa da história que as cerca é dotada de complexidade e até mesmo obscuridade, não existem padrões lineares, mas sim avanços e recuos. É preciso levar

³⁵É preciso lembrar que esta maneira historiográfica de pensar não é mais plausível.

em conta a condição e a posição das mulheres, a cultura na qual estão inseridas e os movimentos feministas.

São de suma importância os documentos e objetos para entender a realidade do passado. Mas não estão as/os pesquisadoras/res acomodados em entender objetividades e esquecer as sutilezas deixadas nas entrelinhas? Nas últimas décadas as sutilezas têm sido observadas e os Estudos de gêneros - que são voláteis e propensos a mudanças constantes – têm contribuído para novas perspectivas nas relações dos sujeitos e as mudanças através dos tempos. A *História dos Annales* ou *Nouvelle Histoire* apontam para necessidades em buscar respostas em outras áreas, pois os deslocamentos têm obrigado as historiadoras, que pesquisam as mulheres, a lançar mão de novos mecanismos para a pesquisa.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas. Consiste no fato de que ela incorpora o resultado de várias disciplinas. Algumas atitudes interdisciplinares dependem da cultura, da comunicação de especialistas e que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. (FRANCISCHETT, 2005, p.1)

A discussão sobre gênero é interdisciplinar, por isso é de fundamental importância o diálogo com várias disciplinas para uma perspectiva mais profunda de um tema que está diretamente relacionado à cultura/sociedade. Através da interdisciplinaridade ocorre o enriquecimento dos estudos acadêmicos e parcerias com especialistas do campo da Antropologia, História, Sociologia, Psicologia e Literatura. Existe um grande prisma de temas a serem abordados devido “a explosão dos temas femininos da *Nouvelle Historie*, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto [...] sexualidade” (RAGO, 2012, p. 39). Os diálogos com outras disciplinas não é só uma questão de metodologia funcional, mas um enriquecimento qualitativo para pesquisas, pois “a prática efetiva de um trabalho interdisciplinar se explica como problema, sobretudo no plano material, histórico e cultural.” (FRIGOTTO, 2011, p.35). A inovação dos estudos de gênero levou as pesquisadoras a ultrapassarem as linhas da própria disciplina, a fim de trocarem informações com outras, na busca de respostas para o objeto de análise. Acrescentando perspectivas diferentes de investigações, através de outros olhares na quebra de paradigmas do tradicionalismo.

O aumento de mulheres nas academias levou estudiosas a questionarem sobre si e com isso surgiram vários polos de pesquisas nas Universidades. Este fator veio ao encontro da necessidade de renovação do saber, pois muitos temas já estavam desgastados e era preciso mudanças em meio à situação perene. Nesse sentido, acreditamos que dificilmente a/o pesquisadora/or conseguirá encontrar resultados ao trabalhar somente através perspectiva disciplinar, pois, por vezes, a resposta para um problema precisa ser buscada via inter-relacionamentos científicos, ou seja; ao dialogar com outras disciplinas e aprender a usar a “interdisciplinaridade como uma necessidade [...] como problema [...] Vamos sustentar que a questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural” (FRIGOTTO, 2011, p.35).

Fora das Universidades, os estudos de gênero não são tratados com naturalidade e vistos como algo atípico ou desnecessário na construção do conhecimento humano. Um exemplo claro é o desprezo com que as instituições de ensino, para a educação de crianças e adolescentes, tratam o assunto. O despreparo e a falta de conhecimento dos profissionais do ensino básico são flagrantes. Lamentavelmente, temas como estes são observados com desconfiança e preconceito, apesar de existirem lutas para que tais questões façam parte do currículo, a censura e o puritanismo servem de entraves para a abordagem dos estudos de gênero. O receio está diretamente ligado ao desmonte das estruturas de poder pautadas em uma sociedade católica e conservadora. A falta de contato com o assunto, no ensino básico, gera uma enxurrada de posicionamentos baseados no senso comum no que diz respeito ao ser mulher e ao espaço que esta deveria ou não ocupar. Seus desdobramentos são a objetificação, o interdito e a subalternização do sexo feminino.

Os estudos de gênero devem ser observados como uma forma de prevenção ao preconceito e violência contra a mulher, a fim de gerar cidadãos mais conscientes. Homens e mulheres cientes da igualdade social, acima de qualquer diferença biológica. Infelizmente, o acesso aos estudos de gênero fica, em sua maior parte, dentro das Academias, o que impossibilita o conhecimento do cidadão comum a respeito do tema. Um maior acesso aos estudos de gênero pode ajudar o sujeito a ter percepções mais nítidas quanto aos preconceitos inseridos na sociedade e resultar em um ser mais consciente. Enxergar o outro como igual, não só mulheres, mas também homossexuais e negros, requer urgência para mudanças nas construções sociais.

Os Estudos de Gênero estão enraizados em todas as esferas, pois os gêneros são os responsáveis pelas mudanças sociais através dos tempos, os gêneros também mudam e se reinventam. São sujeitos históricos que não só preenchem todas as estruturas sociais, mas as criam. Nossa análise de gênero é institucional, foge da análise parental - que para alguns parece ser a única -, cria problematizações, genéricas, dentro de uma instituição tradicionalmente masculina: a Polícia Civil. Exemplifica, através de narrativas, que relações de gênero e mulheres estão dentro das instâncias de poder, exercem cargos de chefia, na quebra do tradicionalismo de uma historiografia *masculinista*. Através das entrevistas, com as Delegadas de polícia, será demonstrado que existem relações de gênero e a inserção feminina nas instâncias de poder é crescente.

2.2. As Delegadas: ingresso na Academia de Polícia e o funcionamento da corporação da polícia civil

Quando o tema abordado são as mulheres há de se pensar que a elas podem ser relacionados quaisquer assuntos, pois, como parte integrante da sociedade, estão em (praticamente) todos os espaços. E um desses espaços são as delegacias de polícia judiciárias, que possuem mulheres que conseguiram ocupar o cargo mais alto dentro da corporação policial. Por que existe um número de mulheres, expressivo, que tem optado pela polícia? Quem são as mulheres-Delegadas que ocupam postos de comando? Perguntar para as Delegadas, ao invés de elaborar hipóteses, serviu para enriquecer o trabalho na busca por respostas.

O cargo de Delegada (o)³⁶ de polícia não é de carreira, onde se ascende a uma posição de comando por tempo de serviço, nem mesmo por merecimento devido ao bom desempenho, obtido por confiança. Para se tornar Delegada/o de polícia não é preciso ter uma vida pregressa dentro da instituição policial, é necessário ter curso superior em

³⁶Segundo informações obtidas na polícia o cargo não flexiona, mas a pesquisa optou por flexionar e chamá-las de Delgadas de polícia.

Direito e fazer concurso público através de prova escrita e posteriormente teste de aptidão física, não ter antecedentes criminais e nem ter sido condenado em ações cíveis. Após passar nas provas, o candidato participa de outras etapas eliminatórias, mas desta vez na Academia de Polícia (ACADEPOL) para a realização de cursos específicos inerentes ao cargo. Só assim o candidato estará apto para exercer a profissão. É na ACADEPOL que as/os Delegadas/os, já ingressados, fazem cursos de especialização, pós-graduação, prática de tiro, que se dá ao longo de toda a carreira e são citados como necessários à profissão.

A Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra, conhecida como ACADEPOL, fundada em 2 de fevereiro de 1912, não é responsável somente pela formação de cargos de chefia, mas por praticamente todos os processos seletivos para a admissão de novos policiais nos quadros da corporação. Depois de aprovados, os candidatos às carreiras de Delegado de Polícia, Perito criminal, Perito legista, Piloto policial, Engenheiro de telecomunicações, Inspetor de Polícia, Papiloscopista, Policial, Oficial de cartório, Investigador, Técnico, Auxiliar de necropsia, Guardas civis e Escrivães, passam a frequentar o Curso de Formação Profissional, que os habilita à nomeação para os cargos policiais. Os alunos policiais aprendem noções de Direito, segurança pública, primeiros socorros, balística, tiro, defesa pessoal, imobilização, além da história das Polícias, ou seja, é aprendida toda uma cultura policial. Também são ministrados cursos de aperfeiçoamento e especialização para todas especialidades policiais³⁷.

Segundo a Chefe da ACADEPOL, Delegada Jéssica Almeida, quando os concursados são aprovados e entram para a instituição policial os exercícios direcionados aos alunos são os mesmos, tanto para mulheres quanto para homens:

Uma vez ingressando na academia de polícia aí é tudo igual. Os exercícios são os mesmos, as aulas de educação física e defesa pessoal são as mesmas, aulas de tiro as mesmas. Armamentos oferecidos a essa mulher ou ao homem é o mesmo. Aqui nivela tudo. (Chefe da ACADEPOL, Delegada Jéssica Almeida, 2016)

A Delegada Jéssica (ACADEPOL), explica que as diferenças ocorrem antes do ingresso na Academia de Polícia. Porém, apenas nas provas de resistência física exigidas no edital do concurso, na qual a mulher tem mais tempo para fazer flexões de braço e na corrida, que são 1.800m para mulheres e 2.200m para homens.

³⁷Pode ser visto em: <http://www.policiaivilrj.net.br/acadepol.php>

Apesar de não ser uma profissão de carreira, se faz carreira na função de Delegada/o, pois existe ascensão através de graus que são as/os Delegadas/os de 3º classe, 2º classe e 1º classe. Existe diferença salarial para cada classe, a 1º classe é a classe mais alta e a que recebe um maior salário. Até o ano de 2016/17, o salário de uma/um Delegada/o de polícia ingressante era de R\$ 20.000,00. Delegadas e Delegados recebem igual remuneração, pois não existe distinção de salários, quanto ao gênero, para funcionários públicos. A/o Delegada/o titular, além do salário, recebe uma gratificação por comandar o Departamento de Polícia no qual está lotada/o.

Dentro de uma delegacia existem várias/os Delegadas/os que se subdividem em: Adjunta/o, assistente e titular. A/o adjunta/o cumpre o trabalho de uma/um Delegada/o plantonista, o plantão não é necessariamente exercido sempre na mesma delegacia e dura o período de 24 horas, incluindo fins de semanas. Nos primeiros anos, é de praxe ser uma/um Delegada/o plantonista. Segundo os mais experientes, trata-se de um período de aprendizado que a função proporciona, pois a/o adjunta/o vivencia experiências em delegacias diferentes e em horários diferentes que podem alterar na dinâmica dos crimes. A/o Delegada/o assistente³⁸ é quem assiste a/o Delegada/o titular, ambos exercem suas funções na mesma delegacia e normalmente folgam aos fins de semana e trabalham, usualmente, em horário comercial, porém, dependendo do caso a se resolver isso pode ser alterado. Na ausência da/o titular, a/o assistente responde pela delegacia e, na ausência de ambos, a/o adjunta/o responde pela delegacia, pois ser Delegada/o de polícia é ter uma posição de comando.

As promoções ocorrem através de destaque e bom desempenho, a/o Delegada/o titular, que é a/o chefe da delegacia, ganha este destaque por merecimento. Ser Delegada/o de Primeira Classe não significa, necessariamente, ser titular de uma delegacia. A titularidade é um cargo de confiança e de responsabilidade, é ela/ele quem responde pelos erros de sua equipe – caso venham acontecer - e recebe reconhecimento no bom desempenho. A/o Delegada/o titular responde ao comando da/do chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro. Cada estado tem uma/um chefe de polícia, pois o cargo não é federal. A/o chefe geral de polícia (ou secretário de segurança pública) é o grau máximo que se pode chegar dentro da carreira da polícia, é um cargo de confiança designado pelo governador do estado e incorpora o comando de toda a instituição policial. A secretaria de segurança possui um trabalho em conjunto com a polícia

³⁸Pode acontecer da/o Delegada/o assistente, eventualmente, ter que prestar plantão em alguma outra delegacia devido a carência das delegacias de polícia, porém isto não ocorre com o titular.

militar, pois o cargo é da secretaria de segurança pública; logo o secretário não trabalha exclusivamente para a polícia civil, realiza um trabalho em conjunto com a polícia militar que é responsável pela parte ostensiva de segurança pública.

O Estado do Rio de Janeiro pôde contar com duas chefes de polícia: A Delegada Jéssica de Almeida que assumiu a pasta por quatro meses, durante o período em que o secretário de polícia esteve afastado por motivo de doença. Posteriormente, assumiu o cargo de subsecretária de educação e prevenção e foi, por cinco anos, Delegada titular da ACADEPOL, que é responsável pela formação de todo o efetivo da polícia civil do estado do Rio de Janeiro; e a Delegada Martha Rocha, que foi solicitada para assumir a chefia do Estado do Rio de Janeiro em 2011. Ficou por três anos no cargo e decidiu deixar a chefia geral da polícia para seguir outra carreira: a de deputada estadual, exercendo, atualmente, esta função. Em 1990, Martha Rocha havia ocupado a subchefia de polícia por quatro anos, foi corregedora da polícia civil e diretora do departamento de polícia especializada que integra a: Divisão de Homicídios, Delegacia de Combate as Drogas, Divisão Anti-sequestro, Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis e Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas. A polícia civil do estado do Rio de Janeiro elencou mulheres para ocupar postos do mais alto escalão dentro de sua corporação.

A Constituição de 1988 delineia as atribuições das polícias e suas subdivisões no Estado:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por Delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.³⁹

Através da Constituição de 1988 fica claro que é dever do Estado manter a ordem, a segurança dos indivíduos e do patrimônio. Somente a polícia está autorizada a estabelecer a ordem, cabe a ela o poder de prisão e de restringir a liberdade do cidadão

³⁹<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

de maneira imediata. Garantir a segurança pública através de ações preventivas e repressivas. É incumbência da Polícia Civil, que é a polícia judiciária, atuar na parte investigativa.

A estrutura da Polícia Civil se compõe através de: Departamentos de Polícia (DP's) que se dividem em Departamento Geral de Polícia da Capital (DGPC), Departamento Geral de Polícia da Baixada (DGPB), Departamento Geral de Polícia do Interior (DGPI), Departamento Geral de Polícia Especializada (DGPE), Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM), além dos Órgãos da Administração, Corregedoria Regional de Polícia, Delegacias de Acervo Cartorário e Departamento Geral de Polícia Técnico Científica (DGPTC)⁴⁰.

A pesquisa tem por objetivo analisar a atuação das Delegadas em sua posição de comando num contexto, outrora, exclusivamente masculino. Para isso, é importante perceber o que as Delegadas pensam a respeito delas, como lidam com o poder e autoridade, sem esquecer-se das mudanças e adequação dos Delegados. É necessário, portanto, um trabalho relacional, pois a entrada da mulher na esfera do poder judicial trouxe novas perspectivas para as relações de gênero. Foram escolhidas exclusivamente as Delegadas titulares, alocadas em Delegacias Especializadas ou Departamentos de Polícia.

Todas as entrevistas foram concedidas ao longo do ano de 2016, as conversas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para preservar a identidade dos entrevistados, com o intuito de não expô-los a riscos, a maneira encontrada foi de citá-los na pesquisa através de números ou mesmo, em alguns casos, de forma indireta. As narrativas dos entrevistados têm por objetivo perceber as diferenças nas relações de gênero, o empoderamento feminino e a adequação de uma instituição que lida com atributos masculinos. A entrada e convívio das mulheres, em posições de comando, com homens, as percepções masculinas a respeito e, também, as percepções que as Delegadas têm de si. Para isso entrevistamos as mulheres-Delegadas, mas também os Delegados homens para compreendermos seus discernimentos em relação ao feminino. As entrevistas foram analisadas a partir das seguintes categorias:

⁴⁰Dados fornecidos pela ACADEPOL em 2016.

- Empoderamento: a autonomia financeira e um cargo de mando que permite, através da lei, exercer o poder de investigar e prender quaisquer pessoas;
- Carreira policial: os riscos de ser polícia, o exercício do cargo de chefia e escolha profissional;
- Relacionamentos e família: como os parceiros das Delegadas de polícia lidam com a profissão das companheiras?; Ter ou não ter filhos? Se tê-los como conciliar com a demanda de tempo exigida pela profissão?
- Relações de gênero: as percepções masculinas, com a entrada das mulheres na polícia, a divisão e alteração dos espaços.

Os tópicos citados acima conseguiram definir como é a vida das Delegadas e dos Delegados de polícia.

Não foram escolhidas Delegadas que chefiam DEAM's, porque o objetivo do trabalho é ser um diferencial, fugindo do senso comum, no qual entende que o lugar mais propício para que uma mulher ocupe o cargo de chefia seja a DEAM. Acreditamos que a mulher, enquanto profissional da polícia, está além, imiscuindo-se em outros espaços desta instituição policial. Com isso, o objetivo da pesquisa é mostrá-las e expor suas percepções, como mulheres-Delegadas em cargos ainda majoritariamente masculinos. Ainda assim, vale ressaltar o peso histórico das Delegacias de Atendimento às Mulheres, pois foram porta de entrada para mulheres em cargos de chefia dentro da Polícia Civil e essas também são uma conquista para as vítimas de violências.

No estado do Rio de Janeiro todas as DEAM's são chefiadas por mulheres, o que também é habitual em outros estados brasileiros. Logo, a escolha para a pesquisa se baseou em mulheres que ocupam cargos extraordinários, para além do que se espera socialmente. Foram entrevistadas sete Delegadas com lotação em Departamentos de Polícia ou Polícias Especializadas, sendo todas elas Delegadas titulares em suas respectivas delegacias. Além disso, entrevistamos quatro Delegados de Departamentos de Polícia, cuja opção foi por dois Delegados titulares e dois Delegados auxiliares. Um

deles foi chefiado por uma mulher o que proporcionou uma perspectiva diferenciada. Para além das Delegadas e Delegados, foram entrevistados dois professores da ACADEPOL, que é a Academia de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, a fim de obter conhecimento a respeito da formação das/dos alunas/os Delegadas/os.

Segundo dados colhidos entre os anos de 2016/2017, a distribuição de gêneros entre as delegacias de polícia, nos Departamentos de Polícia e Polícia Especializada, ocorre da seguinte maneira: O Departamento Geral de Polícia da Capital possui 45 delegacias, 7 são chefiadas por mulheres e 38 por homens; O Departamento Geral de Polícia da Baixada possui 21 delegacias, as mulheres chefiam 2 delegacias e os homens 19; No Departamento Geral de Polícia do Interior são 82 delegacias com 11 mulheres chefes e 71 homens titulares; O Departamento Geral de Polícia Especializada conta com 26 delegacias, 5 mulheres titulares e 21 homens titulares. Ao que parece, o número de mulheres Delegadas, que ocupam a titularidade de uma delegacia de polícia, é ainda menor que o número de mulheres que resolve ingressar na instituição policial. Também há de se questionar o motivo das mulheres não optarem pela carreira policial e porque essas mulheres estão mais lotadas em cargos administrativos ao invés dos Departamentos de Polícia e Delegacias Especializadas.

o percentual de mulheres ainda é menor do que o de homens, porque a polícia ainda é uma atividade eminentemente masculina, ainda é. Então a gente tem em torno de 28,5% de mulheres nos concursos públicos e os demais são homens” (Chefe da ACADEPOL, Delegada Jéssica Almeida, 2016).

Apesar da proporção inferior de mulheres aprovadas/interessadas pela atividade policial, existe uma discrepância perceptível quanto ao número de mulheres como Delegadas titulares. Ao todo são 174 delegacias, entre DP's e Especializadas, com apenas 25 mulheres no comando comparado aos 149 homens que também chefiam delegacias⁴¹. Quando a chefe da ACADEPOL afirma que existem 28,5% de mulheres aprovadas algumas questões precisam ser observadas:

⁴¹ Segundo dados de 2016.

- A polícia é um espaço majoritariamente masculino;
- Se as mulheres temem os perigos, por que não optar pela carreira de Delegada que é um cargo de chefia e pouco operacional?
- Por que existe um número inferior de Delegadas titulares, nas DP's e Especializadas comparadas a média de mulheres aprovadas nos concursos da Polícia Civil?

Para maiores esclarecimentos o gráfico, a seguir, demonstra a diferença entre mulheres e homens titulares das delegacias de polícia. Ainda que as titularidades das DEAM's, que são 15 delegacias, sejam somadas os números não alcançam a proporção de mulheres ingressantes na polícia.

**Mulheres que ocupam cargos de titularidade dentro dos
Departamentos de Polícia e Polícia Especializada, segundo dados de
2016:**

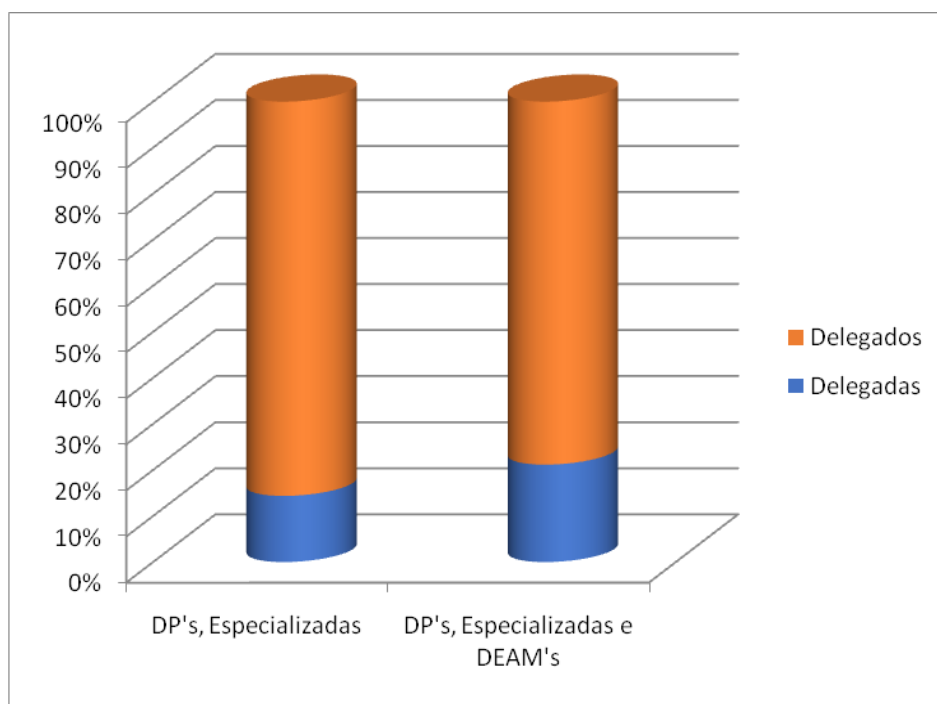


Gráfico de elaboração própria⁴².

Evidentemente, por ser uma profissão entendida como masculina, por parte da sociedade, muitas mulheres optam por seguir outro tipo de carreira, porém a narrativa da Delegada 1 deixa flagrante que algumas decisões podem ser tomadas de acordo com o gênero:

Elas acabam sendo de certa forma, é... Empurradas. Ainda acontece um pouco isso, essa coisa do *ethos* de proteger... Da mulher sexo frágil, que te falei, as mulheres acabam sendo empurradas para algumas funções de natureza administrativa. Agora... Em um primeiro momento todo mundo tira plantão em delegacia [...] mas depois as mulheres acabam sendo conduzidas para funções de natureza administrativas [...] Elas são conduzidas porque a instituição naturalmente as conduz ou porque a mulher pede [...] E se você for

⁴² Dados fornecidos pela ACADEPOL.

ouvir outras pessoas em função de comando, que estão fora da área operacional, encontrará muita mulher nesse tipo de atividade, em cargo de chefia. (Delegada 1, 2016)

Regra geral, a sociedade ainda defende que a mulher não pode exercer determinados tipos de atividades, pois existem habilidades que lhe são “naturais” e diferem das habilidades inerentes ao homem. Nessa perspectiva, a sensibilidade própria da mulher não combinaria com o espaço truculento e viril da polícia civil. Segundo Sacramento, “os papéis definidos na instituição são preferencialmente a reprodução daqueles instituídos socialmente. A diferença dos papéis masculino e feminino é marcada pela dominação masculina.” (2007, p.85)

A polícia, assim, produz comportamento machista por estar inserida na sociedade, logo, como parte da sociedade, reproduz o que a sociedade produz. Mas é preciso observar que, a princípio, não existe qualquer indicativo de lotação, ou qualquer prerrogativa que deixe preestabelecida a ocupação de postos de comando que sejam local comum do sexo feminino ou do masculino. Mulheres e homens, quando prestam concurso público para o cargo de Delegada/o de Polícia Civil o fazem de forma igual, pois ser empossada/o ocorre tão somente após todas as etapas eliminatórias, inclusive de treinamento, que o cargo exige. Porém, quando as mulheres já fazem parte da instituição, pode ser que sejam “empurradas” por esta para um cargo de origem administrativa, para funções que não exijam a dinâmica operacional das ruas e tenham menor potencial de periculosidade. O que vem a ser a concepção de periculosidade? No início de carreira, Delegadas e Delegados exercem a função de plantonistas em delegacias aleatórias, conforme a necessidade da instituição. Ainda, deve ser observado que ser Delegada/o é estar à frente de uma delegacia e, na falta do titular e assistente, é o plantonista quem assume o comando. “Empurrar” as mulheres para cargos de chefia administrativos pode ser uma demarcação territorial para a manutenção de locais mais masculinos. Existem locais mais masculinos e mais femininos dentro da polícia civil?

2.3. Por que polícia? – A mulher Delegada

Com base nessa matriz original de união dos opostos, foram engendradas formas de organização social a partir de categorias opositivas, entre as quais o estabelecimento de papéis sociais/sexuais que definiriam o ser homem e o ser mulher. A partir daí, diferenças que eram tidas como de ordem biológica e anatômica se estenderam para a vida em sociedade, circunscrevendo o espaço de movimentação de homens e mulheres, sobretudo a partir da divisão espacial colocada pela Era Vitoriana, no século XIX. Ao ser-homem foi reservado o espaço público, caracterizado pelo mundo do mercado, dos negócios, da política, enquanto para a mulher foi reservado o espaço privado, marcado pela casa, pelo casamento e pela maternidade. Inicialmente, quando a mulher começa a ocupar postos de trabalho, que não estão ligados a serviços domésticos, esses postos lembram atividades voltadas ao lar, a enfermeira que cuida, a secretária que organiza e auxilia o homem, a professora que ensina e cuida de crianças. Posteriormente, esses padrões comportamentais começam a ser diluídos e se torna necessário uma readaptação nas relações de gênero. O homem passa lidar com mulheres em posições de chefia, o que, por vezes, pode gerar conflitos, pois o senso comum acredita que para ocupar determinados cargos é necessário força e virilidade. Porém, no início das mudanças a resistência era flagrante, mas atualmente existe uma maior adequação.

Conforme narra o Delegado 3, quando perguntado se a polícia mudou com a entrada das mulheres: “Sem a menor sombra dúvida. Em um primeiro momento foi difícil a adaptação dos homens com relação a elas. Hoje não.” O Delegado explica que de início os homens tiveram dificuldades em se adaptar, pois não havia mulheres dentro da polícia. Acreditamos que os primeiros contatos podem ter causado bastante estranhamento. Atualmente, apesar do número de mulheres ser mais reduzido, deixou de ser novidade se deparar com uma mulher-policia.

Via de regra, as mulheres-Delegadas não entraram para a polícia por um desejo idealizado que as acompanhou desde a infância e juventude ou por se sentirem vocacionadas antes mesmo de serem policiais. Quando perguntadas o porquê de terem entrado para a corporação, as Delegadas responderam:

Eu simplesmente fui fazer o concurso público porque eu era funcionária da justiça e como escrivã da polícia iria ganhar três vezes mais que ganharia como funcionária pública do tribunal de justiça, auxiliar judiciário. Somente por isso, nada além disso. Só que quando você chega na polícia, em particular na polícia civil é uma vida sem rotina, é uma vida que você pode interferir diretamente na solução dos problemas, então eu me encantei com a polícia e aí fui sendo abduzida e fiz um segundo concurso em 1990. (Delegada 4, 2016)

Não. Na verdade fiz concurso. Fiz Direito pra fazer concurso público, já entrei na faculdade com esse objetivo. Uma amiga, que estudávamos juntas, falou que deveríamos fazer o concurso para Delegada de Polícia. Em um primeiro momento não quis, pois foi na época em que as delegacias estavam sendo alvo de tiro. Disse que não. Os concursos que estava fazendo não eram para entrar neste tipo de cargo, mas logo depois essa onda de violência, que teve no Rio de Janeiro, passou e aí esta amiga me convenceu a fazer o próximo concurso. [...]eu nunca tive contato com o trabalho policial – estava ganhando bem, adorei e fiquei. Parei de estudar e gosto do que faço, não penso em mudar de profissão, pois o que gosto é isso. Gosto de investigar, chegar a verdade e concluir uma investigação, é o que gosto de fazer... (Delegada 3, 2016)

O que acontece... Eu me formei na PUC em 2000 e em 2001 abriram 2 concursos públicos - eu sabia que queria fazer concurso público – abriu para Delegado de polícia eu fiz esses dois e passei no primeiro concurso que foi para Delegado de polícia não imaginava passar para polícia, não imaginava. Queria algo ligado à área criminal, mas não necessariamente polícia. Mas a partir do momento em que eu ingressei na academia de polícia e comecei a trabalhar me encantei e realmente eu amo o que faço e não me imagino fazendo outra coisa a não ser delegada de polícia. (Delegada 5, 2016)

Não gosto muito de monotonia, sempre quis conhecer o mundo, o mundo é lindo para se conhecer, sempre gostei de alçar vôos então... Em relação a polícia vi exatamente isso, um lugar onde poderia ter grandes aventuras. Esse era o impulso inicial. (Delegada 7, 2016)

fiz a minha faculdade de Direito, mas já tinha o meu primeiro emprego... Que era o de professora de línguas. Mas pelo Direito já estar dentro de casa, pelo meu pai ser advogado, então achei que o direito era um caminho interessante a ser seguido. Pelo leque que eles falam, né? Tantos trabalhos que você poderia seguir [...] E aí começa... Vamos advogar? Vamos prestar concurso? Então como eu sempre fui curiosa... Fiz estágios como na defensoria pública, onde fui primeiro lugar... em tudo. E eu achava aquele caminho legal... E quis optar por concursos públicos [...] Eu já dava aula de inglês, fazia estágios [...] E nesse embrólio virei advogada, OAB, advogada do meu pai... Até que em 2002, com 25 pra 26 anos eu passei pra polícia civil. Antes eu fiz outros concursos. Fiz concurso para o TRE, cheguei a assumir, no tribunal de justiça, como analista [...] Quando eu passei pra Polícia Civil, pro cargo de Delegada de polícia, que aí falei assim: Esse desafio é grande... Nunca pensei em ser delegada de polícia, desde criança. (Delegada 2, 2016)

Todas as Delegadas não faziam parte da polícia antes de prestar concurso público para polícia civil, exceto a Delegada 4 que anteriormente havia sido escrivã de polícia, posteriormente fez faculdade de direito e prestou concurso, em 1990, para Delegada/o. O motivo inicial das entrevistadas terem como opção a polícia civil é bem similar: A autonomia financeira que a profissão oferece; salários maiores que em outras áreas públicas e privadas e com a conclusão de um curso superior a necessidade de conseguir um emprego. Com exceção da Delegada 7 que prestou concurso para a polícia com interesse na profissão ao revelar que imaginava ser “um lugar onde poderia ter grandes aventuras.” Apesar das entrevistadas, inicialmente, não se sentirem vocacionadas, várias delas declararam sua paixão pela profissão e não conseguem se imaginar realizando outro tipo de tarefa.

Quanto aos Delegados existem histórias variadas: O Delegado 1, trabalhou na assessoria de juízes. Insatisfeito, fez concurso para Delegado, pois era um antigo desejo. O Delegado 2, prestou concurso para polícia depois de uma crise na indústria têxtil, na qual era funcionário. Tornou-se escrivão e depois de fazer curso superior, Delegado. O Delegado 3, seguiu carreira na polícia civil passando por funções diferentes e posteriormente prestou concurso para Delegado; O Delegado 4, já tinha sido oficial do corpo de bombeiros, mas conta que o pai era da polícia e por vezes acompanhava-o, então tinha o desejo de ser policial desde criança. Sentia-se vocacionado para atuar na polícia.

Todos os Delegados exerceram outras profissões fora da polícia, trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo. As mulheres, via de regra, disseram que quando concluíram o curso de direito resolveram prestar vários concursos públicos e tiveram na polícia o seu primeiro emprego. Exceto a Delegada 4 e a Delegada 2⁴³ que já exerciam outras profissões antes e durante o ensino superior. Ao homem é cobrado, dentro da cultura latina, sair e trabalhar tão logo que conclua o ensino médio. Existe uma perspectiva diferente onde a mulher não é reprovada por estar em casa e se dedicar aos estudos, pelo contrário. A palavra vagabundo/a tem sentidos diferentes conforme o gênero.

⁴³Ao que tudo indica a Delegada 2 não tinha interesse em continuar trabalhando como professora. Na época em questão tinha 17 anos e foi convidada para dar aulas no curso de inglês em que estudou. Exercia diversas outras atividades, além das aulas, como: Dois estágios na área de direito e a faculdade. O que faz crer que não era um emprego regular e nem de onde tirava seu sustento.

Quando perguntados se havia algum familiar policial em que os inspirou e os fez optar pela profissão, apenas a Delegada 7 e o Delegado 4 possuíam/possuem algum familiar que faz/fez parte de corporação.

O padrão de comportamento do ser humano é escolhido antes mesmo dele tomar consciência de seu corpo sexuado, pois é traçado de acordo com o corpo biológico e, apesar de não existir vínculo, podemos classificar como uma marca da cultura Ocidental. O sexo feminino assumirá as características de uma mulher e o masculino de homem. Porém, isso não envolve somente comportamento ou escolhas sexuais, mas padrões relativos a todos os aspectos da vida humana que se encaixam entre o público e privado.

As mulheres-Delegadas demonstraram serem muito apaixonadas pelo trabalho que realizam. Através de suas narrativas, ficou evidente que amam fazer parte da polícia, mas a profissão traz muitas responsabilidades e também frustrações:

se no caminho para casa acontecer alguma coisa somos obrigados a agir se não cometemos o crime de prevaricação. Então você é policial 24hs por dia, porque sai de você. Então cuidado, se realmente você quer ser irá se viciar porque é muito bom. E aí pode atrapalhar todo o resto da sua vida porque você vai se apaixonar. Apaixonante!!! (Delegada 7, 2016)

E a gente faz! Esse é que é o problema, a gente gosta. Então não adianta... Se eu estiver em um dia de crise, em que reflito o trabalho, o desgaste imenso, a investigação, penso se valeu realmente a pena, mas não adianta porque quando chegar outro caso vou fazer tudo de novo porque gosto de investigar, não adianta. (Delegada 3, 2016)

“Eu não agüento mais!!!” Acho que na verdade eu gosto muito do que faço, talvez, o que me desanime um pouco são as faltas de... O que me desanima mais assim? Falta de condição... É... por que eu digo isso? É de... Recursos humanos... (Delegada 2, 2016)

Então aquela cadeira não me assustava, não quero ser arrogante, mas aquela cadeira não me assustava. Mas me sentia responsável naquela cadeira porque sabia que cada vez que uma mulher falha todas as mulheres falham em conjunto. Então eu queria ser uma boa chefe de polícia, uma chefe eficiente, primeiro pra corresponder a confiança que me foi dada, e segundo eu queria que outras mulheres tivessem essa mesma conquista. Então é um pouco isso, quando uma mulher não vai bem, ninguém vai bem, as outras mulheres também são punidas: “- Ah... *também é mulher, né? Tinha que ser mulher...*”. Então eu acho que a gente tem que ter essa responsabilidade solidária quando se é mulher. (Delegada 4, 2016)

E aí depois que fiz o concurso e passei pra Delegada me apaixonei pela profissão, que não tem como você não se apaixonar porque é maravilhosa. (Delegada 6, 2016)

Todas as Delegadas em vários momentos demonstraram paixão pela tarefa que realizam e, apesar dos relatos de que algumas vezes se sentem frustradas com a instituição ou cansaço com o extenuante trabalho, alegam que não conseguem ficar longe da polícia e são mulheres-Delegadas em tempo integral. Carregam a grande responsabilidade de não falhar, pois conforme disse a Delegada 4, quando uma mulher falha todas falham em conjunto, pois o espaço ainda possui uma quantidade maior de homes do que mulheres. Portanto, são observadas pelo seu gênero em tempo integral. Relatam que, por vezes, se frustram ao realizarem investigações longas e efetuarem grandes prisões e tão logo o infrator ser solto, devido a brechas nas leis, mas mesmo assim, conforme narra a Delegada 3, “penso se valeu realmente a pena, mas não adianta porque quando chegar outro caso vou fazer tudo de novo porque gosto de investigar, não adianta.”. As Delegadas declaram que não conseguem se ver realizando outro tipo de atividade.

Outro problema relatado pelas Delegadas, cuja narrativa da Delegada 2 demonstra, é que o estado do Rio de Janeiro vive momentos precários com a segurança pública tanto pela falta de material humano, quanto pela falta de estrutura a fim de assegurar mecanismos de segurança para que a polícia possa exercer melhor seu trabalho.

2.3.1. Delegadas: o preconceito e a imposição de poder

Mesmo diante das mudanças, ainda persiste a crença de que a mulher tem na sua essência a fragilidade e docilidade, adjetivos que devem estar à margem do mundo masculino, principalmente quando se trata de uma instituição destinada à segurança, à prisão de pessoas que estão à margem da lei e, quando necessário, a impor a ordem através da força. O cargo de Delegada/o de polícia imputa respeito e sanções a àqueles

que tentarem agir de maneira sexista. Quando perguntadas diretamente se já sofreram preconceitos por ocuparem um cargo de chefia na polícia, as Delegadas responderam:

Em 1993 fui escolhida para ser diretora do departamento de polícia especializada. Esse departamento agrega a Divisão de Homicídios, a Delegacia de combate as drogas, a Divisão anti-sequestro, a divisão de roubos e furtos de cargas, de roubos e furtos de automóveis, e era um departamento tradicionalmente ocupado por Delegados operacionais. Delegados em fim de carreira e Delegados operacionais. E quando fui designada para ocupar essa direção, simplesmente recebi uma informação que os Delegados iriam entregar os seus cargos porque não queriam trabalhar com uma mulher. Aí é um pouco mais complicado. É uma mulher jovem que estava no início da sua carreira como policial, como Delegada, três anos como Delegada... E aí eu fiz uma reunião. E nessa reunião avisei: *“-Olha, eu farei mudanças. Então as pessoas que estão dizendo que irão entregar os seus cargos, por favor, entreguem que eu vou fazer mudanças”*. Peguei minha bolsa e fui embora, quer dizer, uma reunião que durou 5 minutos. E naquele momento ali... Havia sim essa questão do gênero. De ser mulher e ter capacidade para isso. (Delegada 4, 2016)

O preconceito que enfrentei na polícia foi por ter entrado jovem, com 24 anos, e homens antigos que já até saíram chegavam para mim e diziam: *“-Doutora estou aqui há tantos anos e sempre fiz assim.”* E eu ter que dizer: *“-Eu cheguei agora, mas você vai ter que fazer do meu jeito!”* Não era por ser mulher era por ser jovem! (Delegada 7, 2016)

Como é um preconceito velado? É aquele que te olha torto... *“-Então é essa aí que é a Delegada? Não, eu quero falar com o Delegado!”* As vezes parte do próprio cidadão. Então você... Aí sim é um tipo de preconceito que... Que pode me afetar sim... Ou então... *“-Ah... ela é uma Delegadinha...”* Querendo diminuir, por ser mulher... (Delegada 2, 2016)

A gente sente um preconceito em determinados momentos, claro que eu não posso dizer que não tem preconceito nenhum, às vezes ele vem de uma forma bem sutil, bem... né? Certa vez eu entrando em uma delegacia a parte me perguntou: *“-Gostaria de falar com o Delegado?”* Eu disse: *“-Pois não.”* *“-Não, a senhora não está entendendo, eu quero falar com o Delegado de polícia.”* *“-Pois é, mas aqui nós temos uma Delegada de polícia e sou eu. Nós não temos um Delegado, eu não tenho um Delegado para te apresentar, se o senhor quiser falar terá que ser comigo. Aqui, nessa delegacia, sou eu!”* [...] dentro das corporações, dentro da minha equipe, das equipes que trabalhei, realmente nunca sofri nenhum preconceito pelo fato de ser mulher. Dentro da própria polícia. (Delegada 5, 2016)

Nos anos 1980, o quadro de mulheres na polícia civil era bem reduzido, já nos anos 1990 era o momento em que as mulheres começavam a ocupar maior espaço nas Delegacias Especializadas e em Departamentos de Polícia. Quando perguntadas se haviam passado por algum caso inusitado onde tenham percebido que possam ter sofrido algum tipo de preconceito, o depoimento da Delegada 4 é o mais marcante. O relato revela a resistência masculina em ter uma mulher no comando. Era o começo dos anos 1990, por isso a história é carregada de conflitos, pois remete aos momentos iniciais de contato de Delegados com Delegadas que passaram a ocupar espaços fora das DEAM's, ou seja, fora dos limites demarcados para as mulheres-Delegadas. Porém, a Delegada 4 não foi somente titular, mas diretora do departamento de polícia especializada; ou seja, coordenava outros Delegados titulares em um período de adequação dos espaços. Ela explica que conseguiu conquistar o respeito dos colegas homens quando perceberam que se tratava de uma mulher dura, exigente e tão corajosa quanto eles.

Os impactos relacionados aos gêneros como por exemplo a pressão que a Delegada 4 foi submetida, quando tomou posse de um cargo de comando, foi a reprodução do que os homens aprendem socialmente a pensar a respeito das mulheres e não o que aprendem com essas mulheres a respeito delas, a falta de maior convivência e padrões estereotipados podem causar uma deturpação a respeito da mulher real. A mulher idealizada, pensada culturalmente, tem o papel de protagonista no imaginário masculino.

Já a partir dos anos 2000, as Delegadas alegam que não sofrem preconceito desvelado, mas estão cientes de que existe um preconceito velado. Porém, o depoimento da Delegada 2 e da Delegada 5 revelam alguns casos de pessoas que chegam à delegacia, para prestar queixa, que não aceitaram falar com uma mulher-Delegada. A frase: *“Então é essa aí que é a Delegada? Não, eu quero falar com o Delegado!”* demonstra a falta de confiança na capacidade feminina para resolver crimes, pois ainda há a persistência na crença popular de que a postura de um Delegado deve ser baseada nos estereótipos eminentemente masculinos que são pautados na virilidade e força - ao invés da utilização da inteligência investigativa -, portanto, somente o homem está capacitado para resolver situações de risco.

A Delegada 7 relata que entrou para a polícia quando era muito jovem e acredita que quando seu subordinado lhe disse: *“-Doutora estou aqui há tantos anos e sempre fiz assim.”* pode ter sido uma forma de querer ensinar a uma pessoa jovem e, até então,

inexperiente na polícia, como proceder. Porém, pode ter acontecido um episódio de “*mansplaining*” onde homens têm a persistência em querer ensinar para as mulheres coisas que elas já sabem. Ensinar a uma mulher a respeito de um assunto no qual está preparada profissionalmente, ainda que não exista tal capacitação do interventor, deixa flagrante a intenção de tentar demonstrar superioridade.

Apesar das intempéries, todas as Delegadas conseguiram se impor diante das situações de resistência. Conforme explica Nolasco (1993), as mulheres sabem avaliar o impacto da alienação masculina sobre as suas vidas e conseguem administrar parte dos transtornos produzidos por ela, mas os homens ainda estão buscando esse espaço. Tentam sair da opressão na qual são inseridos, opressão que lhes exige virilidade, força. E muitos não se dão conta que sofrem este tipo de opressão, mas com as mudanças nas relações de gênero, gradativamente, os homens buscam uma nova referência como base para a transformação e libertação dos estereótipos sociais.

Talvez o preconceito ocorra pela crença de que a mulher não pode exercer determinados tipos de atividades, pois, ao senso comum, impera que: Existem habilidades naturais à mulher que diferem das habilidades do homem. O *habitus* policial carrega a masculinidade dominante, atributos dados ao feminino não se encaixam com o padrão da corporação. A sociedade que se respalda em modelos sociais normativos, a respeito da dominação masculina, é a mesma que cobra e oprime este homem exigindo dele padrões de comportamentos ímpares. Ao “sair fora” deste arquétipo a virilidade masculina é posta em xeque.

A CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais), que fica localizada na Cidade da Polícia, na Zona Norte do Rio de Janeiro, - a Cidade da Polícia é uma espécie de “quartel general”, da polícia civil que abriga treze delegacias especializadas, a CORE, cinco órgãos de chefia de polícia, a unidade de monitoramento e inteligência, heliporto e estande de tiros para treinamentos⁴⁴ - é um espaço que pode ser considerado um eixo duro na instituição da polícia civil, pois demonstra uma padronização de gêneros e atividades entendidas como masculinas e femininas respaldada em atributos biológicos. A pesquisa se deparou com um fato ocorrido durante as entrevistas dentro da Cidade da Polícia. Em conversa com uma das Delegadas fomos informadas de que havia uma mulher que fez um curso chamado COTE (Curso de Operações Táticas Especiais). Para averiguação fomos até a CORE perguntamos a um grupo de policiais que lá estavam,

⁴⁴Pode ser visto em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/cidade-da-policia-e-inaugurada-neste-domingo-no-suburbio-do-rio.html>

prestes a sair em diligência, se alguma mulher havia participado do COTE ou popularmente conhecido, no jargão policial, curso para falcão. O grupo de homens riu em tom de escárnio e alguns responderam taxativamente: “- *Nunca!*”. À medida que o veículo se distanciava um dos homens com uma das mãos erguidas e de punho fechado gritava: “- *Nunca! Nunca! Nunca! Nunca!*” de dentro da carroceria do automóvel.

Esta é uma clássica cena do homem com padrões sociais cristalizados pela assimetria de gêneros, no qual comportamentos e espaços masculinos e femininos precisam estar bem distintos para que se sinta seguro e a sua masculinidade não se torne vacilante para si ou para os colegas de equipe. Talvez sejam pegos de surpresa ao se depararem com mulheres que podem se colocar profissionalmente nos mesmos postos, porque as enxergam como as responsáveis por perpetuar à “linhagem”, aquelas que proporcionam herdeiros e “cuidam do lar”. Esse espanto pode ocorrer pela falta de conhecimento e pela falta de experiência com o sexo oposto. Dentro dos padrões assimétricos, do homem tradicional, a mulher é idealizada e cada homem constrói um padrão e quando não há esse encaixe à correspondência das expectativas, a respeito do feminino, pode gerar frustração. Conhecer o “Outro” e suas reais necessidades, como ser humano, pode não parecer tão viril.

Segundo Nolasco (1993), dependendo do grau de alienação das subjetividades masculinas, o significado do que é ser mulher pode ficar pautado nas representatividades sociais ao invés das experiências de trocas, contados, descobertas e convivência com o sexo oposto. Na socialização de um menino com uma menina ele não é estimulado a estabelecer relações que fiquem fora da fronteira do objeto, a menina é apresentada como alguém para ter uma relação de namoro, na medida em que os homens se tornam adultos o sexo parece ser a única forma de contato entre homem e mulher, são características eminentemente reprodutoras. Os homens são escravos da obediência e do comportamento que a sociedade considera ser correto e estão sobre o jugo da demonstração de valentia e coragem.

Falar sobre preconceito, de forma direta, não é fácil para as Delegadas. O tema é encarado como tabu e nunca admitido de maneira direta. Quando abordado, preferem citar algum caso que “ficaram sabendo” ou situações externas, das partes que vão à delegacia prestar queixa. Ao que parece, dificilmente sofrem algum preconceito de forma direta devido ao cargo de autoridade que ocupam, que imputa respeito e sanções aos subordinados que tentarem agir de maneira sexista. Então, situações de preconceito na instituição, quando ocorrem, são de maneira mais velada e subjetiva. Através do

poder imputado, realiza-se, legalmente, uma atribuição do cargo confiado; independente do gênero, existe a imposição da força para lidar com uma situação de rebelião e trazer a ordem, porque, para além do gênero, vigora a ordem da/do chefe e dentro da instituição policial deve ser acatada.

Quando perguntadas se o lugar de mulher é na polícia as Delegadas responderam:

Sim [...] Eu sou uma mulher e meu lugar é aqui e não tem outra coisa que eu faria. Abri mão de outras coisas para estar aqui. (Delegada 7, 2016)

então...Aí você quebra isso, você estudou, passou no concurso público e quebra isso com a sua técnica, profissionalismo e vai seguindo. E nessas delegacias específicas, nas quais você citou⁴⁵, realmente o ambiente é mais de policias homens. (Delegada 5, 2016)

Eu acho que sim... Eu acho que a polícia é um lugar pra mulher tanto quanto pra homem. [...] a mulher está conseguindo alcançar o seu espaço na polícia civil, por exemplo: Minha equipe é totalmente operacional [...] A gente faz muita operação, muita operação [...] Então eu acho que a polícia civil está se adaptando a mulher, mas este fato de estarem em cargos administrativos, na minha opinião, é porque essas mulheres não quiseram ir para um lado operacional, mas tem mulheres na polícia que são operacionais. A Valéria [...] é super operacional, a própria Patrícia Aguiar, ela já foi da Delegacia de Combate as Drogas. Eu fiquei em [...] uma delegacia muito pesada, muito pesada, uma delegacia que tem milícia, tráfico, tem de tudo lá. Fizemos muitas operações que foram parabenizadas, operações de grande porte [...] vim pra cá porque o chefe de polícia precisava colocar uma pessoa de confiança, dele [...] aqui também é necessário inteligência, entendeu? Essa delegacia aqui é uma delegacia de inteligência. (Delegada 6, 2016)

O homem, ele é muito prático. A mulher, além da praticidade, ela tem essa questão da humanidade que é mais aflorada do que no homem, eu sinto às vezes no meu dia a dia, né? Então eu acho que isso daí repercute melhor lá fora pra quem tá vendo o nosso trabalho. Tá vendo que além de você estar fazendo o que tem que fazer, você também está vendo o lado humano das suas ações... (Delegada 2, 2016)

A Delegada 7 afirma que está onde deseja e que a polícia é seu lugar. Não existem lugares masculinos e femininos, pois o pertencer a um determinado espaço é totalmente relativo. A Delegada 5 mostra que em espaços majoritariamente masculinos é preciso que a mulher se imponha e demonstre competência e profissionalismo para quebrar a marca identitária que o senso comum impõe sobre a mulher. A Delegada 6

⁴⁵A Delegada estava se referindo a Delegacia Anti-sequestros e Delegacia de Homicídios.

acredita que lugar de mulher é na polícia e que a polícia é um local para ambos os sexos. Sua explicação é bem objetiva ao demonstrar que o caminho pode ser percorrido através de opções e escolhas feitas pela mulher e que as mulheres podem trabalhar em Delegacias de maior periculosidade e realizar operações policiais. De fato, a escolha em ser uma delegada de um Departamento de Polícia ou de ser uma delegacia que cuida da parte burocrática, certamente, não é uma questão de gênero. Porém, ainda existe uma preferência em conduzir mulheres para a área administrativa a fim demarcar espaços.

A conscientização gera o saber e o saber é um poder que as mulheres conquistaram. Alguns de seus frutos foram: A reivindicação da identidade e a rejeição ao que foi imposto com o intuito de prospectar novos horizontes, ao invés de cumprirem apenas o que foi determinado. Porém o poder não provém apenas de ter ideias ou tomar conhecimento de algo. Quem o detém e o manipula? Essa é a questão, pois quem circunscreve os padrões sociais são, como cita Bourdieu (1998), as estruturas estruturantes de poder⁴⁶. O domínio masculino não precisa ser declarado e nem a violência aberta, pois são institucionalizadas através de interditos ao feminino. Como se caracterizou a dominação masculina? O uso do poder pelo masculino é longo, dado através do discurso que pode ser percebido nas teorias aristotélicas, discursos religiosos e senso comum. Novos estudos têm abordado as relações de poder baseados nas análises de Foucault, que explicam os micropoderes inseridos na sociedade. Ao falar de história das mulheres precisamos falar dos homens para entender a misoginia, do imaginário social, criada em relação ao sexo oposto. E o motivo de ser atribuída ao homem a posição de domínio.

A Polícia Civil utiliza sempre o termo masculino para intitulações e cargos. Trata-se de uma prática não só dentro da polícia, mas também em órgãos e entidades de administração pública e nas forças armadas. Quando perguntadas se sentiam algum incomodo em serem chamadas de Delegado obtivemos respostas diferentes das Delegadas:

Me incomoda, me incomoda. Me incomoda, vou ser bem sincera, isso me incomoda. Acho que deveria ter um termo específico: Delegada e Delegado. Me incomoda. Ta aí uma coisa que me incomoda. Isso daí me incomoda, eu acho absurdo! É verdade! Eu já tinha parado para pensar nisso, eu acho que está na hora deles mudarem. Eu acho que a polícia tinha que mudar isso daí, eu tinha um distintivo rosa, colocava

⁴⁶O que já explicamos acima, segundo o pensamento de Connell.

uma capinha rosa, mas aí no dia a dia, tanta confusão, acabei perdendo esse rosa. Vou ver se consigo encontrar e colocar novamente. Tá uma coisa que me incomoda, você me fez pensar em uma coisa... A polícia tem que começar... O chefe de polícia deveria colocar Delegada e Delegado. Até porque sou Delegada, pô! (Delegada 6, 2016)

Olha só estou no cargo, o meu carimbo é Delegado! Meu cargo é De-le-ga-do, Delegado de polícia! Não me incomoda em nada, igual quando eu falo com o juiz, é juiz! Não é juíza, tá errado! Entendeu? O cargo é de juiz, o cargo é de Delegado. Não me incomoda em nada! (Delegada 3, 2016)

Como a gente aprendeu, seja na língua portuguesa... Seja até mesmo por questão disso aqui... O Delegado, aqui, se refere ao cargo! Então poxa... Isso não me diminui, se me diminuísse, poxa! Eu botava um “azinho” aqui e tal, tal, tal... Mas isso aqui não me diminui mesmo, tanto que eu já dei o meu ar aqui, botei um rosinha, o de todo mundo é preto. Então aqui, o de todo mundo é preto, mas eu coloquei aqui. Eu sou Delegada, tá bom? (Delegada 2, 2016)

De jeito nenhum. O cargo é esse, o cargo é de Delegado, não me incomoda de jeito nenhum. Eu mesma falo, quando perguntam meu cargo, digo que é Delegado de polícia. O meu carimbo também é delegado. Esse é o cargo, não me sinto menos mulher por isso. (Delegada 7, 2016)

As mulheres-Delegadas não chegam exatamente a um consenso, pois nem todas concordam com o uso do cargo no feminino, algumas acreditam ser um termo institucionalizado e por isso, ao que parece, não se questionam quanto às mudanças sociais no que se refere à entrada de mulheres no mercado de trabalho e ocupação de cargos que antes não tinham acesso. A Delegada 6 entende que devem existir mudanças, pois sente-se incomodada pelo fato de ser mulher e a tratarem por um cargo masculino. A polícia não é mais uma instituição masculina. Com a entrada das mulheres, houve mudança nas relações de gênero e a forma de se entender e fazer polícia, inclusive alterações nos espaços físicos, através de banheiros femininos e salas de descanso para mulheres. Porém, ainda há a resistência em admitir insígnias com a flexão feminina nos cargos da polícia, que permanecem masculinos sob a égide do sujeito universal, não flexionar o gênero é uma forma de tornar invisíveis mulheres que ocupam cargos ou profissões relacionadas a esferas de poder. Percebe-se também que existem ferramentas de contra-resistência através da utilização de um couro de cor rosa por trás da insígnia. A cor rosa e a cor azul são tradicionalmente utilizadas para as demarcações de gêneros; logo se conclui que a Delegada 2 está marcando o seu espaço através de uma

representatividade atribuída ao sexo feminino. A demarcação do feminino ocorre através de subterfúgios, o que demonstra a contra-resistência quanto a não aceitação da hegemonia masculina nos espaços de poder, o rosa representa a marcação de território feminino. Parafraseando a Delegada 2: A cor rosa é o “*azinho*” do cargo.

A Delegada 3 e 7 fazem suas narrativas pautadas na perspectiva do sujeito universal, onde acreditam que as mulheres estão incluídas ao se falar também dos homens, porém a não flexão do cargo ainda é um resquício da época em que as mulheres não tinham qualquer acesso a postos dentro das forças armadas, segurança pública, poder judiciário e da política. Eram cargos exclusivamente masculinos e, pela impossibilidade de as mulheres estarem inseridas nesses espaços, não existia o feminino para tais ocupações.

Tanto homens quanto mulheres são chamados de “Delegado” de polícia. O cargo não se flexiona, pois o profissional em questão é referido pelo cargo e não pelo seu gênero. Algumas Delegadas justificaram que o fato do nome estar no masculino é uma maneira formal, regida segundo as normas da Polícia Civil, e que também deste modo mulheres e os homens são iguais, pois não são vistos pelo seu gênero. Porém, esta norma aponta que a Instituição está pautada nos conceitos Iluministas de sujeito universal. Novas correntes historiográficas questionam esta maneira de pensar porque, na verdade, o sujeito universal não existe, pois ele é masculino. A polícia já foi uma instituição exclusivamente masculina, por isso, não existia a flexão da palavra para o feminino, mas as estruturas mudaram e as mulheres adentraram nos espaços e passaram a ocupar diversos cargos. Sendo assim, existe a necessidade de (re)pensar a palavra e as normas. Algumas profissões já se aperceberam e acompanharam a mudança.

No ano de 2014, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovaram o Projeto de Lei 4690/12, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que determina a identificação obrigatória do gênero, se masculino ou feminino, dos titulares de cargos, funções ou empregos públicos. Segundo a proposta, os documentos expedidos por órgãos e entidades da administração pública federal e das Forças Armadas deverão fazer referência aos gêneros de forma distinta, ou seja, flexionando o cargo pelo gênero. A autora do projeto de lei explica que os documentos públicos em geral empregam apenas o substantivo masculino, dando a impressão de que apenas homens ocupam cargos na administração pública. E revela que a proposta é mais um passo com o objetivo de abolir a cultura machista. “Reivindicamos uma política de

afirmação, quanto ao tratamento das funções que as mulheres ocupam”, disse a deputada Sandra Rosado⁴⁷.

Durante o período de entrevistas não recebemos nenhuma informação se, em algum momento, estava em andamento qualquer modificação para a flexão dos gêneros quanto ao cargo. Ao invés disso, obtivemos afirmações de se tratar da maneira mais correta ao se referir a todos os funcionários por passar a impressão de que não existem diferenças entre os gêneros. Porém, prosseguir com o pensamento Iluminista é perpetuar a cultura machista e não se atentar para as mudanças estruturais dentro da sociedade.

Quando as Delegadas foram perguntadas se a mulher tem sofrido modificações em seu comportamento na sociedade, se de fato existem mudanças, foram dadas as seguintes respostas:

Com certeza, não só a mulher policial, a delegada de polícia, a mulher como um todo. A mulher ao longo dos anos foi ganhando um espaço, foi conquistando. Ganhando não, conquistando um espaço que... Há muito tempo não se via isso. Isso reflete em tudo, até na vida pessoal, cada vez mais podemos ver os pais, maridos realizando o mesmo trabalho que você realiza, na batalha criando juntos os filhos. E a cultura está mudando, estamos engatinhando neste sentido, mas que com certeza mudou bastante ao longo dos anos sim. (Delegada 5, 2016)

a minha mãe sempre trabalhou, a minha mãe é aposentada por tempo de serviço, mas nunca... Comandando 60 homens, uma equipe [...] como eu [...] nunca liderando... Era sempre uma função [...] menor importância. Cabia a mulher em regra uma função de menor importância... Com uma carga horária de trabalho menor... Com um grau de responsabilidade menor... (Delegada 1, 2016)

Acho que as mulheres estão... Da mesma forma que as mulheres escolhem ser piloto de avião... Pedreira, policial militar, acho que não há mais barreira para a mulher se realizar no mercado de trabalho. Agora acho sim, que não só eu, mas outras delegadas... A gente pode dizer aí 10 delegadas a Jéssica, na ACADEPOL, a Márcia Noeli da divisão de atendimento a mulher, a Tércia Amoedo foi diretora da DAS, foi diretora do departamento geral de polícia da baixada. A Valéria Aragão na DECOD, a Monique Vidal... Eu acho que todas essas mulheres que tem visibilidade pelo seu trabalho acabam sendo referência, meio que convidando, abrindo portas para que as outras mulheres também façam. (Delegada 4, 2016)

⁴⁷A citação pode ser verificada em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/460625-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-PREVE-ALUSAO-AO-GENERO-FEMININO-EM-DOCUMENTOS-PUBLICOS.html>

O relato da Delegada 1 aponta para mudanças recentes, com a diferença de apenas uma geração, o que demonstra que os espaços de chefia ocupados pelas mulheres ainda é algo novo. As mães das Delegadas, dificilmente alcançaram posições de mando da mesma forma que as filhas, pois o habitual eram mulheres em posições de menor prestígio. A Delegada 4 naturaliza as posições de poder e aponta que, atualmente, a mulher pode ser o que ela quiser. Para ela não existem mais barreiras que impeçam as mulheres de alcançar posições mais notáveis e cita algumas colegas de profissão como exemplo de competência. Porém, a luta das mulheres nos espaços públicos é constante, é diária. Conforme afirma Simone de Beauvoir (2014), basta uma crise política, econômica ou religiosa para questionarem os direitos que as mulheres conseguiram conquistar.

Sobre a mulher são construídos vários estereótipos de como uma mulher deve ser ou agir. Existem expectativas e cobranças distintas sobre o modo como deve se portar, a ela é cobrada uma conduta indelével. O homem pode ser errante, diante das expectativas culturalmente idealizadas. O mercado de trabalho reflete o mesmo comportamento e se mostra implacável, pois os deslizes femininos são mais evidenciados que os masculinos. A mulher sempre é lembrada de que “aquele lugar” não é o seu. A capacidade feminina é colocada em xeque quando confrontada com os papéis sociais impostos, pois alguns acreditam que existem aptidões relativas ao gênero. Porém, essas circunstâncias são resultado de uma construção com o intuito de garantir a hegemonia masculina em determinadas funções de trabalho e espaços de poder.

Sadek (2009), aponta que apesar do crescimento feminino na força de trabalho, a proporção de mulheres em cargos de chefia é bem menor que a proporção de homens. Atenta para algo já citado: que existem espaços de maiores e menores resistências com a entrada do feminino. As profissões que fazem parte do estereótipo feminino e se assemelham a profissões que podem ser exercidas pela mulher, no lar, sofrem baixa resistência, já as profissões com estereótipos do que é entendido como masculino conferem maior resistência às mulheres e sua entrada nos espaços de tradição masculina. Porém, conforme relata a Delegada 5, as mulheres conquistaram seu espaço e a cultura está mudando e essas mudanças se estendem também dentro do lar onde as “coisas de homem” e “coisas de mulher” se misturam e perdem a definição.

O corpo é concebido como lugar cultural de significados de gênero, que parte do princípio de uma criação identitária. Na época em que a mãe da Delegada 1 trabalhava, a mulher não tinha espaço para cargos de chefia, mas conscientização feminina trouxe

conhecimento e novas perspectivas. O empoderamento trazido pelos movimentos feministas abriram espaços e fizeram com que a mulher reivindicasse uma identidade para si e rejeitasse o que lhe foi imposto. Através dessa negação ela prospecta novos horizontes, ao invés de cumprir apenas o que foi determinado. Quem o detém e manipula o poder? Ora, se Foucault diz que o poder não é centralizado, logo não tem dono e pode ser assumido por homens e mulheres porque não possui características de gênero ou apropriação, então ele pode mudar de mãos.

3. DELEGADA, ESPOSA, MÃE E CHEFE DE FAMÍLIA: A MULHER QUE EXERCE COMANDO NO ESPAÇO PÚBLICO E NO PRIVADO

sou uma chefe[...] Mesmo como Delegada não sou uma pessoa simplesinha não, sempre fui uma pessoa exigente. Então eles me olhavam com respeito, com admiração, em alguns casos, às vezes aborrecidos, como é natural das relações humanas. (Delegada 4, 2016)

Os movimentos feministas, as ações afirmativas, o aumento de mulheres nas Universidades e a conscientização, mesmo que parcial, serviram para desestabilizar as resistências quanto à ocupação das mulheres em postos de comando. Nas últimas décadas o interesse feminino em especializações de ensino superior aumenta gradativamente ao ponto de conseguir superar o ingresso e formação masculina em cursos superiores. Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o acesso de mulheres brasileiras ao ensino superior foi uma grande conquista do último século e aponta que, em levantamentos recentes de Dados do Censo da Educação Superior, realizados em 2016, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados nos cursos de graduação. Em 2006 já eram 56,4% em proporção aos homens⁴⁸.

Os gráficos, logo abaixo, apontam aumento gradativo de mulheres com ensino superior completo entre a população mais jovem. O que reflete no aumento de mulheres em um mercado de trabalho que exige cada vez mais preparação e se torna, gradativamente, mais especializado. Mulheres entre 25 anos e com idade inferior ou igual a 44 anos, com o ensino superior completo são 21,5 % e com idade igual ou superior a 45 anos de idade são 12,9%. Os homens entre 25 anos de idade e com idade inferior ou igual a 44 anos de idade são 15,6%, com ensino superior completo e com idade superior ou igual a 45 anos de idade são 11,6%. O aumento de mulheres interessadas no ensino superior foi se distanciando dos homens com o passar dos anos.

⁴⁸Censo 2018. Pode ser encontrado em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206

Grau de escolaridade entre homens e mulheres, no Brasil, de acordo com a idade

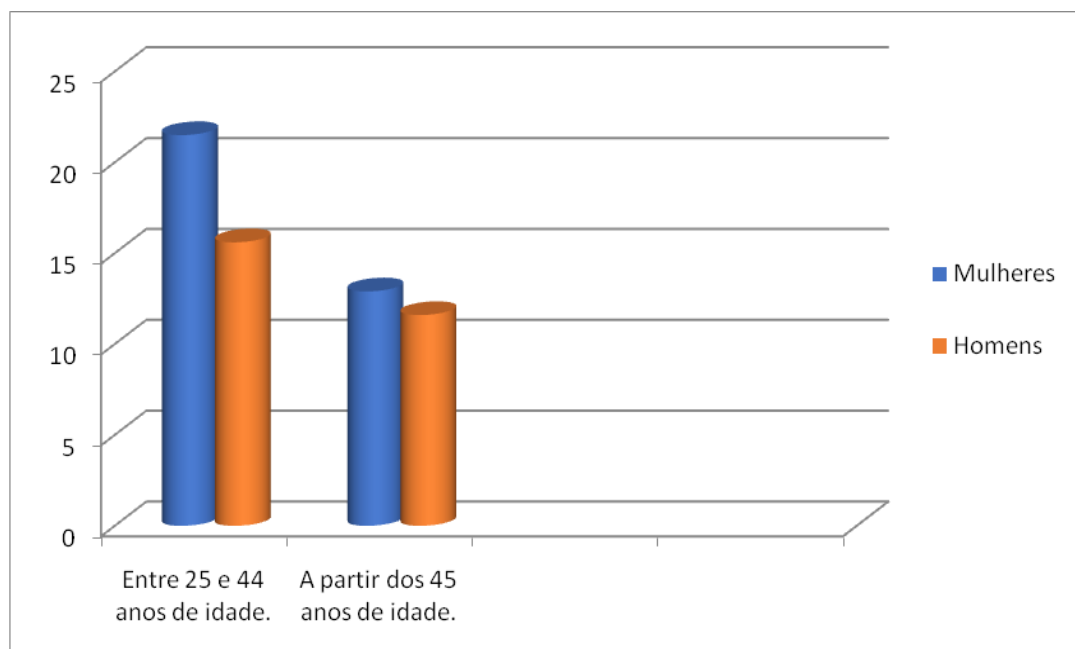


Gráfico de elaboração própria, com dados retirados do INEP.

As mulheres que estão na faixa etária dos 25 aos 44 anos eram crianças ou nasceram no início do movimento feminista dos anos 1980 e da Constituição 1988. Ainda que a conscientização dessas mulheres seja parcial ou mesmo que estejam alheias as lutas dos movimentos feministas e das mudanças na legislação, não estão imunes aos reflexos que acarretam e acarretaram transformações nos padrões culturais e no mercado de trabalho. “Assim, o aumento do número de mulheres em cursos universitários responde em boa medida pela presença feminina em carreiras de nível superior.” (Sadek, 2009, p.127). O aumento do número de mulheres com maior grau de escolaridade lhes proporcionou ferramentas necessárias para a ocupação em cargos de chefia em empresas públicas e privadas.

Segundo o IBGE, 39,1%⁴⁹ dos cargos de gerência no Brasil em 2016, são ocupados por mulheres. O número de mulheres-chefes ainda não chegou a um patamar

⁴⁹Os dados podem ser vistos em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>

de igualdade, mas pode ser uma tendência devido ao maior interesse feminino não só em graduações, mas também em especializações como Mestrados e Doutorados. É o que atesta a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a instituição diz que: O Sistema Nacional de Pós-Graduação aponta que as mulheres são as maiores interessadas em prosseguir estudando mesmo após conseguirem um diploma de nível superior. Segundo dados de 2016, o número de mulheres matriculadas e tituladas, em cursos de Mestrado e Doutorado, era de 165.564, enquanto os homens somam 138.462, uma diferença de aproximadamente 19%. Apenas na modalidade de mestrado acadêmico, as mulheres somaram aproximadamente doze mil matrículas a mais que os homens e cerca de seis mil títulos a mais no ano de 2016⁵⁰.

3.1. Delegada, mãe e esposa – A dupla jornada de trabalho

A polícia civil como parte da sociedade também reflete o aumento de mulheres em sua instituição. Apesar do número de mulheres chefes ser um pouco menor na polícia que nas empresas regulares, conforme visto no capítulo 2, ainda assim a ocupação das mulheres em postos de comando seguiu a mesma lógica social. Anteriormente o cargo era por ascensão e experiência, costumeiramente homens com maior tempo de polícia alcançavam a posição de chefia. Posteriormente, torna-se exigência fundamental o nível superior como capacitação para exercício do cargo mais a prestação de concurso público. O que abre maior possibilidade para as mulheres, que não precisariam ter uma carreira policial, mas sim um diploma de nível superior e a prestação de concurso. Essas mudanças asseguram maior abertura, o que facilita o ingresso de mulheres na polícia.

Quando perguntadas sobre cotidiano fora da delegacia, as entrevistadas, por via de regra, foram mais receptivas as perguntas e discorreram sobre família, maternidade e *hobbies*. Os entrevistados preferiram ser mais sucintos e se ater a parte profissional. A média do tempo de entrevista das mulheres foi de cinquenta e um minutos e trinta e um segundos (51:31s) e a média dos homens foi de quarenta minutos e trinta e nove

⁵⁰Os dados podem ser vistos em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>

segundos (40:39s). As Delegadas, na maior parte dos casos, pareciam estar mais confortáveis com as perguntas, embora com algumas cautelas. Os Delegados estavam desconfiados e um pouco desconfortáveis, talvez com a proposta do trabalho que lhes trouxe perguntas a respeito de suas percepções sobre as mulheres-Delegadas.

Quando perguntadas a respeito do dia a dia, como fazem para conciliar a vida de Delegada, mãe e esposa, no que se refere a dupla jornada de trabalho, as mulheres responderam:

né mole não...Olha vou te falar... Eu acho que a gente vira várias ao mesmo tempo. Já falei que tinha que ter um clone meu. Hoje vim pra cá e minha filha estava com 39,5° de febre, em casa, antes de sair dei um banho nela... Eu tenho uma empregada, que se não fosse ela estava ferrada, que me ajuda bastante. Minha mãe também me ajuda, mas a minha mãe está mais senhora. Pô, nem sei te explicar, saio daqui correndo e o tempo que tenho livre tento ficar com os meus filhos, bastante, mas eu digo que sou mulher... Pai e mãe ao mesmo tempo, apesar do meu ex-marido ser presente eu tenho a guarda das crianças. É muito complicado, vou te falar, difícil, muito difícil. Se você fizer uma pesquisa das Delegadas, vai ver que a grande maioria é separada. Ou casa com um Delegado, policial, essas coisas. (Delegada 6, 2016)

É uma correria, uma correria porque sou mãe, tenho dois filhos em idade escolar bem complicada, que me requer muito [...] Então pela manhã eu costumo cuidar da saúde e fazer uma atividade física e depois começo a ajeitar eles para a escola e vir trabalhar. [...] O marido é meio complicado porque não tenho. Eu tive dois casamentos, com pessoas maravilhosas, que são os pais dos meus filhos. [...] Meus filhos são crianças que já nasceram comigo como Delegada de polícia então sempre conviveram com isso e sabem que eu trabalho com essa profissão. (Delegada 5, 2016)

optei pela minha carreira. Eu não me casei, não tive filhos, brinco que não tenho marido pra dar jantar e nem filho pra criar, então eu acho que isso me ajudou também a construir uma carreira... Se eu fosse uma mulher casada, cheia de filhos, com as preocupações naturais de ser mãe, esposa, talvez eu não tivesse a carreira que eu tive. Mas eu não me casei por nada não, não é por ser polícia, não me casei porque eu sou chata! Porque eu sou exigente, entendeu? (Delegada 4, 2016)

Quando entrei na polícia estava me divorciando. Eu me divorciei e logo depois comecei a namorar e hoje sou casada novamente, com um Delegado da minha turma. Pra mim é muito, muito mais fácil, porque ele é Delegado, sabe como é a minha profissão e todo o meu dia a dia, o dia a dia dele também sei, então é... Muito mais fácil de lidar com este tipo de relacionamento. Não tenho problemas pessoais por causa do trabalho porque ele está na casa e sabe como é isso... Quantas vezes ele é acionado de madrugada tem que viajar, e fazer outras coisas pelas investigações? Então nesse aspecto é muito tranquila essa parte pessoal da nossa vida. Não tenho filhos. (Delegada 3, 2016)

Tem dias que não dá! Tem dias que realmente o esgotamento físico e mental... [...] Objetivamente a gente tem que conciliar [...] o casamento já é algo bem complexo. Filhos... Mais ainda, e a atividade que escolhi, mais complexa ainda [...] é muito difícil você às vezes como Delegada se desligar 24hs, porque a Delegacia não fecha. Então tenho que me concentrar muito pra que eu não descarregue em casa os problemas do próprio trabalho. Então, nesse sentido, meu marido é muito... Vamos dizer assim, compreensivo. Com relação aos filhos eles acabam, obviamente, sofrendo um pouquinho mais por essa ausência minha que é suprida... A gente tem uma Naniha, que fica com eles na parte da tarde. O meu filho mais velho tem as suas atividades [...] Mas sinto essa falta também, como aquela mãe dos anos 20 que estava em casa com seus filhos. Sinto essa falta de poder estar com eles. E como é que eu monitoro? [...] Por telefone, porque realmente a... A nossa atividade aqui é muito intensa [...] não tem como ir lá e voltar [...] Lidar com isso tudo não é fácil. (Delegada 2, 2016)

Ainda persiste, sobre a mulher, a cobrança de ser uma "boa mãe", socialmente é entendido que a boa mãe é aquela que se dedica quase que exclusivamente aos filhos e abre mão do emprego para cuidar da prole. Normalmente, as entrevistadas, que são mães, costumam aproveitar os dias de folga para estarem na companhia dos filhos. A Delegada 2 confessa que por vezes chega a pensar que seria muito bom se dedicar exclusivamente aos filhos e a família. Ela reflete a respeito da vida agitada e conta que em alguns momentos pensa em parar, mas que ama a profissão e não consegue estar fora da delegacia e que é necessário conciliar e, apesar de sentir vontade de estar mais tempo com os filhos, a vida agitada não lhe permite. Porém, além da babá, pode contar com o suporte do marido.

As mulheres-Delegadas costumam levar as crianças ao colégio antes de trabalhar, pois ajuda a se sentirem mais próximas. Quando não estão em casa, possuem uma estrutura para que possam conseguir exercer a profissão, normalmente dispõem de uma profissional que as ajuda a cuidar da casa e dos filhos nos momentos de ausência. Algumas contam com a supervisão das avós maternas, além das babás, pois, por vezes, são muitas horas fora de casa. É o exemplo da Delegada 6, que tem o auxílio da mãe e de uma secretária para realizar os serviços domésticos e cuidado com os filhos. Além disso, por ser divorciada, precisa ser pai e mãe ao mesmo tempo. Ser pai, mãe e sustentar a estrutura de um lar sozinha é a realidade de muitas mulheres brasileiras. A Delegada 5, também divorciada, se desdobra nas mesmas tarefas. Algumas Delegadas

optaram por não terem filhos como é o exemplo da Delegada 3 e da Delegada 4 que optou também por não se casar.

A dupla jornada é cansativa e exige esforço, socialmente as mulheres são cobradas para que se casem, tenham filhos e consigam dar conta da estrutura de um lar, tanto quanto tenham êxito em suas vidas profissionais. Uma das Delegadas, não citada, questiona todo seu esforço no passar dos anos e revela esgotamento, se realmente valeu a pena exigir de si tanto esforço ao invés de ter dosado melhor a vida profissional e reflete se ao querer provar que pode, que é capaz, como mulher, isso a deixou em um momento em que sentia-se exausta.

O termo dupla jornada de trabalho é em reconhecimento ao trabalho doméstico, não remunerado, realizado nos lares. As feministas, a partir dos anos 1970, começaram a questionar a situação da mulher que realizava trabalhos domésticos não era reconhecida. Esta separação, em que divide o homem como o provedor e a mulher como aquela quem cuida do lar e filhos, é uma invenção capitalista/fabril que não podia suprir a demanda de vagas de emprego. A mulher mais humilde sempre trabalhou e os filhos não eram considerados um fator que poderia atrapalhar. Ambos, marido e mulher, cooperavam no sustento da família. Consequentemente, esta divisão passou a fazer parte da cultura de gênero, onde o homem passou a ser o provedor e a mulher aquela quem cuida do lar e cada sexo passa a ocupar um “lugar”. Logo, só era considerado trabalho o que gerava renda e os serviços domésticos foram categorizados com menor importância, menos nobres. Isto serviu para aumentar o controle nas relações de gênero, daquele que provê o sustento, pois a mulher e filhos se tornaram dependentes da renda do marido.

Conforme explica Ávila (2013), existem dois tipos de trabalhos distintos: o produtivo e o reprodutivo, apesar de anteriormente terem existido outras divisões sexuais do trabalho. Esta classificação foi estabelecida pelas teóricas de gênero que apontam o capitalismo como o responsável por caracterizar este tipo de divisão de trabalho. O que os diferencia é que no trabalho produtivo é dada uma mercadoria que é a força de trabalho em troca de um salário. O trabalho reprodutivo não gera renda, é classificado desta forma, pois inclui o ato da reprodução e criação de filhos. A vida é organizada em torno do trabalho produtivo, pois é ele quem gera renda e é considerado mais importante. As entrevistadas têm o privilégio de poder arcar com uma estrutura que lhes dê suporte enquanto estão fora de casa, o que lhes permite não se preocupar com serviços domésticos acumulados, mas isso não as exime da realização de algum

tipo de trabalho reprodutivo quando estão em casa. As Delegadas que são mães resumiram seus trabalhos domésticos quase que unanimemente no cuidar dos filhos.

Das sete mulheres-Delegadas de polícia civil entrevistadas, cinco já se casaram em algum momento de suas vidas e uma já esteve em um relacionamento estável. Entre as casadas/relacionamento estável, cinco são ou já foram divorciadas/separadas, três estão casadas atualmente. E das sete Delegadas, quatro estão solteiras. Apenas uma, das que se casou, nunca se divorciou. Dos quatro Delegados de polícia civil entrevistados, três já se casaram em algum momento de suas vidas, dos que se casaram apenas um se divorciou. Atualmente, dois estão casados e dois estão em um relacionamento estável e nenhum está solteiro.

As entrevistadas pontuam algumas dificuldades masculinas em conseguir entender a profissão que elas exercem: Não ter horário para voltar para a casa⁵¹, tirar plantões nas delegacias, insegurança por suas esposas dormirem por perto de outros homens, mesmo que os dormitórios sejam separados, e alegar que a mulher tem porte de arma e eles não. É possível, também, que temam por suas vidas em discussões mais acaloradas, pois alguns podem acreditar na possibilidade de serem mortos pelas companheiras com a arma de fogo utilizada no trabalho. Um fator que não foi citado pelas mulheres-Delegadas, mas perceptível nas narrativas, é os parceiros sentirem-se socialmente emasculados. Parece existir o receio de serem entendidos, por outros homens, como fracos, menos viris, subservientes a esposa. Se sentem diminuídos, em sua masculinidade, com a ocupação da mulher em um cargo de poder, pois ao relacionar-se com uma Delegada de polícia estão fora dos padrões normativos sociais, porque se espera do homem que ele proteja a mulher e até mesmo exerça controle e autoridade sobre ela. Durante as narrativas nenhuma delas citou que os reclamantes tenham alegado os riscos da profissão como fator preponderante para uma separação.

Quando indagadas, de maneira genérica, se as mulheres-Delegadas podem ter algum tipo de dificuldade em relacionamentos afetivos ou falta de compreensão por parte de seus respectivos parceiros, devido à posição que ocupam, as Delegadas responderam:

Nós mulheres estamos conseguindo alcançar alguns cargos muito importantes e tem homens que não conseguem lidar com isso. Aqui,

⁵¹A lembrar que no início de carreira as Delegadas e Delegados fazem plantões que podem ser realizados em feriados e fins de semana. Normalmente Delegadas e Delegados de 1º classe e/ou titulares costumam trabalhar em horário comercial, mas pode haver a necessidade de viagens ou passar noites na delegacia conforme a demanda das investigações.

na polícia eu nunca passei por uma situação dessas [...]mas engraçado que na vida pessoal eu passei. Pra você ter uma ideia... Eu era casada, me separei há pouco tempo até, e desde que eu passei para a polícia... A pessoa que está do seu lado, não é que todos os homens sejam assim, mas é difícil para os homens conviverem com uma mulher que tem poder, uma mulher que é reconhecida e que ganha muito mais, muito mais não digo, mas pode ganhar mais. Então muitos homens se sentem constrangidos com essa situação e não sabem lidar. Então eu sou exemplo, de na minha vida pessoal, o meu ex-marido não conseguir lidar com isso. (Delegada 6, 2016)

não irei falar só por mim, mas por minhas amigas que são policias e delegadas que falam, por exemplo uma mulher que vai namorar uma pessoa que não seja do ambiente jurídico, que não tenha porte de arma. Isso já incomoda... Muitas mulheres não falam isso, mas eu posso te garantir que isso incomoda porque as minhas amigas passam por essas situações. Elas começam a ter um relacionamento com alguém e o fato delas terem uma arma e eles não... O mundo é machista... O mundo é machista e a gente tem que se conscientizar disso... A gente luta contra todos os dias, mas o homem não aceita, Tipo: “- Ah, ela tem e eu não tenho? Ela pode, se quiser, sair com uma arma e eu não posso?” Existe esse preconceito! Outro preconceito que existe: A polícia, por mais que a gente tenha muita mulher na polícia, ela é um ambiente predominantemente masculino. Até pouco tempo atrás só tinha homens, se não me engano a Martha Rocha foi uma das primeiras mulheres a entrar na polícia. Então ter um relacionamento com alguém que não é policial e nem do ambiente jurídico, não entende o dia a dia policial, não entenderá certas coisas. E tem aquele machismo: “- Ah, você vai dormir na delegacia?” Elas falam que eles perguntam: “- Mas o alojamento é separado, né?” [...]eu tenho muitas amigas que até hoje estão sozinhas porque tem essa dificuldade de ter um relacionamento com uma pessoa que compreenda toda essa: “- Ó, eu vou ter que sair porque terei que efetuar uma prisão em outro estado...Vou ter que tirar plantão...” Quando fazemos plantão é um dia de plantão e três em casa, mas aí o plantão pode ser tirado sábado, domingo, feriado, no dia do aniversário de família, natal. (Delegada 3, 2016)

Acredito que sim. No meu caso então é bem difícil. Eu sou dedicada demais ao meu trabalho e em colocar limites, mas é difícil um homem compreender uma mulher que trabalhe com outros homens e conviva diariamente com outros homens [...] É difícil para um homem, o homem tem que ser muito seguro de si para se relacionar com uma Delegada, tem que ser muito seguro e entender a questão de dedicação, tem que entender que o nosso trabalho não tem hora, não tem rotina mesmo. Um crime acontece ali e você tem uma demanda externa ou tem um feeling de que algo irá acontecer e manda uma equipe correndo. E você acha que vai chegar a casa às 20hs para jantar e nem vai para casa. É muito complicado entender isso, eu como mulher também teria a dificuldade de entender um marido que não tem uma rotina de trabalho, onde não sei se ele irá chegar em casa à noite, que ele trabalhe com outras mulheres [...] é comum acontecerem relações interpessoais no trabalho [...] porque aí já compreendem, porque conhecem o ambiente de trabalho. Agora, se relacionar com uma pessoa fora da polícia é muito difícil. Alguns homens acham que

se você brigar vai matá-lo, você vai tirar uma arma da bolsa e dar um tiro na cabeça dele. O que é isso, gente!? O que é isso! [...] O medo por excelência do homem é ser traído, eu não sou psicóloga, mas isso é o que todos me dizem: “- *Não posso ser traído!*”. Os meus meninos todos falam: os homens têm medo de ser traído. O medo de ser traído por uma mulher que trabalha com outros homens, que é chefe daqueles homens, pode ser um trabalho que ela não volte para casa naquele dia. (Delegada 7, 2016)

Conto com um marido que é muito compreensivo porque tem dias que saio daqui uma da manhã... Tem dias que saio daqui... Viro a noite. Porque tem investigações que pra prender uma pessoa você não dorme em casa. Às vezes é preciso ficar na espreita pra ver o que está acontecendo. Existem casos de seqüestro em andamento que temos que estar na delegacia... Sou muito grata por esse relacionamento que sobrevive a isto. - Porque o meu primeiro não deu certo por conta justamente disso. Dessa falta de compreensão... De lidar... Porque hoje em dia... Não é a questão da mulher ser “a Delegada” e ser maior que o homem [...] Eu senti que no meu primeiro relacionamento isso pesou bastante. Entendeu? E aí como é que a gente concilia isso? Então assim... A gente tem esse vínculo e ele é uma pessoa que me dá muita força. Tem dias que esgota, porque se você for pensar o papel que a mulher assumiu hoje... Ela... Se vê também como provedora. Então lá em casa, nós dividimos muito as coisas. E algumas coisas de mais peso ficam em cima de mim... E eu não tenho, não sinto o meu marido diminuído por isso. (Delegada 2, 2016)

A Delegada 6 disse que o seu ex-marido pedia constantemente que ela parasse de falar a respeito da profissão, mas os amigos sempre perguntavam como havia sido seu dia de trabalho, pois entendiam a profissão como emocionante e repleta de situações diferentes a cada dia. Ela narra que sua profissão é muito apaixonante, logo não conseguia deixar de falar sobre a vida de polícia. É notório que o motivo do despertar do interesse das pessoas é porque a função de Delegada lida com perigos e emoções e, a partir das narrativas, a imagem construída no imaginário dos “Outros” é de uma “super-mulher”. Tais circunstâncias fizeram com que seu marido não suportasse a situação. O gênero torna-se o lugar dos significados culturais tanto recebidos como inovados “vem a significar um processo corpóreo de interpretação no seio de uma rede de normas culturais profundamente estranhas” (BUTLER, 1987, p.14).

A Delegada 3 e 7 relatam as tensões entre os gêneros e as construções sociais impostas sobre a mulher quando dizem a respeito das dificuldades de se relacionarem com homens fora da corporação. Parece que o fato de as mulheres terem porte de arma faz com que os parceiros se sintam diminuídos ou mesmo temam serem vítimas de violência. O que resulta em grandes empecilhos aos relacionamentos amorosos. O ambiente predominantemente masculino também é um fato que agrava a insegurança

masculina, pois as mulheres-Delegadas precisam, por vezes, passar a noite nas delegacias e os homens tem medo de serem traídos. Conforme observamos na narrativa da Delegada 2, não é fácil ter um marido que entenda a profissão de mulheres-Delegadas e que tem sorte por ter um marido compreensivo e se sente muito grata por tê-lo. Esse relato deflagra a demarcação entre os espaços da casa e da rua que ainda são influentes na sociedade, pois algo que deveria ser tratado com naturalidade se torna atípico - como se o homem tivesse fazendo um favor - dentro da cultura brasileira que é enraizada em atitudes e conceitos machistas.

Ainda existe crença de que o homem deva dar a palavra decisiva, ser aquele que conduz a conversa à mesa, na roda de amigos e que a esposa seja considerada companhia em ambientes públicos como, por exemplo: salões de festas ou jantares entre amigos e que as mulheres reservem a fala para outras mulheres, em locais entendidos como privados (a cozinha, o banheiro) ao invés demonstrarem atos entendidos como masculinos. Nas relações sociais, quando há uma ascensão feminina ao ponto de ambos serem vistos como iguais, na realização de tarefas ou atributos, e terem o mesmo direito ao lugar de fala, alguns homens podem acreditar que foram lesados nos espaços que supõe pertencer exclusivamente a eles por direito.

Quando surgem novos significados para o masculino, como: homem sensível, pai presente que cuida dos filhos, marido compreensivo, metrosssexual, inevitavelmente são abalos nas relações de gênero e, consequentemente, nas relações de poder. É quando as atribuições do "homem tradicional" e toda sua inflexibilidade são questionadas. Um dos papéis dos movimentos feministas é questionar essa posição masculina e apontá-la como defasada, machista para uma sociedade que se modifica constantemente.

O poder é a capacidade de se sobrepor e realizar a vontade daquele que é mais forte, dispõe de maior recurso ou do aparato estatal. Seu domínio se estende em todas as esferas da sociedade. Pode se apresentar de maneira multiforme e também através da resistência de outros que questionam a imposição do poder através, por exemplo, de normas e padrões. A resistência é um contra-poder, ou seja; também é o exercício do poder, mas em direção contrária ao vigente com o objetivo de forçar mudanças.

Segundo Araújo (2010), o feminismo tem como definição defender direitos iguais para ambos os gêneros, a fim de melhorar a posição dos membros na sociedade e, assim, minimizar a desigualdade entre os sexos porque a dominação masculina gera reflexos sociais e políticos em virtude das diferenças.

Pautada no senso comum, a sociedade tem por hábito atribuir a mulher menor capacidade para tarefas que exijam raciocínio lógico, periculosidade ou força, porém a cultura e costumes se alteram com o tempo. Nada é sólido e sim construído através de uma “ilusão social” porque “As fronteiras entre o público e privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo.” (PERROT, 1992, p.76). São embasamentos meramente culturais que desmoronam com as mudanças de pensamentos e através da força de movimentos contrários, exercidos para realizar metamorfoses sociais.

Existe uma tendência para casamentos fadados ao fracasso se não existirem flexibilizações do masculino. Um dos motivos para o crescente índice de divórcios aponta para o maior acesso de informação das mulheres, maior nível de escolaridade, aumento feminino no mercado de trabalho, independência financeira e não aceitação de um parceiro que não consegue entender que em um relacionamento o outro possui a mesma capacidade e direitos. As mulheres encaminham para um processo de empoderamento cada vez mais perceptível na sociedade, por isso tendem a buscar a autonomia e satisfação pessoal. O preconceito persiste na sociedade, mas o número de mulheres que rejeitam companheiros que se comportam de forma machista tem aumentado. Por vezes preferem ficar sozinhas a precisar se sujeitar a um relacionamento desigual.

Segundo dados do IBGE⁵², houve um acréscimo de divórcios em 2010 comparados ao ano de 2009. Foram 243.224 divórcios registrados em 2010. A maioria, 239.070, foram processos concedidos sem recursos ou escrituras públicas, ou seja; feitos em cartório por serem consensuais. Em 2009 o número atingido foi de 174.747 divórcios concedidos; ou seja, de 36,8% a mais. O índice de separações consensuais, em 2010, é de 71,0%, porém entre as judiciais, não consensuais, 70,5% foram requeridas pela mulher. Através de dados frios, não existe a possibilidade de saber, dentre as separações consensuais, de quem partiu a iniciativa do divórcio. Seria necessário entrevistar homens e mulheres divorciados consensualmente para realizar o levantamento dos dados.

Em tempos pós anos 1970⁵³, pós Constituição de 1988, é necessário que o homem acompanhe as mudanças nas relações de gênero e os novos espaços ocupados

⁵²Os dados podem ser encontrados em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2031&t=registro-civil-2010-numero-divorcios-maior-desde-1984&view=noticia>

⁵³Referência ao movimento feminista no Brasil que foi bem marcante e se avolumou nos anos 1980 ao ponto das mulheres conquistarem mudanças na Constituição de 1988.

pelas mulheres, pois aos poucos começa a surgir uma tendência das mulheres optarem por escolher a carreira ao invés de ter que abrir mão dela para se dedicarem exclusivamente a família. O maior grau de escolaridade e o acesso facilitado à informação contribuíram para o esclarecimento das mulheres a respeito de seus corpos, direito a liberdade e a não aceitar intolerâncias quanto à igualdade de gênero.

Segundo Rocha-Coutinho (2000), no mundo atual existem diferentes discursos que coexistem e se transformam constantemente, pois o sujeito social é multidimensional e a relação entre homens e mulheres pode ter várias facetas. Conforme a mulher de classe média passa a ser mais atuante no mundo público através do grau de escolaridade e entrada no mercado de trabalho, as relações entre masculino e o feminino se alteram e é necessário que o homem consiga se adequar as novas relações. Com as mudanças a presença masculina, no lar, é vista como tão importante quanto o suporte financeiro, da mesma forma que a mulher pode, também, oferecer o papel de provedora. As relações com papéis estabelecidos se tornaram defasadas.

Quando a estrutura natural da ordem cultural dos gêneros é subvertida e os papéis estereotipados não se encaixam naquilo que é pré-estabelecido, pode ocorrer resistência por parte de alguns homens em aceitar novas propostas de reconfigurações do lar e do papel social da mulher. Apesar de mudanças significativas ocorridas com os movimentos feministas, ainda assim persistem os problemas de gênero. “A ênfase sobre a sexualidade masculina [...] presente no discurso do homem latino-americano, pode ser observada em expressões e adjetivos utilizados nos xingamentos cotidianos, como “corno”, “bicha”, “maricas”. (ROCHA-COUTINHO, p.11, 2000). A sexualidade, o jeito de ser, se comportar e vestir pode ser considerado um eixo duro nas relações de gênero, pois parte da sociedade ainda sustenta a crença de que ao homem não é permitido a ambiguidade que cause dúvida ou questionamento de sua sexualidade/virilidade, os papéis precisam estar claros quanto ao que é entendido como masculino e feminino.

Conforme explica Sardenberg (2006), o empoderamento é o processo da conquista da autonomia e autodeterminação que liberta a mulher das amarras da opressão de gênero. Um dos objetivos mais importante do empoderamento feminino é gerar consciência nas mulheres e questionar a ordem que sustenta o machismo, não aceitar a condição de oprimida e, assim, as mulheres assumirem o controle dos seus corpos e das suas vidas.

Existem alguns pontos a serem observados quando falamos a respeito do empoderamento das entrevistadas que não é respaldado através de um viés ideológico, políticas de gênero ou conscientização dos movimentos feministas. Por vezes, as entrevistadas reproduziram algumas falas machistas durante as entrevistas, porém todas possuem autonomia financeira, controle de seus corpos e de suas vidas. Não abdicaram da carreira por exigência dos maridos ou para se tornarem mães. Ainda que não haja consciência ampla da sociedade machista na qual estão inseridas, existe consciência em relação aos seus direitos como mulheres e a não se submeterem a opressão masculina. Outro fator para o empoderamento das Delegadas é o poder jurídico que possuem em mãos que lhes capacita a tirar a liberdade de outrem e agir através da força em nome da lei.

Entre os espaços de mudanças dos papéis de gênero e da mentalidade masculina, ainda existe a persistência na crença do homem provedor e chefe do lar. Algumas entrevistadas alegaram ou mostraram, de maneira sutil, que ganhavam mais que seus maridos, o que pode ter acarretado um sentimento de impotência e frustração em seus parceiros. Uma carreira de sucesso pertence tradicionalmente ao homem e quando esse padrão é estremecido ou subvertido, principalmente através de uma profissão que lida com o perigo e adjetivos entendidos historicamente como masculinos que são bravura, coragem, análise estratégica, além da posição de chefia e independência financeira através de uma profissão perigosa e majoritariamente masculina, torna-se um atenuante grave. Episódios costumeiros de mulheres-Delegadas separadas de seus companheiros trazem o reflexo social de uma visão de mundo contextualizadamente machista. Devido a esses ingredientes, existe a dificuldade de algumas entrevistadas em encontrarem parceiros compreensivos e seguros, o que leva parte delas a optarem por se relacionar com homens pertencentes à corporação da polícia ou mesmo permanecerem solteiras.

A Delegada 7 cita, acima, que o homem precisa ser muito seguro de si para não se incomodar com a profissão da parceira e que muitos tem medo de serem traídos ou até mesmo mortos por arma de fogo. As mulheres-Delegadas podem ser entendidas, pelos homens e companheiros, como alguém que desfruta do poder da *fala e do falo*⁵⁴, porque na ocupação de cargos de chefia de uma instituição como a polícia suas ordens são acatadas e cumpridas, sua fala é ouvida e a ela é atribuído o poder de prisão através do cumprimento da lei. O falo vem em forma de arma de fogo e da independência

⁵⁴Reapropriação do termo retirado de: Caldas (p.6, 2013).

financeira, que pode ser interpretada como uma forma de emasculação ou desconstrução da masculinidade sobre o vislumbre do medo de uma mulher que não aparenta ser indefesa ou frágil.

Rocha-Coutinho (2000), aponta que uma das características marcantes da masculinidade e o homem como o provedor da família e o não cumprimento dessa função implica em irresponsabilidade, desonra e vergonha. Apesar das mudanças ocorridas entre os papéis sociais, não podemos superestimá-los ao ponto de acreditarmos que as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados tenham sido erradicadas. Os espaços limitados dados a mulher de esposa, mãe e educadora pouco a pouco foram sendo alterados, através de lutas e conquistas, o que trouxe à mulher outra faceta, a de trabalhadora, empreendedora, engajada em uma carreira profissional. Contudo, ainda existe a persistência de menores salários para as mulheres e a resistência quanto à ocupação de cargos de chefia, muitas mulheres estão segregadas em “guetos” profissionais, entendidos como o caráter complementar das funções femininas.

A mulher ainda se vê dividida entre a maternidade e a carreira profissional, as incumbências culturais ainda permanecem incrustadas na percepção do que é entendido como certo ou errado, por isso algumas preferem sacrificar a vida profissional e uma possível ascensão de carreira a fim de realizarem o “sonho de ser mãe”, ao invés de optarem por escolher o que realmente desejam com o receio da culpa. Esse pensamento não é via de regra, mas dentro da história da sociedade se mostra como permanência em meio às mudanças que seguem e rompem com os padrões e estereótipos caricatos. Não aceitar que um tratamento seja direcionado a partir de esferas distintas como: casamento, maternidade e lar, promovem mudanças no comportamento feminino e chamam atenção para uma perspectiva mais complexa. A entrada em novos espaços: política, segurança pública e no mundo dos negócios, cobram uma mudança estrutural nos ambientes e nas relações humanas e permitem a liberdade e autonomia das mulheres poderem escolher o que realmente desejam.

Quanto aos Delegados-homens não parecem ser muito comuns brigas com as companheiras, ao ponto de culminar em divórcio/rompimento de relacionamentos, por conta da profissão. Apenas o Delegado 4, que é divorciado e alega que em seu casamento a esposa não conseguia entender plantões e viagens realizadas a trabalho, porém explica que o motivo de sua separação não foi por desentendimentos devido a sua função. Quando os entrevistados se referem às famílias, falam apenas a respeito da

preocupação das mães, filhos e companheiras. Nenhum deles cita dupla jornada de trabalho ou mesmo de algum esforço extra em conciliar a vida de Delegado com a família. A preocupação dos homens é com a segurança da família, o que não significa que este fator não tenha sido citado pelas mulheres, porém os homens focam mais suas atenções na proteção do lar. A família dos Delegados parece seguir a naturalidade da cultura tradicional latina, logo; é mais incomum cobranças por conta das atividades policiais do cônjuge e ao que parece as companheiras tem maior facilidade em aceitar a profissão do homem e as exigências a ela atribuídas, que costumam ser diferentes da maioria dos empregos regulares. É mais habitual que as esposas tenham a profissão de risco, conforme citado por alguns deles.

Algumas entrevistadas optaram por adaptar a vida familiar de acordo com as exigências da vida profissional, já outras simplesmente decidiram por suas carreiras ao invés de filhos e marido, pois alegam ter um trabalho muito intenso e que uma família poderia também atrapalhar a ascensão profissional. Entre as entrevistadas é perceptível o alto grau de importância que dão a profissão e não aceitam ter de abandoná-la por cobranças de parceiros, então podem optar por não terem filhos ou mesmo não assumirem o compromisso de um casamento ou relacionamento estável, pois preferem ser Delegadas de polícia e usufruir da independência financeira que a profissão lhes proporciona. As mulheres-Delegadas alegam ter um trabalho diferente, pois todos os dias acontecem coisas novas em suas delegacias, amam exercer a função de polícia judiciária. Durante o processo de entrevista ficou evidente a paixão das mulheres pela profissão e ao que parece não estão interessadas em encaixar-se no papel de mulher do lar. E algumas alegam que o relacionamento pode ser mais leve e sem tantas cobranças quando se casam/namoram com policiais.

3.2 As perspectivas das Delegadas e Delegados sobre a mulher policial

As Delegadas conseguem se enxergar como mulheres empoderadas e que ocupam um cargo de poder, porém estar empoderada não é somente ocupar um cargo de

poder, mas também entender a condição imposta pela sociedade, criticá-la e resistir. Como, por exemplo, não aceitar que maridos/namorados interfiram em sua vida profissional. É nítido, que todas preferem abrir mão de relacionamentos em prol da autonomia, porque tem consciência⁵⁵ do quanto é importante a conquista do espaço que ocupam dentro da polícia. Adquirir o saber também é outra forma de empoderamento, pois a capacidade de absorver todos esses elementos e ver-se como sujeito integrante de uma sociedade é se libertar. É nesse contexto que as mulheres se fazem presentes na Polícia Civil, lutando para ocupar um lugar que outrora lhes fora interditado. Alterando, assim, as formas de atuação e até mesmo as relações entre os gêneros.

Quando perguntadas como era ser mulher e estar em um cargo de chefia - exercendo voz de comando aos homens - e suas percepções quanto às mulheres em posição de comando e a adequação masculina, as Delegadas respondem:

a mulher sai de um lugar de dona de casa pro lugar de mulher profissional, mas aí é a professora, a secretária...a enfermeira... As funções de mando, eu acho que começam a chegar na mulher, na minha geração [...]. E aí o papel do homem começa a ser repensado... (Delegada 1, 2016)

Ele tem 20/25 anos na polícia e vem uma menina e diz como ele tem que fazer e tudo que fez até ali estava errado. Ou um erro de português ou jurídico e eles tinham que simplesmente entender aquilo [...] São extremamente dedicados, não tem problema algum em serem comandados por uma mulher [...] Tem sensibilidade, se não tem em casa, pelo menos aqui eles tem. (Delegada 7, 2016)

É... Esse homem, na verdade, está se adequando desde sempre porque ele também é filho, é marido e provavelmente suas esposas – a mãe não digo tanto, mas suas esposas estão aí dentro da realidade delas buscando um espaço, uma isonomia e com certeza dentro da polícia não pode ser diferente, nós tivemos uma chefe de polícia mulher, Dra Martha Rocha e... Com certeza eles estão se adequando neste sentido também. Não só eles como toda a sociedade. (Delegada 5, 2016)

A Delegada 1 percebe os novos espaços que as mulheres estão inseridas e a readequação dos homens, que antes estavam acostumados a vê-las em posições de menor importância, mas agora precisam repensar o seu papel e entender a naturalidade das mudanças que ocorrem através dos tempos. Conforme completa a Delegada 5, as

⁵⁵Mesmo que essa consciência possa parecer parcial, por parte de algumas Delegadas, é perceptível que entendam que são mulheres em um cargo de poder. Tem consciência de que não agradam homens, seja no lar ou no trabalho, pelo espaço que ocupam, mas resistem.

mudanças não estão apenas dentro do ambiente de trabalho, mas nos espaços privados. Através de esposas que procuram a independência financeira e que não aceitam mais que as “tarefas do lar” sejam exclusivamente femininas. Se adequar a novos padrões de comportamentos sociais é uma necessidade para o convívio humano. O relato da Delegada 7 revela que ocorreu uma alteração na forma de trabalhar dentro da delegacia com a sua chegada. Não gostava da forma como seus comandados trabalhavam anteriormente, então tiveram que se adequar. Várias Delegadas narraram sobre a preocupação com os inquéritos policiais, pois, por vezes, se deparam com erros de português ou autos mal escritos pelos policiais que estavam habituados a trabalhar desta forma: “eu consigo manter as pessoas presas, prendê-las e depois mantê-las presas. Provar os crimes que cometeram em um inquérito policial bem escrito, muito bem escrito, sem erro de português.” (Delegada 7, 2016). A Delegada explica que é muito importante um trabalho de extrema qualidade chegar às mãos dos juízes para que sejam capazes de entender o fato com exatidão e, assim, evitar injustiças com a vítima. A Delegada 7 continua sua narrativa e subverte a ordem normativa dos gêneros ao atribuir um adjetivo feminino aos seus comandados quando explica que eles são sensíveis ao lidar com uma mulher-Delegada. Ao que parece os policiais, em questão, tiveram uma mudança significativa de comportamento e na forma de trabalhar.

Apesar da vivência das Delegadas em espaços majoritariamente masculinos, que nos apontam para alguns atritos e dificuldades que as mulheres ocasionalmente podem ter devido a (ainda) existente adequação aos espaços outrora ocupados exclusivamente por homens, não pode ser negada a existência de um contra poder, a não aceitação passiva das demarcações impostas, porque “el empoderamiento conduce a lograr autonomia individual, a estimular la resistencia, empoderamiento conduce, la organización coletiva y la protesta mediante la movilización.”⁵⁶ (LEON, 1997, [s/p]). Existem relações de poder que são tecidas dentro da instituição através de hierarquias, mas esse poder pode ser alterado ou compartilhado através da resistência e mobilização. Entrar para a polícia é forçar mudanças estruturais. Pode-se supor que a hierarquia, o exercício de poder, é inerente ao sexo masculino, mas Foucault elucida o equívoco nesta forma de pensar. Ao existir uma multiplicidade de relações de forças também há resistência, pois o poder não é um local ocupado, não pode ser dominado e nem é um objeto a ser possuído, é uma prática exercida.

⁵⁶O empoderamento leva à conquista da autonomia individual, ao estímulo à resistência, empoderamento conduz, à organização coletiva e ao protesto por meio da mobilização.

Segundo Scott (1989), a essência definidora do gênero é o vínculo entre masculino e feminino, através das diferenças percebidas entre os sexos se construíram as relações sociais e seus parâmetros culturais. As relações de gênero dão significado às relações de poder, toda vez que as relações sociais se modificam, as relações e representações tem uma mudança estrutural, mas essa transformação não segue um sentido único. As representações de homem e mulher frequentemente são confundidas com o sexo, masculino e feminino, e usualmente são geridas por representações, ou seja; simbolismos. Os símbolos trazem o padrão representativo da normatividade, replicados através de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou mesmo jurídicas. Tradicionalmente revelado através do binarismo masculino e feminino, esse padrão se impõe através da rejeição ou repressão de outras possibilidades, declarando-se como único possível e por vezes marginalizando as diferenças possíveis.

Os valores sociais que, com o passar do tempo, começam a cair em desuso dentro da corporação devido às mudanças do comportamento masculino. Quando os Delegados são perguntados sobre as percepções que têm sobre a entrada de mulheres na polícia, responderam:

nós tínhamos um plantão lá que eram duas mulheres só [...] na minha concepção era o melhor plantão. Era o que funcionava mais redondo, era capaz de se impor de fazer a coisa funcionar, eram mais diligentes, mais responsáveis. (Delegado 1, 2016)

hoje em dia tem mulheres magistradas, mulheres promotoras, defensoras públicas. E obviamente vão ter mulheres Delegadas, eu acho que é importante isso, a mulher tem que ocupar o espaço dela. As mulheres são muito competentes, elas levam as coisas muito mais a sério que os homens. Pelo que a gente vê aí as mulheres são muito competentes, existem excelentes Delegadas mulheres, excelentes policiais mulheres, então eu acho muito importante esse ingresso das mulheres na polícia. Não deixa de ser uma renovação, está entrando gente nova e o sexo feminino está ocupando o espaço que tem que ocupar. Acho isso muito importante. E elas fazem as coisas com muito carinho e dedicação. As pessoas pensam que com mulher vai ser mole, não, pelo contrário, as mulheres são muito firmes na posição delas. (Delegado 4, 2016)

Na polícia nós tivemos a Dra Marta Rocha, como chefe da polícia civil, pra mim desempenhou muito bem o papel dela, teve uma carreira brilhante na polícia, começou como escrivã de polícia, passou por todos os cargos, inclusive de comando da polícia civil, diretora de departamento, sub-chefe, enfim... [...] eu acho que foi uma das policiais... Dos policiais, independente de gênero, que teve uma das carreiras mais brilhantes na polícia. Por ter passado por todos os órgãos, por ter exercido a cadeia de comando completa na polícia e ter

terminado no ápice. Então é um exemplo de como as mulheres são importantes na polícia e não... Eu não tenho essa visão de que mulher na polícia atrapalha, muito pelo contrário. Não tenho problema algum com as mulheres exercendo atividade policial. (Delegado 2, 2016)

O Delegado 4 chama atenção para as mudanças na divisão dos espaços que outrora eram apenas masculinos e demonstra uma certa naturalidade em suas percepções nas alterações desses lugares. Salienta que os Outros podem, de forma preconceituosa, pensar em burlar ou abusar de uma autoridade investida simplesmente por se tratar de uma mulher representando o poder judiciário. Porém, dá ênfase a algumas subjetividades quando diz: “...elas fazem as coisas com muito mais carinho e dedicação...”. Acreditamos que tenha sido uma escolha inconsciente, pois: Carinho, amor, dedicação, meiguice, capricho, limpeza, são palavras que estão sempre relacionadas ao sexo feminino para descrever a mulher. Dificilmente estão atreladas ao masculino, pois o homem é sempre ligado a razão, mesmo que, também, inconscientemente. Razão e emoção estão imersas na cultura de gênero de tal maneira que são naturalmente separadas conforme o sexo.

O Delegado 1 e 2 dão ênfase a objetividade da profissão. Inclusive o Delegado 2 cita de forma bem objetiva a carreira construída por uma mulher, seria impossível perceber a qual gênero se refere se não fossem o nome e as flexões femininas.

No geral, os homens têm aprendido a conviver com as mulheres e parte da “ala masculina” consegue enxergá-las como seres sociais dotadas da mesma capacidade para realizar os mesmos tipos de funções. A não aceitação, feminina, ao papel culturalmente aprendido também é responsável pela mudança de pensamento masculino, pois as mulheres passaram a rejeitar os padrões normativos. A diferenciação, imposta pela sociedade, é confundida com a falta de capacidade em realizar tarefas que o senso comum determinou como masculinas. Porém, existe um contra-poder que tem tomado espaço e minado a hegemonia tradicional, questionando-a, confrontando-a, a fim de readequar novas estruturas.

Uma das Delegadas relata que ao entrar para polícia na década de 1980, entrou como escrivã e era a única mulher dos 52 funcionários lotados no departamento de polícia e, para sua surpresa, descobriu que não existia banheiro feminino. Na época em questão teve que solicitar que um banheiro fosse adequado para que pudesse utilizar, mas sem faltar o espelho e um vaso de planta. Ela brinca que esta foi sua primeira luta sindical quando entrou para a polícia. Este caso deixa explícito que, apesar da polícia

começar a integrar em seu quadro mulheres, não estava preparada para recebê-las. Fato notório é a falta de estrutura, pois nem sequer foi pensado em ter banheiros femininos para receber essas mulheres. A Delegada completa que quando entrou para a polícia civil mais algumas dezenas de mulheres também passaram e, provavelmente, também precisaram se adequar ou solicitar algum tipo de mudança dentro de seus respectivos departamentos. Para Soihet (1997, p.103), “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único”.

Uma professora da Cidade da Polícia, integrante do quadro de professores da ACADEPOL, responsável por formar policiais civis, inclusive Delegadas e Delegados, também foi entrevistada e deu seu depoimento de como era a polícia no início dos anos 1990. A professora relata ser da época em que as delegacias eram “horrorosas”, de estrutura precária e insalubre. Foi enviada para trabalhar em uma determinada delegacia para cumprir uma demanda por contingente durante a ECO 1992, como equipe de apoio. A professora conta que seu primeiro dia de trabalho era um plantão de 24 horas. Não havia dormitório, camas, e, além de não existir banheiros femininos, a estrutura era totalmente precária, com portas de banheiros quebrados, e precisava utilizar o banheiro de um restaurante próximo.

Esses relatos não contam casos pontuais de delegacias peculiares, e sim, o estado das delegacias de polícia. A entrevistada conta que quando faziam o concurso para a polícia as mulheres estavam cientes de que o ambiente de trabalho era desta forma. Com a entrada expressiva de mulheres na corporação policial há uma mudança nas relações de gênero e um contra-poder que pressiona para que haja transformações em uma estrutura eminentemente masculina. As mulheres precisaram encontrar subterfúgios e reivindicar mudanças, a instituição se viu obrigada a realizar adaptações para recebê-las. O projeto Delegacia Legal também foi um dos responsáveis para que as delegacias recebessem diversas benfeitorias, o projeto contribuiu para melhorias estruturais que contemplaram ambos os gêneros.

Quando perguntadas/os sobre o bom desempenho das mulheres na polícia e a que se deve o crescimento das mulheres na polícia e ocupação de cargos de chefia as Delegadas e Delegados responderam:

As mulheres estão cada vez mais ocupando cargos de gestão, de gestão. Cargos em comissão, funções de confiança, nas chefias de instituições de polícia tanto civil quanto militar, quanto na própria secretaria de segurança. Tem muitas mulheres hoje em função de gestão por conta de características femininas. E quais são elas? Eu acho que a mulher tem uma capacidade... Não vou dizer maior, porque fica parecendo questão de gênero. Ela tem facilidade de mediar conflitos, a ela cabe esse papel na família... a ela sempre coube culturalmente esse papel. Então ela consegue resolver conflitos e tornar o ambiente de trabalho mais harmônico, mais leve, percebo isso. As coisas fluem... Ela tem mais facilidade de verbalizar, de se comunicar. [...] A mulher tem mais facilidade de construir pontes. E aí quando você está em uma função que trabalha com equipe, contruir pontes, mediar conflitos e fortalecer vínculos eu acho que tem tudo a ver com o trabalho que depende essencialmente de uma equipe. (Delegada 1, 2016)

a mulher tem mais espaço e liberdade, está começando a ganhar mais liberdade. Agora, o motivo para estarmos ganhando esses cargos importantes eu creio que seja pelas características diferenciadas do homem. A gente é mais sensível, mais diligente, concentrada, tem várias características, eu acho que a gente veio realmente para tirar onda (Delegada 6, 2016)

Eu penso que não há lugar melhor para elas estarem. A polícia precisa dessa sensibilidade feminina e penso que é uma vitória essas mulheres estarem ingressando na carreira policial. [...] acho que o motivo vem pela própria busca pela isonomia, na verdade a polícia é um concurso que quando se abre é feito. É uma busca é um empoderamento, vamos dizer assim, de uma estabilidade, de uma profissão que com certeza tem muito a ganhar com a sensibilidade das mulheres. (Delegada 5, 2016)

Então acho que é saudável essa questão das mulheres estarem optando por carreiras que titularizaram e rotularam como eminentemente masculinas, mas eu não vejo assim. A profissão... Quem criou a profissão foi a própria sociedade, isso vem de uma necessidade... O desenvolvimento da própria sociedade e a sociedade é composta por homens e mulheres, então não vejo problema nenhum, não vejo essa coisa de mulheres em um canto e homens no outro, não. (Delegado 2, 2016)

Minha percepção atual é que não consigo imaginar como isso funcionava sem a presença das mulheres porque em determinadas matérias a presença da policial feminina e da Delegada é imprescindível [...] se fosse mulher e tivesse que relatar o fato de uma violência sexual cometida contra mim, ficaria constrangida em falar na frente de um homem, por exemplo. É um dos pontos onde a presença da mulher é essencial, não tem como submeter uma vítima de violência sexual, de violência doméstica. (Delegado 1, 2016)

É interessante observar que quando perguntadas a respeito do bom desempenho das mulheres na polícia, da ocupação das mulheres em cargos de mando e a que se deve a maior entrada de mulheres na polícia, as perspectivas das Delegadas recaem sobre as diferenças de gênero e tornam as respostas muito semelhantes. Quando perguntadas, efetivamente, se existem diferenças entre homens e mulheres, as Delegadas relataram as mesmas diferenças costumeiras que a sociedade tem por hábito de citar: a mulher dialoga mais, tem o sentido mais aguçado, consegue organizar e harmonizar melhor o ambiente de trabalho. A Delegada 5 ao mesmo tempo que é objetiva e relata a respeito da isonomia, empoderamento e liberdade feminina, consegue perpassar pelas marcações de gênero quando cita que a polícia necessita de sensibilidade.

Os homens são mais criteriosos, ou cuidadosos, ao falar a respeito da entrada feminina na polícia. O Delegado 1 se atém a um fator que determinou a entrada de mulheres da polícia, as outras mulheres que eram vítimas de violência e se sentiam constrangidas com a presença dos Delegados, que em boa parte dos casos não sabiam lidar com a situação e faziam a vítima passar por constrangimentos. O Delegado 2 desconstrói as demarcações de espaços ao relatar que lugar de mulher e de homem é puramente uma construção social, pois não existem lugares femininos e masculinos.

O desenvolvimento econômico e social ocorre sem contar com a participação das mulheres da mesma forma que os homens, mas o avanço das mulheres tem mudado as estruturas culturais. Para as mulheres haviam sobrado as linhas demarcadas de campos de atuação, porém o questionamento da situação da mulher, e a não aceitação a imposições de uma sociedade estruturada no tradicionalismo, atentaram também para mostrar que os espaços demarcados afetam a sociedade como um todo, ao invés de um tratamento setorial ao feminino se faz necessário o ingresso no conjunto de políticas. Porque o empoderamento das mulheres na sociedade gera capacidade para que contribuam em plenas condições para a construção desta. Através dos direitos humanos, saúde sexual/reprodutiva e educação, as mulheres podem competir em pé de igualdade com os homens na vida econômica e política, pois existem diferenças entre homens e mulheres quanto ao acesso a oportunidades para exercer cargos de poder.

No que diz respeito às Delegadas, o concurso público se mostra como uma ferramenta democrática, no qual a vaga pertence a quem estuda mais. Até a presente data, não existem informações de que a polícia civil modera a entrada de mulheres que passaram no concurso. Porém, ao se tornarem integrantes da polícia as mulheres são

minoria nos cargos de titularidade, conforme observado no capítulo 2. A função de Delegado de polícia é naturalmente uma função de mando, mas existem os responsáveis pelos Departamentos de Polícia e Delegacias Especializadas que é o titular da delegacia em questão, trata-se de um cargo de confiança, indicado pela/o secretária/o de estado da polícia do Rio de Janeiro.

Quando as Delegadas e Delegados foram perguntados se houve alguma mudança no comportamento masculino com a maior entrada de mulheres, em um ambiente outrora majoritariamente masculino. Como esses homens se comportam, convivem com as mulheres no mesmo ambiente de trabalho e como foi a mudança dentro das delegacias de polícia, foram dadas as seguintes respostas:

Com certeza, isso daí é perceptível [...] você chega mostrando como você é, o seu jeito, a forma de agir e os homens já ficam mais contidos. Acho que até no palavreado, na forma de tratar a pessoa, percebo isso em todas as delegacias que passei, muda. Vou te falar, tem umas coisas engraçadas. Eles gostam de se vestir melhor, é engraçado, são pequenas coisas que vou notando. Nas delegacias que passei, é impressionante [...] Se você é um Delegado que não está nem aí, vai de qualquer forma, entrar e não dá bom dia. Acho que a mulher já tem outra... Ela chega na delegacia, se preocupa com a limpeza, eu por exemplo, sou super preocupada com a limpeza, acho que isso muda. É o diferencial. (Delegada 6, 2016)

Não. Atualmente eles tem o comportamento muito tranqüilo, dividem com elas [...] não olham a mulher e olham o profissional. Tem que ter cuidado até devido a uma série de questões, às vezes ela é casada, mas o tratamento é como se fosse um homem. Eles não conseguem ter essas diferença, nesses dias atuais não. (Delegado 3, 2016)

O que eu acho é que houve mais organização. Já trabalhei em unidades que só tinha homens. Então acho que a mulher traz mais esse sentido de organização, acho que a maior mudança foi nesse aspecto. A gente sente a mudança do local de trabalho em um ambiente onde só tem homem, não estou falando que o homem é desorganizado, mas que as mulheres tem mais o sentido de organizar, de colocar as coisas nos devidos lugares [...] Na organização e também a polícia, com o passar do tempo, está se tornando mais humana, mais ligada aos problemas da sociedade. A polícia, agora, está entrando, também, em questões que não dizem respeito somente a crimes. Questões sociais de uma forma geral, acho que a mulher tem uma grande participação nisso, colocou mais esse foco. (Delegado 2, 2016)

Os homens adoram... Adoram, fica sendo um colírio para os homens aquelas mulheres bonitas [...] E é importante também porque um homem não pode fazer uma revista íntima em uma mulher. A gente está aqui no plantão e chega uma mulher suspeita de ter droga. Eu não posso, como homem, mandar uma mulher tirar a roupa na minha frente, não posso como Delegado pedir, mas uma mulher pode fazer uma revista íntima em uma mulher. Então é importante a presença da mulher nos plantões policiais. Tem até uma lei, da Martha Rocha, na ALERJ: Que cada delegacia tem sempre que colocar de plantão duas mulheres, principalmente para isso [...] Também é um diferencial no plantão trabalhar com uma Delegada bonita, uma mulher que se arruma e sabe se colocar, então acho que os policiais devem gostar muito, de repente eles preferem até Delegada que Delegado, não sei, né. (Delegado 4, 2016)

As alterações nos espaços são perceptíveis, a narrativa da Delegada 6 demonstra que a maneira de falar e se vestir, dos homens, é alterada. A Delegada também se preocupa com a forma de tratar seus comandados e com a limpeza da delegacia. Fazer polícia, para ela, não se resume somente ao trabalho em si, mas a uma série de comportamentos e circunstâncias dentro do ambiente de trabalho. O Delegado 3 observa que os homens já se acostumaram a dividir o mesmo ambiente de trabalho, mas que pode existir um interesse para além da prática profissional, por isso é preciso atentar se a mulher não é casada. Da mesma forma que o Delegado 4 narra, existe o hábito masculino em demonstrar virilidade através do cortejo. Ainda que as relações de gênero sejam pautadas em um ambiente de trabalho, as primeiras percepções do homem, em relação à mulher, passam pelo campo da sexualidade, do interesse em se relacionar ou não, conforme os atributos físicos. Posteriormente ocorre o reconhecimento, ou não, da capacidade e competência feminina. O Delegado 4 também fala da importância das mulheres nas delegacias para lidar com outras mulheres. Através de uma lei, feita por uma ex-Delegada, as suspeitas de cometer algum tipo de delito podem contar com mulheres em delegacias para revistas íntimas.

O Delegado 2 narra a respeito das alterações do espaço de trabalho. Essas alterações são resultado das definições e comportamentos adquiridos conforme os padrões sociais de gêneros. As delegacias se tornaram, visivelmente, mais organizadas e as percepções de fazer polícia tem se alterado através da preocupação em ser mais humanizada e preocupada com “questões sociais”, que acreditamos serem trabalhos

preventivos, mais atuantes junto à sociedade para maior compreensão de seus problemas.

Nos relatos dos Delegados a respeito de condutas machistas, no ambiente de trabalho, referiram-se sempre a terceiros. Talvez com receio ou a fim de evitar se comprometer com atitudes, pontos de vistas e percepções machistas. Todos demonstraram ser mais receptíveis a mudanças sociais. É possível que alguns Delegados pretendessem passar a imagem de homens desconstruídos - e outros de fato fossem desconstruídos - em relação a padrões normativos, pois se espera de alguém que exerça uma posição de comando na polícia a isenção de predileções de gênero dos comandados e colegas que ocupam posições de comando.

Atenciosas com os subordinados, organizadas, preocupadas com a limpeza do ambiente, são mais humanas se preocupam com o “Outro”. Esses relatos citados são, indubitavelmente, as atribuições dadas aos gêneros do que é ser homem e do que é ser mulher e não difere de qualquer ambiente de trabalho e contexto cultural. Logo, também ocorre dentro das delegacias de polícia. Dividir o mesmo ambiente de trabalho, enxergar a mulher como profissional e perceber que o papel da polícia não é só o combate ao crime, mas preveni-los, estar junto à sociedade e contribuir pensando nas relações sociais, é uma alteração em um espaço que outrora era visto tão somente como truculento, mas que vai se alterando juntamente com a entrada das mulheres.

Hall (2006), analisa todo esse processo como mudanças estruturais que tem transformado a sociedade culturalmente no que podemos classificar como gênero, sexualidade, etnia e nacionalidade. As estruturas que antes eram sólidas, agora são fluídas e fragmentadas e os desdobramentos dessas mudanças ocorrem nas identidades pessoais. Podemos dizer que a globalização trouxe novas identificações “globais”, ou seja, o encurtamento de distâncias entre pessoas e nações proporcionou maior facilidade nas relações humanas e criou uma série de pontos em comum.

A que podemos atribuir as mudanças de perspectivas com a entrada feminina na polícia? Será que as relações de gênero, que antes eram somente unilaterais, e posteriormente se tornaram bilaterais contribuíram de alguma forma para mudanças estruturais, não apenas nas relações de trabalho, mas na forma de pensar e fazer polícia? Se antes o objetivo de ter uma Delegada era pela necessidade trazer maior conforto as mulheres vítimas de violência, posteriormente, a entrada de mulheres se estende aos diversos Departamentos de Polícia e Polícias Especializadas.

Conforme citado no capítulo anterior, o estado do Rio de Janeiro quebrou padrões normativos e teve duas mulheres que ocuparam a chefia da secretaria de segurança pública. A Delegada Martha Rocha e a Delegada Jéssica de Almeida, esta última assumiu o cargo interinamente, ambas ocuparam postos expressivos como a diretoria das Delegacias especializadas e o comando da ACADEPOL, respectivamente. São funções que podem ser consideradas as de maior importância dentro da corporação policial. Além das mulheres-Delegadas que, efetivamente, chefiaram delegacias eminentemente masculinas como a Delegacia Anti-Sequestro, Delegacia Anti-Drogas e Delegacia de Homicídios. Seguramente, a entrada das mulheres nesses espaços alterou as estruturas das relações de poder⁵⁷.

3.3– Mulheres e armas de fogo: A desestigmatização do senso comum

Utilizar armas, mesmo que seja de grande porte, como um fuzil, não traz desconforto às mulheres Delegadas que desempenham bem a atividade quando necessária. Dentro da polícia civil é de fundamental importância o uso de armas de fogo, pois é uma profissão que envolve risco eminente à vida, seja de terceiros ou a própria vida, devido a confrontos com forças paralelas ao que é entendido por Estado de direito. Quando perguntadas a respeito do porte de armas de fogo, como se relacionavam com elas, as Delegadas responderam:

Adoro! Adoro, sempre gostei. Quando entrei os meus instrutores, o Wilherme... Bonavita, Robson, todos eles sabem disso, que sempre gostei de atirar... Eles até... Como sabiam que eu gostava levavam outros tipos de armas pra eu ficar treinando na época do curso, na ACADEPOL. Participei de um campeonato, só consegui participar de um, pois o campeonato é um dia somente e às vezes estou na

⁵⁷Vale lembrar, mais uma vez, que o início da ocupação de mulheres em cargos de chefia, como Delegadas de polícia, se deu através da criação das DEAM's que foram o marco para as mudanças nas funções de mando que eram exclusivamente masculinas. As Delegadas das DEAM's foram as pioneiras e merecem todo nosso reconhecimento, pois nos anos 1980 eram elas a entrar nos espaços demarcadamente masculinos. Atualmente cargos de mando nas DEAM's são observados com maior naturalidade. O objetivo do trabalho foi se empenhar em entrevistar mulheres que conseguiram conquistar novos espaços – que são as outras delegacias de polícia, DP's e Especializadas - em locais majoritariamente masculinos, reinventando e questionando o que é ser mulher e as relações de gênero.

delegacia, ou de férias, mas consegui participar de um. Fiquei em 1º lugar no tiro de espingarda e fiquei em 5º no da pistola. Eu gosto muito, então arma para mim é uma maravilha! (Delegada 3, 2016)

Como a minha profissão é mais nesta questão aqui de lidar com o público... Só lido mesmo com as armas quando eu vou para as operações. Então ela, realmente, sempre fica sempre comigo. Hoje, por exemplo, ta comigo aqui, que se tiver uma eventualidade alguém inventar de entrar. (Delegada 2, 2016)

Até fui bem na prova de tiro, mas nunca mais treinei, atiro bem e quando fui obrigada a atirar atirei bem. Tenho instinto, mas não tenho a prática e não vou ficar aí dando uma de Kate Marrone porque as pessoas acham que toda delegada é uma Kate Marrone. (Delegada 7, 2016)

E a arma para mim era um instrumento de trabalho [...] Tenho uma relação muito... Natural com as coisas. A arma não era meu objeto de exibição e nem me colocava medo. Ela era mais um objeto de trabalho, como era o código de processo penal e uma boa caneta esferográfica azul. A arma pra mim era um complemento da minha vida. Apenas isso, nada além disso. (Delegada 4, 2016)

Apesar dos homens serem estimulados, desde crianças, a gostar de armas de fogo e as mulheres serem orientadas a ficar longe delas, pois representa perigo, possuir ou não interesse por armas não depende do gênero. Butler (2003), aponta para o gênero performativo do ser humano, que age de maneira interpretativa como se o ser homem e ser mulher fosse uma realidade biológica que precisa ser consolidada externamente, mas trata-se de uma reprodução de comportamento a todo tempo. A narrativa da Delegada 3 demonstra que não existem formas definidas para os gêneros ao afirmar ser amante de armas e dedicar parte de seu tempo para realizar treinamentos e também participar de competições. Nos papéis interpretativos, do senso comum, a arma de fogo faz parte do imaginário idealizado para o que é entendido como masculino. A entrevistada revela que conseguiu o primeiro lugar, em armas longas, em um campeonato de tiro. Era conhecida pelos professores por gostar de atirar. Como deve agir um homem ou uma mulher? Padrões de comportamentos podem ser interpretados, pois não existe qualquer relação com a ciência/biologia, são parâmetros sociais que podem ser quebrados ou reproduzidos, logo; acreditar que somente homens gostam de armas é produzir uma performance da masculinidade. As demais Delegadas revelam não ter uma relação apaixonada pelas armas e as utilizam como instrumento de trabalho, conforme

normatiza a Delegada 4, ao dizer que a arma era parte integrante de seu trabalho tal qual uma caneta esferográfica e o código penal. Outras não saem tanto às ruas e se limitam a manter a arma guardada consigo para uma eventualidade ou mesmo declaram não gostarem muito de portar arma, mas as têm e as portam, devido à profissão.

Quando os Delegados foram perguntados se gostavam de armas de fogo e como se relacionavam com elas obtivemos respostas variadas. Um dos Delegados disse que não gosta de armas, porque depois de utilizada não tem como remediar, como voltar atrás. Acredita que a arma imputa muita responsabilidade e, por isso, tem cautela no tratar em relação ao instrumento de trabalho. Já o Delegado 4 revela ser apaixonado por armas e um praticante assíduo de treinamentos de tiro.

No geral, os Delegados disseram que o uso de arma de fogo representa perigo também para quem a porta, pois a arma é uma identificação e com ela é necessário estar pronto para agir. Um dos Delegados disse que quando não está a trabalho não utiliza qualquer identificação que o aponte como policial, outro disse que se pudesse não andaria armado, mas na atual conjectura violenta que vive o estado do Rio de Janeiro carrega sempre consigo e que gosta da arma, mas só a usa por conta da exigência da profissão.

Entrevistamos um professor da ACADEPOL para sabermos a sua perspectiva em relação a homens e mulheres com armas de fogo. Ele acredita que exista uma fascinação natural por parte dos homens com o porte de arma, pois desde criança o menino é estimulado, através de brincadeiras, como “polícia e ladrão”, a gostar de armas e o contato da mulher com arma de fogo é através dos noticiários, portanto, a perspectiva feminina é a do perigo. É a arma que tira vidas, que proporciona violências, conclui.

O relato do professor reforça que gênero é uma categoria socialmente construída e que a mulher é formada culturalmente para se afastar de atividades que são ou parecem ser perigosas, mas o homem aprende que deve dominar o perigo ou fazer parte dele. Os valores sociais e até mesmo morais se diferem quanto ao gênero, pois os signos impostos à mulher como docilidade e fragilidade se distanciam dos significados e valores atribuídos ao homem. A diferenciação, imposta pela sociedade, é confundida com a falta de capacidade em realizar tarefas que o senso comum determinou como masculinas.

Baumam (2005), afirma que, atualmente precisamos criar a nossa identidade, pois ela não é herdada. Antes, um sujeito nascia e morria no mesmo lugar, hoje em dia,

com o mundo cada vez mais capitalista e tecnológico, os deslocamentos se tornaram mais comuns e a troca de informações mais rápida. Com tantas opções e grupos diferentes temos que passar a nossa vida redefinindo a identidade, na escolha do que pensamos ser bom e a descartar o que é ruim, pois formas de vidas mais atraentes podem nos fazer mudar. A identidade não é mais sólida, é líquida, fragmentada e dotada da capacidade de assumir várias formas.

O professor continua a narrativa e explica que homens e mulheres quando são vocacionados, e se tornam conhecedores da técnica/manuseio de armas, há uma similaridade grande entre os gêneros e que a inclinação não deixa margens para diferenças. Porém, quando as pessoas entram para a polícia com o único intuito de conseguir um emprego, tendem a demonstrar receio com a utilização de armas de fogo. “Se tem vocação não tem diferença. Nós temos excelentes alunas que nunca tinham pegado em uma arma e atiram melhor do que muitos homens. Pontarias perfeitas fazem tudo perfeito”. (Professor, 2016).

De uma forma geral, tanto homens quanto mulheres fizeram relatos parecidos quanto a sua relação com armas. Nas palavras de Delegadas/os entendemos que a arma pode ser utilizada ou não e que a ocupação do cargo é mais jurídica, porém a arma se faz necessária devido aos riscos da profissão e, também, em eventuais saídas para diligências. As investigações são realizadas, na maioria das vezes, pela equipe de operações⁵⁸ e em menor escala pelo/pela Delegada/o. A/o Delegada/o é o responsável por analisar criteriosamente a gravidade de um crime, interpretar - segundo a lei e conforme o desfecho das investigações - e transcrever com a maior quantidade de detalhes possíveis os inquéritos policiais⁵⁹, para que o juiz, que não estava na cena do crime, entenda a gravidade do ato e tenha todas as ferramentas para julgar da forma mais justa possível.

Uma das Delegadas relatou que já passou por situações engraçadas, ela conta que quando saiu para fazer uma diligência, mais especificamente uma intimação por pedofilia, durante o percurso se deparou com um miliciano que era procurado pela polícia há algum tempo. Relata que como não era uma operação elaborada, entregaria apenas uma intimação, não estava com roupa operacional. Porém, a fim de não perder a

⁵⁸A polícia de confronto é a polícia militar, a polícia civil é, no geral, mais investigativa. Porém a situação de violência que o estado do Rio de Janeiro vive faz com que a polícia civil acabe em situações de confronto.

⁵⁹Alguns policiais também ficam encarregados em auxiliar o/a Delegada/o a escrever os inquéritos policiais e fazer boletins de ocorrências.

oportunidade e prender o criminoso, jogou o salto alto para cima e correu descalça atrás do infrator. Explica que a rua era extremamente movimentada e os transeuntes muito surpresos não imaginavam uma mulher correndo atrás de um bandido, a cena parecia tão excepcional, aos olhos de quem via, que filmavam com aparelhos celulares: “Não estava com a roupa de operacional, estava de salto até... Mas aí a gente dá um jeito, né? Tira o salto, corre atrás... Armada eu tava!”

Normalmente as Delegadas costumam ser mais solidárias e atenciosas. Tem a pré-disposição culturalmente aprendida em exercer um melhor trabalho com vítimas de crimes, pois servir e ajudar são os papéis que o senso comum espera de uma mulher que é emotiva, atenciosa e com instinto maternal. O conservadorismo conceituado pode duvidar da competência da policial em exercer seu trabalho e ante a necessidade de portar uma arma ou realizar uma atividade mais ostensiva, que costuma ser das ruas. “somos obrigados a reconhecer que o tamanho dos bíceps não pode ser critério eficaz para medir a aptidão das pessoas para realizarem os trabalhos rotineiros nas agências oficiais de segurança”. (DIAS; ROSA, 2014, p. 164). A reação da Delegada, de correr atrás do malfeitor com a arma em mãos, causou perplexidade nos transeuntes, pois tal fato só lhes é apresentado nos cinemas. Entretanto, prender infratores é uma atividade diária das mulheres-Delegadas.

3.4 Delegada e empoderada

Qual o novo modelo de relações sociais para as mulheres? Cabe a sociedade definir um paradigma? Se por muito tempo foi definido, indelevelmente, a demarcação de espaços por gênero, como o homem contemporâneo aos movimentos feministas deve se adequar a reestruturação dos espaços? Existe um novo padrão masculino pós abalo do macho protetor e provedor ou deve existir?

Diante de novas adequações, pode ser que o sexo masculino tenha a sensação de estar deslocado, inadequado. Os relacionamentos familiares deixam de ter o chefe de família e surgem as parcerias entre os cônjuges. A participação feminina abrange todas as esferas e é esperado que este homem também seja multifuncional, dividem as tarefas

do lar, fale sobre seus sentimentos e não se importe com os padrões impostos a ele. Novas opções a respeito da forma de viver um relacionamento e de como vivê-lo se opõe ao senso comum e esse fator se deve a autonomia feminina, o controle de sua vida e de seu corpo.

Quando as Delegadas foram perguntadas a respeito das percepções que tinham sobre si em relação ao cargo que ocupavam, no que diz respeito ao empoderamento, a ocupação de um cargo de comando, as seguintes respostas foram obtidas:

Sim, sim... Com certeza há um empoderamento feminino, com certeza. Isso daí não tem a menor dúvida, mas [...] isso daí vai também muito da sua equipe [...] Depende muito da equipe de trabalho, mas com certeza existe esse empoderamento. (Delegada 5, 2016)

Eu me sinto realmente uma pessoa com poder. Porque a gente pode prender, na mesma hora. Tudo começa na polícia. Então você vê o seu poder [...] Então a gente tem muito poder, eu me considero uma pessoa assim. Tenho consciência do poder que tenho, mas ao mesmo tempo não sou uma pessoa que tem vaidade por conta desse meu poder. Pelo contrário, não tenho vaidade com o meu cargo, não tenho [...] acho que a grande maioria das delegadas também não tem. Já comparando com o homem você sente que o homem além de ter poder é vaidoso, é mais soberbo. E isso não acontece com as mulheres, a grande maioria. (Delegada 6, 2016)

A partir do momento em que sou a titular exclusiva tenho responsabilidade pela delegacia inteira, tenho que determinar ordens, fiscalizar. As responsabilidades de algum ato que um funcionário cometeu acaba, de certa forma, caindo sobre mim [...] O que sinto de peso em relação a titularidade é a responsabilidade e ter que controlar todos os funcionários, é humanamente impossível controlar todos os atos, consigo controlar o que estou vendo, impossível eu saber de tudo, vou ficar maluca e não conseguirei resolver. O peso da titularidade, pra mim, é só esse. (Delegada 3, 2016)

mas sim há um empoderamento, sim há um empoderamento e você tem que saber lidar muito bem com isso. Tem que olhar todos os dias no espelho e falar: Você não é mais do que ninguém, você é uma pessoa como outra qualquer, você só teve a sorte de passar no concurso. (Delegada 7, 2016)

Reconhecer o trabalho em equipe foi uma frase bastante ouvida durante as entrevistas, conforme cita a Delegada 5. As Delegadas, via de regra, demonstram o que Costa (2000), explica sobre as novas relações e concepções de poder que trazem o

empoderamento feminino. Via de regra, ao estarem no comando das delegacias de polícia, as mulheres conseguem utilizar o poder de maneira diferente, assumir formas democráticas e construir novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomadas de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Todas as mulheres-Delegadas demonstraram uma grande preocupação com as responsabilidades que o cargo imputa. Há um receio, de acordo com a Delegada 3, de outros errarem sem que tome ciência e tenha que responder por algo que foge ao seu controle. A Delegada 3 demonstra poder quando narra que comanda toda a Delegacia, mas, ao mesmo tempo, lhe causa um pouco de frustração o fato de ser impossível controlar a todos os comandados para a realização de um trabalho perfeito.

As Delegadas se consideram empoderadas, ainda que a palavra não tenha sido citada diretamente, outras afirmações denotam a ciência de estarem em uma posição de poder. A Delegada 6 afirma ter poder ao ponto prender uma pessoa na mesma hora. O poder de polícia dá a liberdade de reter qualquer cidadão a qualquer hora através de prisão cautelar, caso o sujeito possa representar perigo para a sociedade ou sobre a prerrogativa de manter a ordem e, também, a prisão em flagrante, no ato do delito. Através de suas percepções, acredita que as mulheres conseguem administrar melhor a posição de mando do que os homens, que gostam de ostentar o cargo. Talvez essa afirmação seja devido às impressões e atritos entre os gêneros durante relações de trabalho. Já a Delegada 7 diz que é necessário saber lidar com uma profissão que lhe imputa o poder de, por exemplo, ter uma carteira que lhe permite fiscalizar qualquer local. É necessário lembrar que é igual aos “Outros” e que a única diferença é ser uma funcionária pública. Ter poder em mãos traz o desafio de não utilizá-lo de maneira abusiva.

Segundo o Art. 78, § 1 do Código Tributário Nacional - Lei 5172/66:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966).

Segundo o artigo 78 o poder de polícia se estende a várias esferas da sociedade.

Parágrafo único: Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder⁶⁰.

Ora, então, a polícia age em favor do Estado segundo as leis de cada país. A polícia tem o poder de delimitar os espaços dos cidadãos, impor a ordem diante de qualquer subversão, fiscalizar e regular atividades econômicas. É um órgão jurídico com poderes que podem abranger todas as esferas sociais através da intervenção da lei.

Sob a ótica de Bourdieu (1998), a autoridade jurídica faz parte de um universo independente, que não cede a pressões da sociedade, pois é um aparelho de força que pode ser exercida ou não pela violência física, mas certamente pela simbólica, mediante ato legitimado através do Estado. Tal ato é realizado por um conjunto de sujeitos que detém o monopólio das leis e o direito de interpretar, e fazer cumpri-la, encorajados da investitura estatal. Diante dessa competência, que deve ser considerada legítima e justa, ampara a sociedade através de imposição, manutenção da ordem e regras de convivência.

Nenhuma mulher negra foi entrevistada, todas as Delegadas chefes eram brancas. Entre os homens tivemos um negro (que não é o titular), um pardo e dois brancos. Segundo o sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), a desigualdade no acesso ao mercado de trabalho e nas condições de trabalho que afeta os negros é ainda mais intensa quando se trata das mulheres negras, elas enfrentam uma dupla discriminação no mercado de trabalho, de raça e de gênero⁶¹. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) também aponta que os negros são a maioria dos pobres no Brasil e somente 9,4%, dos negros, possuem tempo superior ou igual a doze anos de estudo⁶²; ou seja, a grande maioria não possui nem o ensino médio completo. Apesar da seleção ser realizada através de concurso público, boa parte das mulheres negras não possuem ferramentas necessárias para o empoderamento, por conta do racismo estrutural; ou seja, são desprovidas de condições que lhes permitam o acesso às Universidades ou quiçá a Universidades de qualidade, que as capacitem para competir em condições de igualdade em um concurso concorrido.

⁶⁰Pode ser verificado em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10581711/paragrafo-1-artigo-78-da-lei-n-5172-de-25-de-outubro-de-1966>

⁶¹Pode ser verificado em: <https://www.dieese.org.br/analisePED/2016/2016pednegrossintmet.pdf>

⁶²Ibidem.

É preciso observar a “condição” e “posição” das mulheres”. (COSTA, s/p, 2000). Observar a conjuntura, a situação que envolve a vida das Delegadas de polícia, pois para ser empoderada é preciso ter uma condição que vai para além da pobreza, ter condição intelectual, ter cursado o ensino superior. Só assim esta mulher estará capacitada para ocupar uma posição de poder, de mando. O processo seletivo para o cargo de Delegado não é simples por isso, via de regra, quem consegue obter êxito são mulheres que estudaram em boas instituições desde o ensino básico, logo a condição de empoderamento precede a atual posição de poder. A ocupação de um cargo de poder é uma construção que antecede a entrada na polícia, logo é classista e privilegiada, é uma posição que está para além do querer.

Como diz Foucault (1979): Ao existir uma multiplicidade das relações de forças também há a resistência. O poder não é um *locus* a ser ocupado, não pode ser dominado porque é um exercício. Tradicionalmente, na sociedade Ocidental, é exercido pelo masculino, mas como não é unilateral e nem pode ser possuído, o “contra-poder” também pode ser realizado como forma de não aceitação ou submissão ao poder vigente. As formas femininas de afirmação podem ser entendidas como resistência, o que corrobora para a desconstrução social de uma figura feminina frágil e delicada. Podemos dizer que a polícia foi construída “em torno de representações associadas ao universo masculino, como esferas restritas ao uso da força para manutenção da ordem e da coesão social.” (BRASIL, 2008, p.13). Manobras para tentar se desvincular dos espaços delimitados se fazem presentes através da luta por lugares que não eram ocupados, outrora, pelo sexo feminino e, devido a reconfigurações nos espaços, podemos observar mudanças nas relações de gênero e na própria polícia.

Marson (1996), explica que os papéis e interpretações do que é ser homem e ser mulher possuem períodos específicos e se adequam aos contextos da época, por isso são passíveis de transformações. Os movimentos feministas serviram para minar os padrões normativos de identidade sexual, pois a ordem patriarcal vigente foi colocada em questão, então, a analogia feminina de um ser dócil se rompe e é reclamada uma nova identidade. A imagem embrutecida do homem passa também a ganhar mais leveza. Há uma desestruturação do masculino e reestruturação do feminino.

Atualmente, existem homens conscientes da construção de sua imagem ou da imagem que a sociedade construiu para si, reconhecem a cultura machista na qual estão inseridos e tentam modificar essa imagem. E apesar de a polícia ser um espaço onde ainda existem resistências, também é possível observar mudanças; afinal, a instituição é

parte integrante da sociedade.

Certamente, as Delegadas de polícia são exemplos do resultado da luta dos movimentos feministas por igualdade e autonomia. As reivindicações de novos espaços no mercado de trabalho foram fundamentais para que a mulher pudesse chegar a patamares mais altos, a posições de comando, o que refletiu de maneira direta nas relações sociais e na maneira de se fazer polícia. Houve um rompimento de padrões e uma reestruturação de novas perspectivas. Brasil (2008), explica que a entrada das mulheres na polícia foi um evento que provocou descontinuidade em um determinado modo de existir das instituições policiais e, conseqüentemente, afetou conceitos no espaço. Com isso, os significados são reelaborados na medida em que uma nova configuração social se (re)constrói a partir da presença atuante das mulheres na polícia.

Os comportamentos masculinos e femininos são designados de tempos em tempos de acordo com a cultura e alterados conforme a humanidade se modifica, então padrões normativos podem ser questionados, porque são fluídos e sujeitos a mudanças. Não estão diretamente ligados ao biológico e ao estrutural. Apesar dos avanços nas relações culturais entre homens e mulheres, existem os recuos, mas há uma resistência para que as mudanças continuem a prosseguir e as fronteiras simbólicas nas relações entre os sexos se tornem cada vez mais frágeis e questionáveis. As diferenças entre ser homem e ser mulher se encaminham cada vez mais para uma dissolução e as dessemelhanças tendem a ficar restritas ao biológico. Nas disputas por espaços, as mulheres se tornam cada vez mais independentes, os homens se desconstroem ao repensar seu o “papel” e, com isso, as relações familiares e humanas se modificam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada contempla relações entre o político e o social, com o objetivo de pensar e problematizar as relações de poder vivenciadas pelas mulheres-Delegadas de Polícia Civil que tem a responsabilidade de chefiar uma delegacia de polícia. Para uma análise mais profunda e com a intenção de procurar respostas de como a mulher conseguiu sair de uma posição exclusivamente privada, e dedicada as atividades do “lar”, para cargos de chefia, traçamos uma trajetória e procuramos acompanhar o que era ser mulher no início do século XX e o que é ser mulher no início do século XXI.

No capítulo 1, *Mulheres e luta feminina na sociedade brasileira do século XX: uma perspectiva histórica*, analisamos a trajetória das mulheres ao longo do século XX e os processos dos movimentos feministas que tinham por objetivo trazer mudanças e questionar o papel da mulher dentro da sociedade. A pretensão foi trazer um arcabouço teórico necessário para conseguirmos explicar as alterações de espaços e mudanças estruturais que se relacionam com o sexo feminino, percursos que partiram do lar até chegarem ao comando de homens em espaços tradicionalmente masculinos.

A atuação feminina como seres sociais se inicia a partir do momento em que as mulheres se mobilizam e se organizam em grupos para que sejam realizadas mudanças dentro da sociedade, porém, essas ações não indicam que anteriormente a mulher aceitava de maneira passiva o que lhe era imposto. Os movimentos feministas foram responsáveis por deixar mais flagrantes as insatisfações femininas e a importância da contribuição da mulher como seres sociais.

Os movimentos feministas denominados de “Primeira Onda”, que ocorreram no início do século XX, deram o início a participação feminina em esferas exclusivamente masculinas. As exigências principais foram o acesso as Universidades, a participação no campo político, através do direito ao voto, e poder trabalhar em profissões entendidas como masculinas. Periódicos, panfletos e revistas foram importantes para a divulgação das ideias e reivindicações feministas. O movimento tinha, em sua maior parte, mulheres que dispunham de algum nível de instrução; logo, via de regra, pertenciam a classe média/alta. As anarquistas também participaram das lutas feministas, porém suas

pautas também abordavam corpo e sexualidade, sendo assim os movimentos que ganharam maior força e aceitação social foram aqueles que não eram considerados um grande tabu para a época.

Os movimentos feministas denominados como movimentos de “Segunda Onda”, aconteceram na segunda metade do século XX. A situação política dos países em que ocorreram os movimentos feministas se tornaram determinantes para alterações na maneira como foram vivenciados pelas mulheres e pela sociedade. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial foi um processo importante para agilizar a ocupação dos espaços masculinos pelas mulheres. Em um primeiro momento, a necessidade as empurrou para os postos de trabalho antes ocupados pelos homens e, posteriormente, essas mulheres não quiseram mais sair dos lugares que haviam ocupado em tempos de necessidade.

No Brasil, o processo se deu de maneira diferente, pois a conjectura política era de um estado de exceção, a ditadura reprimia protestos, pois eram entendidos como atos de rebeldia e/ou contra o governo. O movimento foi difuso, pois existiam mulheres comunistas que combatiam o governo e ao mesmo tempo levantavam a bandeira feminista, mulheres que não estavam ligadas a partidarismos políticos e mulheres das classes mais elitizadas. Levantar bandeiras como aborto, corpo feminino e sexualidade não era permitido pelo regime militar e as feministas precisaram utilizar ajudas humanitárias para poder alcançar outras mulheres.

A Organização das Nações Unidas foi responsável por um maior afrouxamento na política intolerante do governo em relação aos movimentos feministas, reconheceu o movimento no Brasil e declarou o ano de 1975 como o ano Internacional da Mulher. A conjectura política mundial era a da Guerra Fria e o Brasil estava alinhado com os Estados Unidos durante este período e, vale lembrar, que a ONU sofre influência direta dos EUA. Com o apoio de um órgão mundial reconhecido, as feministas conseguiram se organizar melhor e atividades mais discretas passam a ser toleradas.

Com o fim da ditadura militar e o retorno das eleições, as mulheres perceberam que o movimento feminista precisava realizar alterações mais profundas na sociedade para que as mulheres pudessem alcançar mais direitos. A fim de maiores mudanças a Constituição brasileira precisava ser alterada, a garantia de mais direitos seria facilitada através de representantes mulheres nos espaços políticos.

A Constituição de 1988 ajudou a nivelar as desigualdades sociais e deslegitimar a violência sofrida pelas mulheres quando igualou os gêneros. Esse processo retirou a

mulher da generalização de sujeito universal, trouxe individualidade e deu a condição de “ser humano” à mulher. Essa etapa não foi conseguida sem lutas, mas através da inserção de mulheres eleitas nos espaços políticos e também da percepção dos homens de que as mulheres eram quase a metade do eleitorado e eram numerosas o suficiente para definir o destino de uma eleição. Os partidos políticos se viram obrigados a abrir espaço para a candidatura de mulheres, pois a força dos movimentos feministas as impulsionou para pleitearem por cargos públicos e boa parte delas era feminista ou simpatizava com a mobilização do movimento. Através do campo político, as mulheres conseguiram muitas mudanças constitucionais que encaminharam e encaminham as mulheres para uma igualdade de gênero gradativa.

As DEAM's surgiram nos anos 1980 com o objetivo de amparar as mulheres vítimas de violência. A violência contra as mulheres era e é uma questão fundamental para a pauta feminista. As Delegacias de Atendimento à Mulher surgiram para encorajar as denúncias e deixar as mulheres mais confortáveis durante o atendimento, pois são delegacias chefiadas por mulheres. Têm por objetivo dar o atendimento à vítima por policiais mulheres, para que possam denunciar sem passar pelos constrangimentos que sofriam ao registrar queixa contra o agressor. A presença feminina amenizou o sexismo e trouxe mais segurança e liberdade para as vítimas de violências.

As DEAM's foram a porta de entrada para as mulheres-Delegadas dentro da Polícia Civil. A mulher já ocupava alguns cargos dentro da Instituição, porém a posição de chefia é conquistada com a abertura das Delegacias de Atendimento às Mulheres. Logo, passam a ocupar cargos de chefias em outras delegacias. As relações de gênero, em espaços outrora exclusivamente masculinos, passam a existir e se desenrolam em embates, estranhamentos e resistências.

No capítulo 2, *Relações de gênero e a mulher Delegada: novas legitimidades que causam estranhamento*, analisamos as relações de gênero através dos estudos acadêmicos que surgiram nos anos 1980/90 e foram facilitadores para a compreensão dos espaços inventados e reinventados pelas interações entre mulheres e homens.

Scott (1995), classifica o poder como a capacidade do saber. Saber a respeito das diferenças sexuais, isso significa conseguir compreender as nuances das culturas humanas e seus vários desdobramentos. O tempo, a cultura e o saber que dão significados as relações de macho e fêmea. Saber definir os sexos e encaixar nos padrões pré-determinados pelos gêneros estabelecidos em concomitância com as estruturas de poder, socialmente o sexo irá determinar o gênero a ser seguido.

O termo empoderamento ou empoderar uma mulher ganha sentido de emancipação, luta e resistência feminina. É através do empoderamento que a mulher consegue ferramentas necessárias para a igualdade. Como se empodera uma mulher? Dando a ela acesso ao conhecimento, emprego e melhores condições de vida; ou seja, suprimindo suas necessidades básicas para que possa alcançar objetivos mais estratégicos.

Via de regra, as mulheres que se tornam Delegadas de polícia possuem todas as necessidades básicas supridas, o que lhes dá o suporte para fazer o curso de Direito e, posteriormente, alcançar o cargo de Delegada através de concurso público. Porém, as delegacias ainda são espaços muito masculinos, pois o percentual de mulheres é de 28,5%. A sociedade ainda tem o hábito de acreditar que existem habilidades naturais ao homem e habilidades que são naturais à mulher.

Quem são as mulheres-Delegadas que ocupam os espaços entendidos como viris e truculentos? O objetivo das entrevistas foi analisar seus discursos e as formas de sua atuação, procurando discutir o embate entre uma tradição que associa a polícia ao universo masculino e uma inovação que admite às mulheres posições de comando na estrutura orgânica policial. Foram reveladas diferentes sensibilidades e maneiras de agir dentro dos espaços na forma de lidar com problemas similares.

Durante as entrevistas percebemos que os motivos da entrada das mulheres para a polícia era semelhante ao dos homens, a estabilidade financeira. Porém todas as entrevistadas explicaram que se apaixonaram pela profissão e sentem-se realizadas dentro da polícia. Enfrentam alguns embates e resistências, contudo, conseguem se impor diante dos atritos de gênero.

No capítulo 3, *Delegada, mãe, esposa e chefe de família: a mulher que exerce comando no espaço público e privado*, o objetivo foi entender como as mulheres Delegadas fazem para conciliar a vida privada com a vida pública. Percebemos que os maiores desafios são os que afetam a vida privada, pois os maiores conflitos parecem ser com os companheiros. Através dos relatos das Delegadas, ficou flagrante que existe um alto índice de divórcios e término de relacionamentos que tem como causa a profissão. As queixas masculinas são variadas: ciúmes, impotência ante a esposa que ocupa um cargo de poder, medo de ser traído e o medo de ser alvejado pela parceira. Apesar dos relatos variados ficou nítido que os parceiros têm a dificuldade em administrar um relacionamento com uma parceira que ganha mais e que, ao invés de carregar o estigma da fragilidade feminina, ocupa uma posição de poder.

As mulheres-Delegadas preferem a carreira e a independência a sofrer críticas ou pressão dos parceiros. Optam por criar seus filhos sozinhas, com a ajuda das babás e das mães e não conseguem se adequar a relacionamentos tradicionais. Desmistificaram o senso comum de que não sabem ou tem medo de utilizar arma de fogo e afirmam que se sentem mulheres empoderadas e amam a sua profissão.

Não existe qualquer fator biológico que justifique os espaços a serem ocupados por determinados gêneros, pois a transformação do sexo feminino para mulher se fez de acordo com as necessidades sociais e econômicas, fazendo com que a sociedade acreditasse que o homem é o provedor e a mulher a responsável pelo lar.

FONTES E REFERÊNCIAS

Jornal do Brasil, *Mulher vítima de homem já dispõe de um centro de atendimento policial*. Rio de Janeiro, 2 de Nov. de 1985, p.7.

Jornal do Brasil, *Concurso para delegado de polícia aprova uma mulher e reprova seis*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1982. 1º caderno, p.7.

O Globo, *Centro de atendimento à mulher vai ter a única delegada do Rio*. Rio de Janeiro. 02 de Nov.de 1985, p.12.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Uma década de mudanças na opinião pública. In.: **A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: Uma contradição viva o cotidiano das mulheres**. São Paulo, SP, 2013.

ARAÚJO, Neuza de Farias. Diferentes definições de poder e dominação: repercussões na participação política envolvendo as relações de gênero. **Anais do Seminário Fazendo gênero**, v. 9, p. 1-9, ago., 2010.

BANDEIRA, Lourdes. *Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago., 2009.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2 p. 449-469, maio/ago. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, Glaucíria Mota. Apontamentos Iniciais. In: BRASIL, Glaucíria Mota (Org.). **A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza-CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará-EdUECE, 2008. p. 11-18.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição de 1988, Brasília, DF, 1988: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em Dezembro de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição de 1891, Brasília, DF, 1891: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>> Acesso em Dezembro de 2018.

BEZERRA, Tereza Cristina E.; LOPES, Emanuel Bruno. Quem são as mulheres da Polícia Civil? In: BRASIL, Glaucíria Mota (Org.). **A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza-CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará-EdUECE, 2008. p. 19-70.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Editora Rosa dos Tempos, 1987.

CALDAS, Heloisa. *A fala e a escrita da mulher que não existe*. **Opção Lacaniana online nova série**. Ano 4, n.10, p.1-12, mar. 2013.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: Um estudo

sobre as polícias femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2940/000379254.pdf?sequence=1>>.

Acesso em 23 de dezembro de 2016.

CASAGRANDE, Maria Aparecida; RABELO, Giani. *História, memória e gênero: um estudo sobre as primeiras alunas da academia da Polícia Civil de Santa Catarina. Roteiro*, v. 39, n. 1, p. 123-146, 2014. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/3546>> Acesso em Outubro de 2016.

COHEN, Otávio. *História Bizarra da 2ª Guerra Mundial*. São Paulo: Planeta, 2015.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: VIII Congresso LusoAfro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Anais. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/pt/LAB2004>> Acesso em Janeiro de 2018.

CONNELL Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**. Jul/dez, 1995 p. 186 – 205.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política*. Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma. Madrid, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *Gênero e poder: Empoderamento das mulheres*. 2000.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1997. p. 19-45.

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. *Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. Revista Ártemis*, v.XVIII, n.1, jul/dez, 2014, pp.160-171. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22543>> Acesso em 13 de Março de 2015.

DHOQUOIS, Régines. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX). Proteção da produtora ou da reprodutora? In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 34- 53.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Vol 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 23º ed., 1979.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. *O entendimento da interdisciplinaridade no cotidiano*. Cascavel, UNIOESTE, p. 1-13, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade. Para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 9º ed., 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 11º ed., 2006.

- JAPIASSU, Hilton. **A questão da Interdisciplinaridade**. Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1994. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>> Acesso em 17 Abril de 2016.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação a condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. *Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero*. Teoria & Educação, n. 6, Porto Alegre, Pannonica, p. 53-67, 1992.
- LEÓN, Magdalena. *Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder*. Bogotá. Tercer Mundo, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>>. Acesso em Novembro de 2018.
- LEÓN, Magdalena. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Región y sociedad, vol XI nº 18, Bogotá, 1999. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/colson/18/18_8.pdf>. Acesso em Novembro de 2018.
- LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em Los estudios de género*. La Ventana, nº.13, 2001. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>>. Acesso em Novembro de 2018.
- MARSON, Melina Izar. *Da feminista “macha” aos homens sensíveis: O feminismo no Brasil e as (Des) construções das identidades sexuais*. Cadernos AEL. n.3/4, p. 69-110, 1996. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/143/153> Acesso em 15 de janeiro de 2016.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: As mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *História das Mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/viewFile/4503/3796>> Acesso em 14 de Março de 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou Utopia? **Saúde e Sociedade**. São Paulo. v.3, n.2. 1994. p. 42-63.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Santa Catarina, 2003, Revista Estudos Feministas, v.11, n.1, p. 225-233. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/381/38114351013/>> Acesso em 10 de Abril de 2018.
- MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci. *Polícia e gênero: Participação e perfil das policiais femininas nas PMS brasileiras*. Niterói, 2004, Gênero, v.5, n.1, p.183-207. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/230>>. Acesso em 21 de Dezembro de 2014.
- NOLASCO, Socrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- Observe: Observatório Maria da Penha. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha> Acesso em 19 de Abril de 2018.

- OLIVEIRA, Livia Maria da Silva; BARBOSA, Ana Carolina Sousa. *A importância da Lei Maria da Penha no contexto das leis específicas do ordenamento jurídico brasileiro*. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9997&revista_caderno=9> Acesso em 19 de Abril de 2018.
- PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. São Paulo, 2005, *História*, v.24, n.1, p.77-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2014.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do Feminismo: Poderes e conflitos (1970 – 1978) São Paulo, 2006, **Revista Brasileira de História**, v. 26, nº 52, p. 249-272.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. . **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 2003. p. 1-18.
- Presidência da República, *Casa civil*. 7 de Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 05 de Janeiro de 2016.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista. Gênero e história. Descobrimos historicamente o gênero**. Compostela: Secretaria de Imprensa e Comunicação, 2012.
- ROBERTI, Angela. Mulher liberta-te!: O Anarquismo e as mulheres. In: LIMA, Jacqueline; ROBERTI, Angela; SANTOS, Edna (orgs). **Pensando a História: Reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História através de perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Dos contos de fadas aos superheróis: Mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades*. **Psicol. clín**, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2000.
- SACRAMENTO, Jaqueline Siqueira. *Polícia e gênero: As percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/15001>>. Acesso em 21 de Dezembro de 2016.
- SADEK, Maria Tereza. Delegada, doutora e policial. In: SADEK, Maria Tereza (org) **Delegados de polícia**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.
- SARDENBERG, Cecília M.B. *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*. **NEIM/UFBA**, Salvador, Bahia, jun. 2006.
- SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto. Lições do caso brasileiro*. **Cadernos Pagu**, 2001, pp3 1- 48.
- SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: O que ficou escondido*. Chicago: **XXI Congresso Internacional da LASA**, 1998, p. 24-26.

- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, v. 16, nº 2, jul/dez de 1995.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCOTT, Joan. *Prefácio a gender and politics of history*. Columbia, University Press, 1988.
- SILVEIRA, Maria Natália Barboza da. *As delegadas de polícia de São Paulo: Profissão e gênero*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2379> Acesso em 05 de Janeiro de 2015.
- SOIHET, Rachel. Movimento de Mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: Desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Coleção gênero vol. V. rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- AGUIAR, Neuma. Enfoques feministas e a história: Desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: Trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2007. v. 27, nº 54, p. 281-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em 02 de Janeiro de 2015.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ANEXO A - PERGUNTAS FEITAS AS DELEGADAS

De início foi perguntado a idade; tempo de polícia; tempo de Delegada; classe de Delegada; data de Nascimento; delegacias pelas quais passou, grau de escolaridade (especializações) e um pouco da trajetória na polícia.

Existiu alguma figura feminina forte na adolescência ou infância que a levou a esta escolha profissional? Alguém da família é da polícia?

Como é o seu dia a dia?

Alguma experiência policial difícil?

Considera a polícia uma profissão de risco? Sente medo?

O que sua família pensa a respeito de você ter optado por essa profissão?

Como faz para conciliar a dupla jornada, carreira, marido e filhos?

Ocorre um empoderamento feminino ao ocupar um cargo de chefia? (Delegada titular)

Se sente empoderada?

É uma pessoa vaidosa? Como costuma se vestir? (salão, academia, artes marciais?)

A mulher sofre preconceito dentro da polícia? (já ouviu alguma história a respeito?)

Já sofreu preconceito?

O que pensa a respeito do número crescente de mulheres entrando para a polícia em posição de comando? (Uma posição entendida como masculina)

Lugar de mulher é na polícia? (A mulher mudou?)

Percebe alguma diferença - *modus operandi* , características específicas – entre homens e mulheres? (seus subordinados e entre os próprios Delegados e Delegadas)

Os subordinados se comportam diferente diante de uma chefe mulher? (dificuldades em obedecer ou mesmo gostam mais)

Tem preferência em trabalhar com homem ou mulher?

Quanto ao uso de armas de fogo: gosta de andar armada? De fazer uso?

O bom desempenho feminino tem a ver com temperamento? (coragem, agressividade)

Te incomoda que o nome do cargo seja Delegado ao invés de Delegada escrito em seu distintivo?

O que prioriza em sua prática profissional?

Pode me falar um pouco a respeito do atendimento as vítimas de violências, feito por você? (como deve ser)

ANEXO B - PERGUNTAS FEITAS AOS DELEGADOS

De início foi perguntado a idade; tempo de polícia; tempo de Delegado; classe de Delegado; data de Nascimento; delegacias pelas quais passou, grau de escolaridade (especializações) e um pouco da trajetória na polícia.

Teve alguma figura masculina forte na adolescência ou infância que influenciou a sua escolha? Alguém da família é da polícia?

Como é o seu dia a dia?

É uma profissão arriscada? Sente medo?

Qual o momento mais difícil da sua carreira?

Como se enxerga ocupando um cargo de poder? (E a sua família como vê isso?)

Qual a sua relação com armas de fogo? (gosta?)

Como enxerga o grande número de mulheres em cargos de comando na polícia? (constituição de 1988)

Polícia é um lugar para mulher? (e operações?)

A polícia mudou com a entrada de mulheres?

A que se atribui essa entrada expressiva feminina? A mulher mudou?

Quanto às mulheres que conseguem se destacar, na polícia, tem a ver com temperamento, comportamento?

Na sua opinião, a mulher tem dificuldades na utilização de armas de fogo?

Percebe alguma mudança de comportamento da ala masculina com a entrada das mulheres? (Divisão do mesmo espaço de trabalho, forma de se comportar)

Percebe alguma dificuldade, por parte dos homens, em confiar (se subordinar, obedecer) a uma superior feminina?

E quanto trabalhar junto a uma colega policial? (confiança para operacional)

O modus operandi feminino é diferente do masculino?

Tem alguma preferência entre trabalhar com homens ou mulheres?

O que prioriza em sua prática profissional?

Pode me falar um pouco a respeito do atendimento as vítimas de violências, feito por você? (como deve ser)

ANEXO C - PERGUNTAS FEITAS AOS PROFESSORES DA ACADEPOL

Existe diferença entre homens e mulheres no que se refere à facilidade/familiaridade quanto ao manuseio de armas de fogo?

Vocação, para polícia tem gênero?

Questão de disciplina: quem é mais disciplinado na academia de polícia?

Existe diferença nos exercícios físicos?

O desempenho de homens e mulheres é diferente?

Tem preferência de lidar com o sexo masculino ou feminino?

Como observa a entrada das mulheres na polícia?

Houve mudança de comportamento por parte dos homens com a entrada das mulheres na polícia?